



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

VIÇOSA – MG
2016

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN-TCU nº 63/2010 e IN-TCU nº 72/2013, das DN-TCU nº 146/2015 e DN-TCU nº 147/2015, Portaria TCU 321/2015 e da Portaria CGU nº 522/2015.

**VIÇOSA – MG
Março/2016**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Missão:

Exercer ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior pública de qualidade, à inovação, à promoção do desenvolvimento institucional e das ciências, letras e artes, e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade.

Valores:

Excelência, presteza, eficiência, transparência, ética, comprometimento social, legalidade, integração, igualdade, responsabilidade, democracia, inovação, empreendedorismo, cidadania e espírito de equipe.

Visão de Futuro:

Consolidar-se como instituição de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, reconhecida pela comunidade científica e pela sociedade, nacional e internacionalmente.

Elaboração e edição

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Diretoria de Material

Diretoria Financeira

Supervisão e validação

Auditoria Interna

Impressão

Divisão de Gráfica Universitária

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social
BBT – Biblioteca Central
CAF – *Campus* UFV-Florestal
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAD – Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância
CEDAF – Central de Desenvolvimento Agrário de Florestal
CENTEV – Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa
CEPET – Central de Experimentação, Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro
CGU – Controladoria-Geral da União
CISTA – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFV
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLUNI – Colégio de Aplicação
COMUT – Programa de Comutação Bibliográfica
CONSU – Conselho Universitário
COPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Disciplinas
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPI – Comissão Permanente de Propriedade Intelectual
CRP – *Campus* UFV-Rio Paranaíba
DAE – Divisão de Assistência Estudantil
DAL – Divisão de Alimentação
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEV – Divisão de Eventos
DFN – Diretoria Financeira
DIP – Diretoria de Programas Especiais
DLZ – Divisão de Esporte e Lazer
DMT – Diretoria de Material
DN – Decisão Normativa
DRI – Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais
DVP – Divisão Psicossocial
EMAF – Escola Média de Agricultura de Florestal
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FRATEV – Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa
FUNARBE – Fundação Arthur Bernardes
IN – Instrução Normativa

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCI – Órgão de Controle Interno
PAD – Pró-Reitoria de Administração
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PGP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PII – Programa de Incentivo à Inovação
PPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PRE – Pró-Reitoria de Ensino
PROAP – Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROEXT – Programa de Extensão Universitária
PVANet – Ambiente Educativo para o Apoio na Educação Presencial e à Distância
PVB – Pavilhão de Aulas II
RADOC – Relatório de Atividades dos Docentes
REUNI – Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAPIENS – Sistema de Apoio ao Ensino
SESu – Secretaria de Educação Superior
SIA – Simpósio de Integração Acadêmica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV – Sistema de Convênios do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG
SIF – Sociedade de Investigações Florestais
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC
SISREC – Sistema de Recursos Humanos
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SRH – Secretaria de Recursos Humanos
Stratus – Sistema de Controle de Saldo de Cotas Orçamentárias
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFVCredi – Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da UFV
UFVNet – Rede de Dados da UFV
UJ – Unidade Jurisdicionada
UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

LISTA DE QUADROS

Quadro A.3.4.1 - Áreas estratégicas da UJ e suas competências, titulares responsáveis, cargo e período de atuação. (Dez-2015).....	19
Quadro A.3.5.1 – Macroprocessos Finalísticos (Ensino).....	24
Quadro A.3.5.2 – Macroprocessos Finalísticos (Pesquisa e Pós-Graduação).....	27
Quadro A.3.5.3 – Macroprocessos Finalísticos (Extensão e Cultura).....	29
Quadro A.4.1.1 – Programas e ações orçamentárias da UFV.....	32
Quadro A.4.3.2.2.1 – 20RI.....	39
Quadro A.4.3.2.2.2 – 20RJ.....	40
Quadro A.4.3.2.2.3 – 20RL.....	42
Quadro A.4.3.2.2.4 – 2994.....	43
Quadro A.4.3.2.2.5– 20GK.....	44
Quadro A.4.3.2.2.6– 20RK.....	45
Quadro A.4.3.2.2.7 – 4002.....	47
Quadro A.4.3.2.2.8 – 8282.....	48
Quadro A.4.3.2.3.1 – Ação 6328 não Prevista na LOA 2015 - Restos a Pagar – OFSS.....	50
Quadro A.4.3.4.1 – Outros Encargos Sociais – Intra OFSS.....	52
Quadro A.4.3.4.2 – Contas a pagar – Credores nacionais.....	53
Quadro A.4.3.5.1 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	54
Quadro A.4.3.7.1 - Informações sobre a realização das receitas.....	60
Quadro A.4.3.8.1 – Despesas por modalidade de contratação.....	61
Quadro A.4.3.8.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	62
Quadro A.4.3.9.1 – Concessão de suprimento de fundos.....	66
Quadro A.4.3.9.2 – Utilização de suprimento de fundos.....	66
Quadro A.3.3.9.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	67
Quadro A.4.5.1.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.....	75

Quadro A.5.3.1 – Dados correccionais gerais – servidores estatutários (Ano 2015).....	84
Quadro A.6.1.1 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria, por tipo (2015).....	87
Quadro A.6.1.2 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria, por manifestante (2015).....	87
Quadro A.7.2.2.1 – Recursos Diretamente Arrecadados (Recursos Próprios).....	92
Quadro A.8.1.1.1 Força de Trabalho da UPC.....	102
Quadro A.8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	102
Quadro A.8.1.1.3 - cargos em comissão e de funções gratificadas.....	103
Quadro A.8.1.2.1 - Despesas do pessoal.....	104
Quadro A.8.1.4.1– Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	106
Quadro A.8.2.1.1 - Caracterização da frota (2015).....	115
Quadro A.8.2.1.2 – Requisições de transporte atendidas (2015).....	115
Quadro A.8.2.1.3 – Despesas com manutenção da frota em 2015.....	116
Quadro A.8.2.1.4 – Contratos de prestação de serviços de transportes terceirizados (2015).....	117
Quadro A.8.2.2.1 – Veículos leiloados em 2015.....	118
Quadro A.8.2.3.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	118
Quadro A.8.2.3.2 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	120
Quadro A.8.2.4.5 – Imóveis Funcionais - Concessão Remunerada de Uso – Campus de Viçosa (2015).....	122
Quadro A.8.2.4.6 – Imóveis Funcionais - Concessão Remunerada de Uso – Campus de Florestal (2015).....	123
Quadro A.8.2.4.1 - Cessão de Direito Real de Uso – Campus de Viçosa (2015).....	124
Quadro A.8.2.4.2 – Cessões resultantes de acordos de parcerias institucionais – Campus de Viçosa.....	125
Quadro A.8.2.4.3 – Cessões resultantes de acordos de parcerias institucionais – Campus de Florestal.....	125
Quadro A.8.2.4.4 – Concessão Onerosa de Uso (2015).....	126

Quadro A.8.2.5.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	127
Quadro A.9.1.1.A – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	140
Quadro A.9.1.1.B – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	140
Quadro A.9.1.1.C – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	141
Quadro A.9.1.1.D – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	141
Quadro A.9.1.1.E – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	141
Quadro A.9.1.1.F – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	142
Quadro A.9.1.1.G – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	142
Quadro A.9.1.1.H – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	142
Quadro A.9.1.1.I – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	143
Quadro A.9.1.1.J – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	143
Quadro A.9.1.1.K – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	144
Quadro A.9.1.1.L – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	144
Quadro A.9.1.1.M – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	145
Quadro A.9.2.1.A - Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	145
Quadro A.9.2.1.B - Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	146
Quadro A.9.2.1.C - Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	146
Quadro A.9.2.1.D - Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	146
Quadro A.9.2.1.E - Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	147
Quadro A.9.2.1.F - Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	147
Quadro A.9.2.1.G - Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	147
Quadro A.9.3.1 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	157
Quadro A.9.6.1 – Despesas com Publicidade.....	158
Quadro C.12.1.1 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.....	191

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICE

10. ANEXOS E APÊNDICES.....	159
10.1. Anexos do Item 7.5 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e Notas Explicativas.....	159
10.1.1 Balanço Financeiro.....	159
10.1.2 Balanço Orçamentário.....	161
10.1.3 Balanço Patrimonial.....	168
10.1.4 Demonstrações de Fluxo de Caixa.....	175
10.1.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	177
10.0.6 Notas Explicativas.....	180

SUMÁRIO

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	5
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES.....	10
SUMÁRIO	11
PARTE A.....	15
2. APRESENTAÇÃO	15
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	16
3.1. Finalidades e competências.....	16
3.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade.....	16
3.3. Ambiente de atuação.....	17
3.4. Organograma.....	18
3.5. Macroprocessos Finalísticos.....	23
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	31
4.1. Planejamento organizacional.....	31
4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	33
4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	34
4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos....	36
4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	37
4.3. Desempenho Orçamentário	38
4.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	38
4.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	38
4.3.2.1. Ações - OFSS	39
4.3.2.2. Ações/Subtítulos - OFSS	39
4.3.2.3. Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS...49	
4.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	51
4.3.4. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	51
4.3.5. Restos a pagar de exercícios anteriores.....	54
4.3.6. Execução descentralizada com transferência de recursos	56
4.3.6.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestação de contas	59
4.3.7. Informações sobre a realização das receitas	59
4.3.8. Informações sobre a execução das despesas.....	61
4.3.9. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	65
4.4. Desempenho Operacional	68
4.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	72

4.5.1.	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	75
4.6.	Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos	79
5.	GOVERNANÇA.....	80
5.1.	Descrição das estruturas de governança.....	80
5.2.	Atuação da unidade de auditoria interna.....	81
5.3.	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	83
5.4.	Gestão de riscos e controles internos.....	84
5.5.	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.....	85
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	86
6.1.	Canais de acesso do cidadão	86
6.2.	Carta de Serviços ao Cidadão.....	88
6.3.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	88
6.4.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	88
6.5.	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	89
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	91
7.1.	Desempenho financeiro do exercício.....	91
7.2.	Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.....	91
7.2.1.	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão	91
7.2.2.	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados	91
7.3.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	93
7.4.	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	94
7.5.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas	100
8.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	101
8.1.	Gestão de pessoas	101
8.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade.....	101
8.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal	103
8.1.3.	Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal.....	105
8.1.4.	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	105
8.1.5.	Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	108
8.1.6.	Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	108
8.2.	Gestão do patrimônio e da infraestrutura.....	113
8.2.1.	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada	113
8.2.2.	Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	118
8.2.3.	Gestão do patrimônio imobiliário da União	118
8.2.4.	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	124
8.2.5.	Informações sobre os imóveis locados de terceiros	126
8.3.	Gestão da Tecnologia da informação.....	127
8.3.1.	Principais sistemas de informação	132

8.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	134
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	140
9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	140
9.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	145
9.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	156
9.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	157
9.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	157
9.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	158
10. ANEXOS E APÊNDICES	159
10.1. Anexos do Item 7.5 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e Notas Explicativas.....	159
10.1.1. Balanço Financeiro.....	159
10.1.2. Balanço Orçamentário	161
10.1.3. Balanço Patrimonial	168
10.1.4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	175
10.1.5. Demonstrações das Variações Patrimoniais	177
10.1.6. Notas Explicativas.....	180
PARTE B	183
11. RELATÓRIO, PARECERES E DECLARAÇÕES	183
11.1. Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna.....	183
11.2. Parecer do Colegiado.....	185
11.3. Relatório de instância ou área de correição	186
11.4. Declarações de integridade	191
11.4.1. Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	191
11.4.2. Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	191
11.4.3. Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas	192
11.4.4. Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	192
11.4.5. Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	192
11.4.6. Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI	194
PARTE C	195
12. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES	195
12.1. Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994	195

RELATÓRIO DE GESTÃO

PARTE A

2. APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Viçosa (UFV), seguindo orientações das Instruções Normativas nº 63/2010 e nº 72/2013, das DN-TCU nº 146/2015 e DN-TCU nº 147/2015, Portaria TCU 321/2015 e da Portaria CGU nº 522/2015., apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2015.

Este documento tem por objetivo propiciar, aos órgãos de controle e à sociedade em geral, visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão da Instituição, apresentando documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

O Relatório de Gestão da UFV é composto, em sua Parte A, pelos itens a seguir relacionados: essa seção de apresentação; Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas; Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional; Governança; Relacionamento com a Sociedade; Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Áreas Especiais da Gestão; Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle.

A Parte B do Relatório de Gestão apresenta os Anexos e Apêndices, onde se destacam o parecer da Auditoria Interna e a aprovação do Conselho Universitário (a serem incluídos na versão final) e Informações Complementares com a Relação de Projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio.

A elaboração do Relatório de Gestão é resultado de um esforço colaborativo envolvendo a participação dos órgãos da Universidade, Pró-Reitorias, Diretorias dos Centros, Diretorias dos *Campi* e demais unidades vinculadas à Reitoria, num esforço de apresentar informações que representem a produção e o desempenho da Instituição, destacando êxitos e insucessos para o alcance das metas e ações previstas em seu Planejamento Institucional, tendo em vista a dotação orçamentária disponibilizada.

No ano de 2015 houve grande dificuldade na realização das ações em função dos cortes orçamentários da ordem de 10% no custeio e de 50% em investimentos, comprometendo o bom andamento de algumas obras. Ao mesmo tempo, com a expansão e inauguração de alguns prédios, como o Edifício das Licenciaturas, houve aumento da demanda de material de consumo, necessidade de novos servidores (limpeza, portaria, etc.), entre outros.

Destaca-se o empenho da Instituição na aplicação dos recursos públicos, considerando as fortes restrições orçamentárias e financeiras em 2015, e a manutenção das atividades regulares, mantendo a oferta de ensino e prestação de serviços de qualidade à sociedade. Em particular o oferecimento do período de verão, nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, definido no ano anterior, quando não se vislumbrava tais restrições, implicou em algumas despesas adicionais. O calendário escolar de 2016, definido em 2015, não previu o oferecimento do período de verão.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1. Finalidades e competências

A Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituída sob a forma de fundação, é pessoa jurídica de direito público com financiamento pelo Poder Executivo da União, dotada de autonomia didático-científica, financeira, patrimonial, administrativa e disciplinar, nos termos da Constituição Federal, das leis da República e de seu Estatuto.

A finalidade e competências institucionais da UFV estão contidas em seu Estatuto e Regimento Geral, ambos disponíveis no portal da UFV em <http://www.ufv.br/soc>.

Conforme estabelecido em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Universidade Federal de Viçosa tem como missão **"exercer ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior pública de qualidade, à inovação, à promoção do desenvolvimento institucional e das ciências, letras e artes, e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade"**.

A UFV atua no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, nas diversas áreas do conhecimento, nos *campi* localizados em Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. Atua, também, na oferta de ensino no nível médio no Colégio de Aplicação em Viçosa e de ensino médio e técnico no *Campus* UFV-Florestal, além da Educação Infantil através do Laboratório de Desenvolvimento Infantil. Dessa forma, busca a integração dos níveis de ensino, visando melhorar a formação educacional e profissional do ser humano.

Por meio indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão, conforme disposto no art. 2º de seu Estatuto, a UFV tem por finalidade:

- Ministrar, desenvolver e aperfeiçoar a educação superior, visando à formação e ao aperfeiçoamento de profissionais de nível universitário.
- Estimular, promover e executar pesquisa científica.
- Promover o desenvolvimento das ciências, letras e artes.
- Estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades do ensino e os resultados da pesquisa.

3.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (Esav), criada pelo Decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922, pelo então Presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes.

A antiga ESAV foi núcleo original da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), criada incorporando a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão. A instalação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) deu-se em 15 de novembro de 1949, pelo Decreto Nº 3.211.

O Decreto n.º 2740, publicado em 26 de maio de 1948, transformou a Fazenda-Escola em Escola Média de Agricultura de Florestal (EMAF). A EMAF foi regulamentada pelo Decreto-Lei

n.º 2.931, de 13 de novembro de 1948, iniciando suas atividades em abril de 1949, com o Curso Médio de Agricultura, destinado à formação de técnicos agrícolas. Pela Lei n.º 1360, de 05 de setembro de 1955, a EMAF foi incorporada à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, atual UFV. O Decreto n.º 5012, de 08 de maio de 1956, deu-lhe nova regulamentação. A partir de 22 de novembro de 1981, por meio da Portaria nº102/81, passou a denominar-se Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF). No dia 22 de maio de 2006, resolveu o Conselho Universitário (CONSU), consolidar a área que sedia a CEDAF como *Campus* da Universidade Federal de Viçosa, por intermédio da Resolução nº07/2006.

Expandindo-se em todos os setores com a criação de cursos como Economia Doméstica e Engenharia Florestal, a UREMG foi incorporada à Universidade Federal de Viçosa pelo Decreto nº 64.825, de 15 de julho de 1969, data em que foi instituída a UFV, pelo presidente Arthur da Costa e Silva.

O *Campus* UFV–Rio Paranaíba (CRP) foi criado pela Resolução nº 08/2006, do Conselho Universitário, de 25 de julho de 2006, como resultado da adesão ao Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades (REUNI) do Governo Federal, iniciando suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2007, com a abertura dos cursos de Agronomia e Administração.

A UFV possui como instâncias deliberativas máximas o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), que lida com as questões relacionadas às áreas acadêmicas e científicas e o Conselho Universitário, que trata de questões da esfera administrativas e de gestão. O Estatuto e o Regimento Geral da UFV são os dois documentos principais que orientam os conselhos superiores em suas tomadas de decisão. O Estatuto da UFV foi aprovado pelo Conselho Universitário em sua 231ª reunião, em 16 e 17-12-1998, aprovado pela Portaria nº 768, de 14-05-1999, do Ministro de Estado da Educação (à luz do Parecer nº 354/99 – CESu/CNE), publicada no DOU de 18-05-99 e averbado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte, em 27-09-99. O Regimento Geral da UFV foi aprovado pelo Conselho Universitário em sua 245ª reunião, em 24-02-2000.

3.3. Ambiente de atuação

A Universidade Federal de Viçosa tem sua atuação nas áreas de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, nas diversas áreas do conhecimento, em seus três *campi* nas cidades de Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. Atua, também, no ensino de nível médio no Colégio de Aplicação e na educação básica no Laboratório de Desenvolvimento Infantil em Viçosa e no ensino médio e técnico em Florestal. Desse modo, a UFV busca a integração dos níveis de ensino, visando melhorar a formação educacional e profissional do ser humano.

De acordo com o seu Estatuto, a UFV é uma instituição federal de ensino superior instituída como Fundação vinculada ao Ministério da Educação, gozando de autonomia didático-científica, financeira, administrativa e disciplinar.

É mantida com recursos do orçamento geral da União por meio de uma participação relativa no montante de recursos do MEC, de acordo com seus indicadores de produção e produtividade, bem como com recursos advindos de emendas ao Orçamento da União, recursos de convênios e receita própria.

A UFV tem promovido, ao longo do tempo, parcerias que envolvem os setores empresariais, governamentais e comunidades na busca de soluções integradas, intermediando as atividades geradoras de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico, produtivas e sociais.

Nesse sentido, busca investir na mentalidade empreendedora, detectar possibilidades de parcerias e interagir o capital intelectual aqui gerado com as necessidades da sociedade, implicando na transferência de conhecimentos, tecnologias e soluções sociais para o bem-estar da população e o desenvolvimento nacional.

Várias são as parcerias da UFV com órgãos públicos como Embrapa, EPAMIG, EMATER, Ministérios, Conab, Instituto Mineiro de Agropecuária, Secretarias de Estado, entre outros. As pesquisas realizadas na UFV são viabilizadas pelos recursos das parcerias com o setor privado e pelo contínuo apoio das agências públicas de fomento, como FINEP, FAPEMIG, CNPq, CAPES, bem como de fontes internacionais de financiamento, como a União Europeia e a Fundação Internacional para a Ciência.

Vale destacar, também, as parcerias da UFV com a Sociedade de Investigações Florestais (SIF), com a Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), com a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa (FRATEVI) e com o Instituto UFV de Seguridade Social (Agros).

3.4. Organograma

A UFV tem sua estrutura funcional estabelecida por normas estatutárias e regimentais, conforme resoluções emitidas pelos colegiados competentes. Caracteriza-se, em seus vários níveis hierárquicos, pela estrutura colegiada, própria da gestão pública universitária.

A estrutura organizacional é composta pelos colegiados superiores, Conselho Universitário (CONSU) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), e pela Administração Superior, formada pela Reitoria, Pró-Reitorias, Centros de Ciências e Diretoria de *Campus* fora de sede, sendo Viçosa considerada a sede, conforme Figura 1.

O CONSU é o órgão superior de administração, com funções consultivas e deliberativas. É presidido pelo Reitor, com voto de qualidade, e composto por: Vice-Reitor; Pró-Reitores de Administração, de Assuntos Comunitários, de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento; Diretores dos Centros de Ciências e dos *campi*; um representante docente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; dois representantes docentes por Centro de Ciências; um representante de cada classe da carreira de magistério superior; um representante dos professores de ensino médio/técnico; um representante dos servidores de cada classe da carreira técnico-administrativa; um representante indicado pela Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais; um representante indicado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; dois representantes do corpo discente, sendo um representante da graduação e um da pós-graduação; e um representante da comunidade.

O CEPE é o órgão superior de coordenação e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com funções normativas, consultivas e deliberativas, no plano didático-científico. É presidido pela Reitora, com voto de qualidade, e composto por: Vice-Reitor; Pró-Reitores de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação, e de Extensão e Cultura; um representante de cada conselho técnico dessas Pró-Reitorias; um representante de cada classe da carreira de magistério superior; dois representantes docentes de ensino médio/técnico; Diretor do Registro Escolar; um representante do corpo técnico-administrativo; dois representantes do corpo discente, sendo um representante da graduação e outro da pós-graduação; um representante da Secretaria de Estado da Educação ou da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, indicado pelo Governador do Estado de Minas Gerais; um representante da Secretaria Municipal da Educação, indicado pelo Prefeito Municipal de Viçosa.

À Reitoria compete supervisionar e controlar a execução das atividades administrativas da Universidade.

No *Campus* UFV-Viçosa, os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em uma ou mais áreas de conhecimento, aos quais se vinculam os Departamentos. O Departamento é a unidade básica da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e compreendem disciplinas afins. A administração do Departamento compete ao seu Colegiado e à Chefia. A gestão didático-pedagógica do ensino de graduação de um Centro de Ciências é exercida por uma Câmara de Ensino, ressalvadas as competências do CEPE. Cada Centro de Ciências conta com o Conselho Departamental, que é o colegiado consultivo e deliberativo relacionado às questões administrativas, presidido pelo respectivo Diretor. A Diretoria é o órgão executivo do Centro, com estrutura orgânica própria, cabendo-lhe administrar as suas atividades.

Em função do oferecimento de 100% das suas vagas de cursos de graduação utilizando processo seletivo do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e do SISU (Sistema de Seleção Unificada) a Diretoria de Vestibular e Exames foi transformada em um setor da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas cuidando apenas de concursos para seleção de servidores técnico-administrativos da UFV.

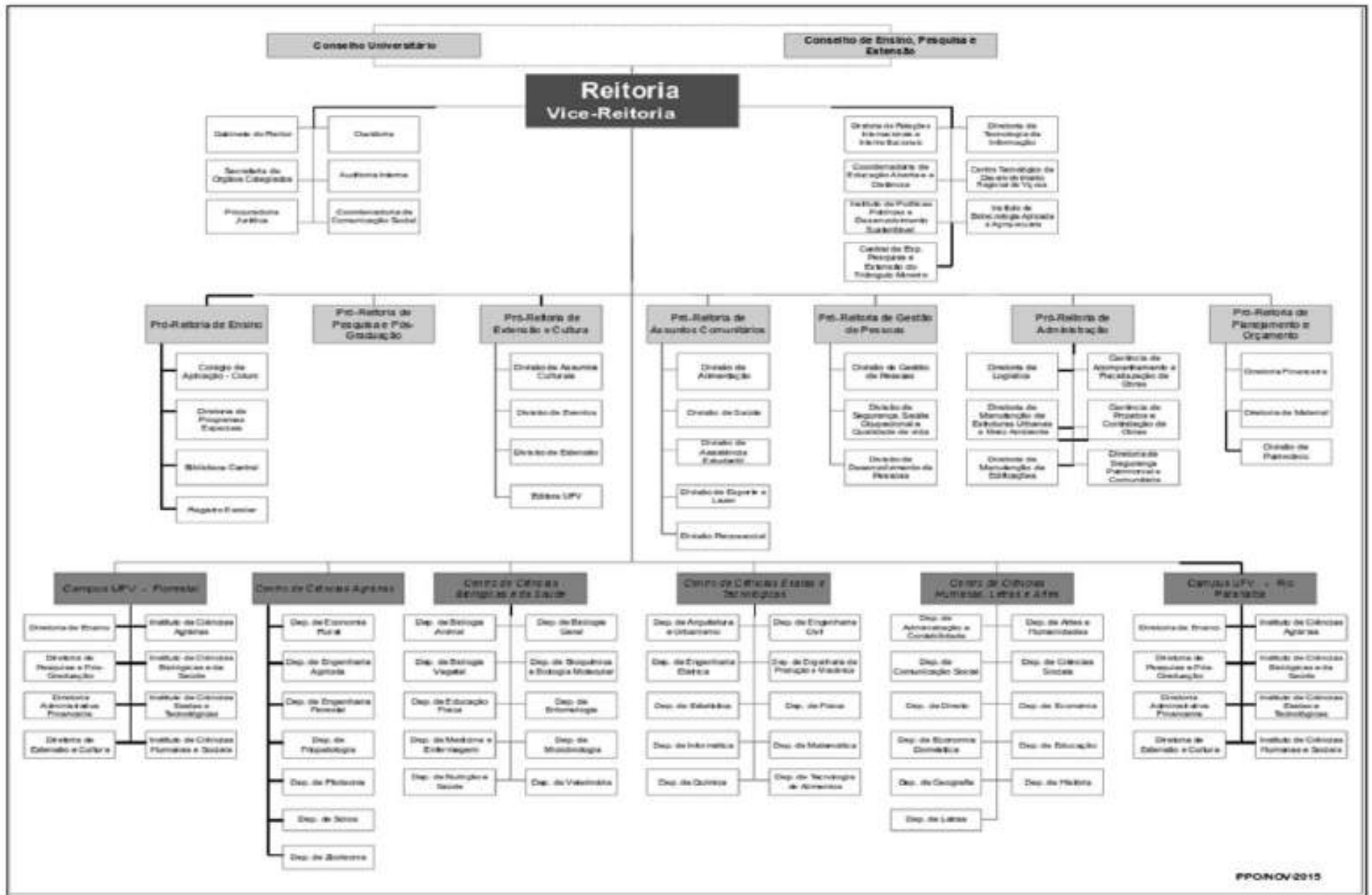
No *Campus* de Florestal e no *Campus* de Rio Paranaíba, o Conselho Acadêmico e Administrativo constitui-se em colegiado superior de administração, com funções consultivas e deliberativas. Também é responsável pela gestão didático-pedagógicas do ensino de graduação, ressalvadas as competências do CEPE.

Quadro A.3.4.1 - Áreas estratégicas da UJ e suas competências, titulares responsáveis, cargo e período de atuação. (Dez-2015)

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	A Reitoria é o órgão da administração geral que coordena e supervisiona todas as atividades da Universidade, competindo-lhe, para este fim, estabelecer as medidas regulamentares cabíveis.	Nilda de Fátima Ferreira Soares	Reitora	01-01 a 31-12-2015
Vice-Reitoria	Compete ao Vice-Reitor colaborar com o Reitor nas tarefas universitárias que por ele lhe forem delegadas, e substituí-lo, automaticamente, nos casos de impedimento e de vacância.	Demetrius David da Silva João Carlos Cardoso Galvão	Vice-Reitor	01-01 a 10-06-2015 19/06 a 31-12-2015
Pró-Reitoria de Ensino (PRE)	A PRE tem por objetivos coordenar, superintender e avaliar as atividades de ensino da UFV. É responsável pela organização, o funcionamento e a política didático-pedagógica dos cursos, o controle dos aspectos legais e de documentação dos estudantes, a coordenação do processo de avaliação da qualidade do ensino e a qualificação dos docentes dos cursos de graduação da UFV.	Vicente de Paula Lélis Frederico José Vieira Passos	Pró-Reitor	01-01 a 01-03-2015 02-03 a 31-12-2015
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)	A PPG é o órgão responsável pela coordenação dos programas de pós-graduação Stricto sensu e pelos cursos de especialização Lato sensu, coordena também a área de pesquisa e de iniciação científica.	Eduardo Seiti Gomide Mizubuti Luiz Alexandre Peternelli	Pró-Reitor	01-01 a 18-03-2015 19-03 a 31-12-2015
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC)	A PEC é o órgão responsável por coordenar, estimular e compatibilizar as atividades de extensão desenvolvidas pelas diversas unidades da UFV, por meio de programas,	Clóvis Andrade Neves	Pró-Reitor	01-01 a 31-12-2015

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	projetos e eventos de extensão. Contribui a produção e a socialização do conhecimento e de tecnologias, bem como a produção e a socialização da riqueza, do emprego e da renda, através de processos educativos, culturais e científicos, viabilizando uma relação que supere a dicotomia entre a universidade e a sociedade.			
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO)	A PPO é responsável pela coordenação das atividades relacionadas ao planejamento, orçamento, regimentação, finanças, contabilidade e aquisição de bens e serviços da Universidade Federal de Viçosa.	Sebastião Tavares de Rezende	Pró-Reitor	01-01 a 31-12-2015
Pró-Reitoria de Administração (PAD)	A PAD é responsável por dar suporte às ações de ensino, pesquisa e extensão, atuando na manutenção e expansão da infraestrutura física, transporte, segurança patrimonial e produção.	Leiza Maria Granzinoli	Pró-Reitora	01-01 a 31-12-2015
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP)	A PGP é responsável pelo planejamento, execução e avaliação das ações administrativas, bem como das políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas que contribuam para o alcance dos objetivos institucionais.	Luiz Antônio Abrantes	Pró-Reitor	01-01 a 18-01-2015
		Ely Rosa		19-01 a 31-12-2015
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD)	A PCD é o órgão responsável pelas ações de promoção da saúde e qualidade de vida da comunidade universitária. Responde pelos serviços de alimentação (Restaurantes Universitários), alojamentos, bolsas para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, atividades de esporte e lazer, atendimentos na área da saúde (preventivo e curativo) e psicossocial (psiquiátrico, psicológico e de assistência social), nos três <i>campi</i> universitários.	Sylvia do Carmo Castro Franceschini	Pró-Reitora	01-01 a 20-07-2015
		Viviani Silva Lírio		21-07 a 31-12-2015
Coordenadoria de Comunicação Social (CCS)	A CCS realiza, em consonância com a política de Comunicação da UFV, trabalhos jornalísticos nas diferentes mídias, assessoria de imprensa e marketing institucional, interagindo com a comunidade acadêmica e o público externo.	Kátia de Lourdes Fraga	Coordenador	01-01 a 13-08-2015
		Rennan Lanna Martins Mafra		14-08 a 31-12-2015
Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	A DTI atua na administração de recursos computacionais de uso geral da instituição, bom como no planejamento, coordenação, orientação e supervisão dos trabalhos técnicos e administrativos referentes ao uso da informática.	Michelini Lopes da Mota	Diretora	01-01 a 31-12-2015
Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa (CENTEV)	O CenTev atua na busca da promoção e aperfeiçoamento das relações entre a UFV, o setor público em geral e o setor privado, visando ao desenvolvimento econômico, social e ambiental de Viçosa e região.	Adriana Ferreira de Faria	Diretor	01-01 a 22-02-2015
		Sérgio Oliveira de Paula		23-02 a 31-12-2015
Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância (Cead)	A Cead é o órgão responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e prestação de suporte técnico à execução de atividades na área de Educação Aberta e a distância.	Frederico José Vieira Passos	Diretor	01-01 a 02-03-2015
		Silvane Guimarães Silva Gomes		03-03 a 31-12-2015

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (DRI)	A DRI é o órgão responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e prestação de suporte operacional à celebração de convênios e contratos, cujo objeto tenha natureza acadêmica, com instituições públicas e privadas domiciliadas no exterior ou no Brasil.	Vladimir Oliveira Di Iorio	Diretor	01-01 a 31-12-2014
<i>Campus</i> UFV – Florestal (CAF)	Ao <i>Campus</i> UFV-Florestal compete a coordenação geral de todas as atividades acadêmicas e administrativas em Florestal.	Antônio Cêzar Pereira Calil	Diretor	01-01 a 31-12-2014
<i>Campus</i> UFV – Rio Paranaíba (CRP)	Ao <i>Campus</i> UFV-Rio Paranaíba compete coordenação geral de todas as atividades acadêmicas e administrativas em Rio Paranaíba.	Frederico Garcia Pinto	Diretor	01-01 a 31-12-2014
Centro de Ciências Agrárias (CCA)	Os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício simultâneo de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as resoluções emanadas dos Órgãos Colegiados Superiores.	Rubens Alves de Oliveira	Diretor	01-01 a 31-12-2014
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB)	Os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício simultâneo de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as resoluções emanadas dos Órgãos Colegiados Superiores.	Maria Goreti de Almeida Oliveira	Diretora	01-01 a 31-12-2014
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE)	Os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício simultâneo de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as resoluções emanadas dos Órgãos Colegiados Superiores.	Antônio Cléber Gonçalves Tibiriçá	Diretor	01-01 a 31-12-2014
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH)	Os Centros de Ciências são os órgãos que administram o exercício simultâneo de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em uma ou mais áreas de conhecimento, respeitadas as normas legais, estatutárias, regimentais e as resoluções emanadas dos Órgãos Colegiados Superiores.	Maria das Graças Soares Floresta	Diretora	01-01 a 31-12-2014



3.5. Macroprocessos Finalísticos

Neste subitem o gestor deverá identificar os macroprocessos finalísticos da UJ, os quais correspondem às grandes funções da organização, para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas.

Os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente/cidadão.

Neste contexto, os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização e estão diretamente relacionados aos seus objetivos estratégicos e à geração de produto/serviço para o cliente interno ou externo.

Além de identificar os macroprocessos finalísticos, o gestor deverá descrever sucintamente sobre como os macroprocessos foram conduzidos pela UJ no exercício de referência do relatório.

Não há estrutura padronizada para as informações solicitadas neste subitem, as quais podem ser apresentadas mediante diagramas, tabelas, textos, entre outros. Os quadros utilizados para registro das informações, foi complementado com dados referentes aos principais insumos e fornecedores que concorreram para execução dos macroprocessos, bem como com a identificação dos principais parceiros externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada, que contribuíram para consecução dos resultados e serviços decorrentes de cada macroprocesso e conseqüentemente para a consecução dos objetivos da organização. Caso os produtos e serviços gerados pela unidade contribuam para geração de receitas próprias, essa informação também deve ser registrada no relatório de gestão, assim como a participação percentual desse montante nos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades da unidade jurisdicionada.

Caso a unidade jurisdicionada ainda não tenha feito mapeamento de seus processos, deve consignar essa informação no relatório de gestão, assim como possíveis esforços porventura iniciados para a realização de tal mapeamento. Ressalte-se que, ainda que não tenha havido o mapeamento de processos, a UJ deve registrar, em relação à unidade como um todo, as informações demandadas no subitem: produtos e serviços gerados com a execução de suas atividades, principais insumos e fornecedores, seus clientes e parceiros.

Quadro A.3.5.1 – Macroprocessos Finalísticos (Ensino)

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ingresso no Ensino de Graduação	Processo de definição e divulgação das formas de ingresso aos cursos de graduação da Instituição.	1. Realização do Evento “A Graduação na UFV”. 2. Divulgação e chamadas para o acesso pelo resultado do SiSU 3. Número de ingressantes.	Estudantes do Ensino Médio das escolas públicas e privadas.	PRE
Ingresso no Ensino Médio e Técnico	Processo de definição e divulgação das formas de ingresso no Colégio Universitário e nos cursos técnicos profissionalizantes do <i>Campus</i> UFV-Florestal.	1.Recebimento das inscrições. 2. Aplicação das provas do processo seletivo. 3. Número de ingressantes.	Estudantes do Ensino Fundamental	PRE COLUNI <i>Campus</i> UFV-Florestal
Controle acadêmico dos estudantes	Procedimentos relacionados ao controle da vida acadêmica do estudante da Instituição.	1. Manutenção do Sistema Sapiens. 2. Renovação de matrícula. 3. Definição do calendário escolar. 4. Elaboração do catálogo de graduação. 5. Elaboração do Manual do estudante. 6. Número de estudantes matriculados na graduação 7. Número de estudantes matriculados no ensino médio e técnico 8. Acompanhamento do desempenho do estudante em seu primeiro ano. 9. Oferta de serviços e, ou bolsas aos estudantes da graduação e do ensino técnico em vulnerabilidade socioeconômica, com vistas à permanência.	Estudantes da graduação e médio-técnico.	PRE Diretoria de Registro Escolar no CAV e Diretoria de Ensino no CAF e CRP
Concessão de bolsas acadêmicas	Definição de critérios para concessão de bolsas acadêmicas aos estudantes da graduação.(Monitoria, Tutoria e Bolsa Iniciação à Docência e PET).	1. Número de bolsas concedidas. 2. Número de atendimentos/projetos realizados	Estudantes da graduação.	PRE CAF CRP
Renovação do acervo bibliográfico	Manutenção e ampliação do acervo bibliográfico	1. Número de exemplares existentes 2. Número de exemplares adquiridos no ano.	Comunidade acadêmica e sociedade	PRE CAF CRP

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Oferta de cursos e disciplinas à distância	Ampliação da oferta do número de cursos e disciplinas a distância	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de cursos de graduação, pós-graduação e qualificação. 2. Ampliação no número de estudantes nos cursos a distância 3. Produção de material didático. 4. Ampliação do número de disciplinas de graduação a distância 5. Número de vagas oferecidas para os cursos de educação a distância 6. Oferta de treinamento sobre novas tecnologias de informação e comunicação. 	Comunidade acadêmica e sociedade	PRE CAF CRP CEAD CCA, CCB, CCE e CCH
Mobilidade acadêmica e intercâmbio	Possibilitar aos estudantes da UFV cursarem disciplinas ou realizar outras atividades acadêmicas em instituições nacionais e internacionais, receber estudantes. Receber estudantes e visitantes estrangeiros e de outros instituições nacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudantes de graduação em mobilidade no país 2. Estudantes de graduação em mobilidade no exterior 3. Definição de procedimentos para a mobilidade 4. Número de estudantes de outras instituições (nacionais e internacionais) em atividades na UFV 	Instituições de ensino superior e Estudantes da graduação.	PRE PPG DRI CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH
Diplomação	Procedimentos relacionados à conclusão do curso	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de concluintes. 2. Realização do evento de formatura. 	Estudantes de graduação no último semestre	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH RES SOC
PPI e Projetos Pedagógicos de Curso	Processo de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional e dos Projetos Pedagógicos de Cursos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. O documento do PPI 2. Número de projetos pedagógicos atualizados. 	Comunidade acadêmica	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH DIP Coordenadores de Curso

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Avaliação de disciplinas	Sistema de verificação da qualidade das disciplinas ofertadas, nos aspectos de infraestrutura e didático-pedagógico.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aplicação do processo de avaliação. 2. Relatório da avaliação. 3. Implementação de melhorias para os problemas detectados. 	Comunidade acadêmica	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH DIP Coordenadores de Curso
Avaliação de cursos	Sistema de verificação da qualidade dos cursos ofertados, nos aspectos de infraestrutura e didático-pedagógico.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aplicação do processo de avaliação. 2. Relatório da avaliação. 3. Acompanhamento de credenciamento e credenciamento de cursos. 4. Acompanhamento dos conceitos de avaliação dos cursos. 	Comunidade acadêmica e a sociedade	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH DIP Coordenadores de Curso
Melhoria do processo ensino-aprendizagem	Implementação de técnicas e procedimentos voltados para a modernização do processo ensino-aprendizagem.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Oferta de cursos de capacitação e didática aos docentes. 2. Oferta de cursos de capacitação aos técnicos 3. Elaboração de projetos de ensino. 4. Melhoria da estrutura física e de equipamentos para as aulas 5. Melhoria das condições de ensino para portadores de necessidades especiais 6. Números de projetos de qualificação oferecidos a docentes e profissionais da educação básica 	Comunidade acadêmica	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH DIP Coordenadores de Curso
Acompanhamento de egressos da UFV	Desenvolver sistema de acompanhamento de egressos da UFV	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgação do sistema 2. Emissão de relatórios de estudantes por ano de formatura, por área de atuação no mercado de trabalho, etc. 3. Reunião anual de encontro dos ex-alunos 	UFV Ex-alunos	PRE CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH RES AEA

Quadro A.3.5.2 – Macroprocessos Finalísticos (Pesquisa e Pós-Graduação)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Processo Seletivo para ingresso nos programas de pós-graduação	Processo de definição e divulgação das formas de ingresso aos programas de pós-graduação da Instituição.	1. Elaboração de editais 2. Recebimento das inscrições. 3. Aplicação das provas do processo seletivo. 4. Número de ingressantes.	Graduados	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Programas de pós-graduação Stricto sensu e cursos de especialização Lato sensu.	Coordenar e executar os Programas de Pós-Graduação da UFV	1. Número de Programas de mestrado e doutorado. 2. Número de cursos de especialização. 3. Estágio de docência. 4. Número de estudantes matriculados 5. Número de diplomados	Comunidade acadêmica e sociedade.	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Gestão das bolsas de pós-graduação	Procedimentos relativos aos critérios e controle da oferta de bolsas de estudo na pós-graduação.	Número de bolsas de pós-graduação.	Estudantes de pós-graduação.	PPG
Monografias, teses e dissertações	Viabilizar a elaboração de monografias, teses e dissertações	Número de monografias, teses e dissertações.	Estudantes de pós-graduação.	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Avaliação dos Programas de Pós-Graduação	Buscar a excelência dos programas por meio de melhores conceitos na avaliação Capes.	1. Conceito Capes dos Programas 2. Manutenção do programa de fortalecimento de programas de pós-graduação (conceito 3 e 4) – FORTIS (em parceria com a Fapemig)	MEC Programas de Pós-graduação Sociedade em geral	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Pesquisa acadêmica	Estimular a produção científica da UFV, integrar a pesquisa com o ensino e buscar recursos junto a agências de fomento.	1. Número de Grupos de Pesquisa. 2. Número de publicações. 3. Número de citações das publicações científicas 4. Número de Projetos de Pesquisa. 5. Número de pesquisadores	Comunidade acadêmica.	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)	Estimular os discentes da graduação a participarem dos projetos de pesquisa desenvolvidas pela UFV, através da prática científica.	1. Número de bolsas de Iniciação Científica. 2. Número de estudantes envolvidos com a iniciação científica 3. Congresso e Seminários de Iniciação Científica.	Estudantes da graduação e docentes.	PPG Departamentos Coordenador de curso

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão Administrativa e Financeira da PROAP	Realizar a execução orçamentária e financeira da PROAP, de programas e projetos aprovados em editais.	1. Relatórios de acompanhamento e prestação de contas dos recursos orçamentários.	Capes Comunidade acadêmica	PPG Departamentos Coordenador de Programa de Pós-Graduação
Propriedade Intelectual e inovação e transferência de tecnologia	Disseminação da cultura de proteção à propriedade intelectual e transferência de tecnologia, com foco na inovação no âmbito da UFV	1. Número de Patentes registradas. 2. Termos de Sigilo e Confidencialidade nos laboratórios de pesquisa da Universidade. 3. Número de empresas incubadas e graduadas 4. Número de cursos e assessoria e consultorias empresariais	Comunidade acadêmica e sociedade.	PPG Departamentos Centev
Treinamento de docentes em pós-graduação	Promover e viabilizar afastamento do docente para treinamento em nível de pós-graduação	1. Número de docentes afastados para treinamento em pós-graduação	Docentes	PPG PGP
Simpósio de Integração Acadêmica (SIA)	Realização anual do evento de integração das atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão e cultura com mostra dos trabalhos desenvolvidos.	1. Número de trabalhos apresentados 2. Número de estudantes participantes 3. Número de avaliadores	Comunidade acadêmica e sociedade	PPG PRE PEC CAF CRP CCA, CCB, CCE e CCH
Parcerias governamentais e empresariais	Estabelecer parcerias com agências de fomentos, e instituições governamentais e empresariais para captação de recursos para financiar a pesquisa.	1. Número de convênios firmados 2. Parcerias para melhoria da infraestrutura física e equipamentos para pesquisa.	Comunidade acadêmica e sociedade	PPG FUNARBE FINEP CNPQ FAPEMIG Fundação BB Empresas

Quadro A.3.5.3 – Macroprocessos Finalísticos (Extensão e Cultura)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Atividades de extensão.	Coordenar, estimular e compatibilizar as atividades extensionistas para a comunidade acadêmica e sociedade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cursos oferecidos. 2. Projetos desenvolvidos. 3. Programas desenvolvidos. 4. Workshops realizados. 5. Bolsas de extensão concedidas. 6. Número de participantes dos cursos de extensão 	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC Departamentos Coordenadores de Programas e Projetos de Extensão e Cultural DEV DAC
Produção e difusão cultural da UFV	Desenvolver, coordenar e difundir a política e a produção cultural da UFV para a comunidade acadêmica e sociedade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cursos oferecidos. 2. Manutenção de Acervos culturais . 3. Exposições culturais realizadas. 4. Número de visitas aos acervos culturais 5. Eventos culturais promovidos (teatro e música). 6. Programas e Projetos culturais desenvolvidos. 7. Bolsas de cultura concedidas. 	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC Coordenadores de Programas e Projetos de Extensão e Cultural DEV DAC
Gestão de estágios	Promover e apoiar a realização de estágios internos e externo à Instituição.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de estágios internos registrados. 2. Número de Estágios externos registrados. 	Estudantes, Unidades da UFV e empresas.	PEC Divisão de Extensão Unidades da UFV Empresas e instituições externas
Gestão de eventos de extensão e cultura	Promover e apoiar a realização de eventos de extensão e cultura da Instituição.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registro das atividades 2. Análise das propostas dos eventos 3. Controle dos espaços e infraestrutura para realização dos eventos. 4. Parcerias e contratações de eventos e artistas 	Comunidade acadêmica e sociedade	PEC DEX DEC PAD
Gestão da comunicação da extensão e cultura	Registro e publicização das atividades de extensão e cultura por meio digital e do parque gráfico.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produção de Material gráfico e digital. 2. Manutenção do Sistema Raex. 3. Produção de Relatórios e Catálogos. 4. Produção de Revistas 5. Produção de Boletins de extensão, informes técnicos e apostilas 	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC EDT DGU Unidades da UFV Empresas e instituições externas
Produção e comercialização de títulos.	Apoiar a fortalecer as publicações nas áreas do ensino, pesquisa e extensão e outros gêneros literários.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de livros (lançados, reeditados, reimpressos). 2. Número de Títulos no formato digital. 3. Número de Doação de Publicações. 	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC EDT DGU Unidades da UFV Empresas e instituições externas

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assessoria técnica, consultoria tecnológica e prestação de serviços	Desenvolver e estabelecer vínculos estratégicos da Universidade em parcerias com órgãos públicos e empresas na produção de trabalhos técnicos, sustentáveis e sociais à comunidade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de parcerias firmadas 2. Número de projetos realizados 3. Número de participantes dos projetos 4. Número de atendimentos oferecidos 5. Número de cursos oferecidos 	Comunidade acadêmica e sociedade.	PEC Divisão de Extensão Unidades da UFV Empresas e instituições externas

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Macroprocesso: Denominação do macroprocesso finalístico;

Descrição: Descrição sucinta do macroprocesso e das principais atividades que o compõem;

Produtos e Serviços: Produtos e/ou serviços gerados pelo macroprocesso finalístico;

Principais Clientes: Os principais beneficiários dos produtos e/ou serviços gerados com o macroprocesso. Podem ser beneficiários internos ou externos à UJ;

Subunidades Responsáveis: Nome das subunidades da unidade jurisdicionada diretamente responsáveis pelo desenvolvimento do macroprocesso.

Preferencialmente, as subunidades relacionadas nesta coluna devem constar do Quadro anterior.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Este item tem por objetivo descrever o planejamento organizacional UJ e seu desempenho orçamentário e operacional. Para isto, o texto está organizado em 5 subitens: Planejamento organizacional; Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos; Desempenho Orçamentário; Desempenho operacional, e; Informações sobre projetos financiados com recursos externos.

4.1. Planejamento organizacional

Para cumprir sua missão, a UFV tem Objetivos Institucionais estabelecidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2017, aprovados, inicialmente, no contexto do Plano de Gestão 2009-2012, na 372ª reunião do Conselho Universitário, ocorrida em 2 de dezembro de 2010.

Os Objetivos Institucionais representam as diretrizes estratégicas pretendidas para a Instituição e apresentam correlação com os Programas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA).

O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no Artigo 165 da Constituição Federal de 1988. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da República.

A elaboração do PPA é coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ocorre no primeiro ano da gestão do Presidente da República. Sua vigência é de 4 anos, cobrindo, assim, o primeiro da gestão seguinte, com vistas à continuidade das ações públicas. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade.

O PPA é estruturado em Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O Programa Temático se desdobra em Objetivos e Iniciativas, a fim de orientar a agenda de governo pelos temas de políticas públicas, constituindo o Plano de Governo, nos níveis estratégico e tático. No nível operacional, a Ação é uma categoria exclusiva do Orçamento, estabelecendo uma relação de complementaridade entre os instrumentos (Planejamento e Orçamento), sem prejuízo à integração.

No Programa Temático, o Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território. A Iniciativa declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras ações institucionais e normativas, bem como da pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas.

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação

governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas Iniciativas.

O PPA juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são leis instituídas pela Constituição Federal, Art. 165. A LDO, que deve ser compatível com o PPA, estabelece, entre outros, o conjunto de metas e prioridades da Administração Pública Federal e orienta a elaboração da LOA para o ano seguinte. A LOA contempla os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais. O seu vínculo com o PPA se dá por meio dos Programas e das Iniciativas do Plano que estão associadas às Ações constantes da LOA. Deve haver, portanto, uma compatibilidade entre o PPA, a LDO e a LOA.

Aplicam-se à UFV, conforme Quadro A.4.1.1, os seguintes Programas Temáticos: Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica; e Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, aplicam-se, também, os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e os Programas de Operações Especiais. Esse último não integra o PPA 2012 – 2015 e refere-se a despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Exemplos desse tipo de despesa são o pagamento de dívidas, ressarcimentos, sentenças judiciais, transferências, indenizações, financiamentos e contribuições a entidades.

Contudo, apesar de não fazerem parte do PPA, os Programas de Operações Especiais são parte integrante da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Quadro A.4.1.1 – Programas e ações orçamentárias da UFV

CÓDIGO PROGRAMA	CÓDIGO DA AÇÃO	TIPO	PROGRAMA/AÇÃO
PROGRAMAS TEMÁTICOS			
2030			Educação Básica
	20RI	Atividades	- Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
	20RJ	Atividades	- Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica
2031			Educação Profissional e Tecnológica
	2994	Atividades	-Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica
	20RL	Atividades	-Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
2032			Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
	20GK	Atividades	– Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
	20RK	Atividades	- Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior
	4002	Atividades	- Assistência ao Estudante de Ensino Superior
	8282	Atividades	- Reestruturação e Expansão de Instituições de Ensino Superior
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO ESTADO			
0089			Previdência de Inativos e Pensionistas da União
	0181	Operações Especiais	- Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis
2109			Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação
	2004	Atividades	- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e

CÓDIGO PROGRAMA	CÓDIGO DA AÇÃO	TIPO	PROGRAMA/AÇÃO
			seus Dependentes
	2010	Atividades	- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares
	2011	Atividades	- Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares
	2012	Atividades	- Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares
	4572	Atividades	- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
	20TP	Atividades	- Pagamento de Pessoal Ativo da União
	00M1	Operações Especiais	- Benefícios Assistências decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.
	09HB	Operações Especiais	- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
PROGRAMAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS			
0901			Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
	00G5	Operações Especiais	- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
	00O5	Operações Especiais	- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)
0909			Outros Encargos Especiais
	0536	Operações Especiais	- Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais

Fonte: LOA 2015.

4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

A UFV tem se mostrado alinhada ao cumprimento dos objetivos governamentais nos Programas Temáticos da Educação Básica e Educação Superior, na medida em que tem pautado suas ações para possibilitar a ampliação do acesso à educação básica e superior com condições de permanência e equidade, e com foco na qualidade acadêmica e na qualificação de recursos humanos.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFV/2012-2017), são firmados os Objetivos Institucionais que, em seu conjunto, buscam atender aos Programas Temáticos do governo para a Educação Básica e Educação Superior.

Os objetivos do exercício são os definidos para o PDI/UFV/2012-2017. Tais Objetivos Institucionais são os listados a seguir:

1. Consolidar e aprimorar o modelo de gestão da universidade *multicampi*.
2. Ampliar a produção científica, intelectual e cultural.
3. Aprimorar a comunicação entre a universidade e a sociedade, com o apoio de veículos de mídias e suportes digitais.
4. Aprimorar o Projeto Pedagógico Institucional e os projetos pedagógicos de cursos de graduação.
5. Consolidar e aperfeiçoar os cursos de graduação e de nível médio, observando as políticas de expansão da Instituição.

6. Aprimorar políticas de intercâmbio acadêmico com instituições nacionais e internacionais.
7. Estabelecer e consolidar programas voltados para melhoria do ensino, aprimorando as políticas de formação.
8. Fortalecer a política institucional de apoio à criação, consolidação e expansão da pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*.
9. Ampliar o acesso aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFV por meio da educação a distância.
10. Fortalecer a política institucional de pesquisa.
11. Consolidar políticas institucionais de biossegurança, de inovação e de proteção da propriedade intelectual.
12. Aprimorar a política de extensão da UFV, em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária.
13. Aprimorar a política de saúde, cultural, esportiva e de lazer da UFV e ampliar a política de gestão social voltada para a qualidade de vida da comunidade.
14. Ampliar o plano de assistência estudantil, visando à formação qualificada e à redução das desigualdades, da retenção e da evasão escolar.
15. Aprimorar a política de gestão integrada e desenvolvimento de pessoas.
16. Promover a expansão e,ou, a modernização das áreas físicas do sistema didático-científico e comunitário.
17. Prover continuamente condições para melhor uso do solo, das edificações e de equipamentos da UFV, considerando os aspectos de responsabilidade ambiental e de segurança patrimonial e comunitária.
18. Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos *campi* da UFV.
19. Aprimorar os sistemas viário, de água, de esgoto, de energia e de resíduos nos *campi* da UFV.
20. Consolidar os processos de planejamento e avaliação como instrumentos de tomada de decisão.
21. Aprimorar a eficiência administrativa, organizacional, financeira e econômica da UFV, por meio da otimização de recursos e dos processos de aquisição, distribuição, aplicação e controle de bens e serviços.

4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

A Universidade Federal de Viçosa investe continuamente no aprimoramento de sua gestão, em especial nas formas contemporâneas mais difundidas, como planejamento estratégico e programas de avaliação institucional.

Nesse contexto, a Administração da UFV tem buscado implementar instrumentos fomentadores de ações planejadas, integradas, participativas e sustentáveis, bem como facilitadores da avaliação institucional.

Portanto, com vistas ao aprimoramento da gestão universitária e, ainda, a adaptação às normas do MEC, a prática de Planejamento Institucional da UFV está estruturada em processos integrados e sinérgicos: Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental, Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Plano de Gestão e o Plano de Gestão de Logística e Sustentabilidade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumento de planejamento e gestão, norteador das decisões e ações institucionais. Instituído pelo Sinaes como parte do processo

de avaliação institucional, abrange um horizonte de, no mínimo, cinco anos, pois suas orientações devem ultrapassar uma Gestão.

As dimensões que compõem o PDI caracterizam a Instituição em sua filosofia de trabalho, missão, diretrizes pedagógicas, estrutura organizacional e atividades acadêmicas desenvolvidas e, ou, pretendidas.

O PDI deve ter consonância com os planos do governo federal e, em especial, o Projeto Pedagógico Institucional e o processo de Autoavaliação Institucional. Este último, realizado a cada dois anos na Instituição, por meio de uma Comissão Própria de Autoavaliação – CPA, tem a finalidade de sinalizar, através de avaliações periódicas e de análise dos resultados, para aperfeiçoamentos das atividades fins e meio a serem alcançados pela Instituição.

O processo de elaboração do PDI 2012-2017 na UFV foi coordenado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Sua construção envolveu a efetiva participação dos segmentos da comunidade universitária e, ainda, representantes da comunidade local, tendo sido aprovado pelo CONSU em maio de 2012, conforme Resolução nº 07/2012/CONSU. Em 2015 foram iniciadas as discussões para a elaboração do próximo PDI durante o ano de 2016 e início de 2017.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) estabelece o perfil, a missão, a vocação, a inserção regional, os objetivos, os princípios e as diretrizes pedagógicas da Instituição. Deve-se constituir em instrumento político, teórico e metodológico, que norteará as ações educacionais na Instituição. O PPI é um documento genérico e abrangente que permite seu mapeamento para adequação às diferentes áreas de ensino. Na UFV, o processo de elaboração do PPI é coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino.

O Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA) é o instrumento orientador e normativo dos processos de ocupação territorial do *Campus*. Tem a finalidade de orientar a expansão físico-territorial na totalidade do território do *Campus*, de forma social e ambientalmente sustentável e compatível com as metas de expansão didático-pedagógica da UFV.

O PDFA 2008 – 2017, instituído pela Resolução nº 14/2008, do CONSU, foi elaborado sob a coordenação da Pró-Reitoria de Administração, com a participação de todos os segmentos da comunidade universitária.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão de recursos e processos de Tecnologia da Informação (TI). Ele proporciona a integração de soluções e investimentos para a área de TI, buscando a otimização de recursos e o aumento da eficiência para o alcance dos objetivos institucionais.

O processo de elaboração do PDTI foi coordenado por uma comissão composta pela Diretora de Tecnologia da Informação, de representantes dessa Diretoria dos três *campi* e de representantes da Comissão de Elaboração do PDI e da Comissão Executiva de Tecnologia da Informação – COETI. O PDTI foi aprovado na 386ª reunião do Conselho Universitário, realizada em 7 de fevereiro de 2013. O novo PDTI, válido para o período de 2016 a 2019, foi elaborado no segundo semestre de 2015 e será submetido para apreciação no CONSU em março de 2016.

O Plano de Gestão (PG) é um instrumento de gestão que equivale ao programa de governo de uma Administração, com abrangência de quatro anos. Fundamentado nas premissas do planejamento estratégico e estruturado em objetivos, metas e ações, o Plano de Gestão visa

principalmente estabelecer uma dinâmica condizente com as políticas de expansão e de desenvolvimento da Instituição.

O PG deve apresentar compatibilidade com os demais processos que compõem o Planejamento Institucional da UFV. Sua elaboração é coordenada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento com a participação de todas as unidades acadêmico-administrativas da Instituição.

Na UFV, o PG possui um sistema desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação com interface web para que os agentes de planejamento (Reitora, Pró-Reitores, Diretores, Chefes de Departamento, Coordenadores de curso de graduação e de programas de Pós-Graduação) possam elaborar e manter atualizado o Plano correspondente ao seu setor.

O sistema permite a seleção de um ou mais objetivos institucionais (dentre os 21 definidos no PDI). Para cada objetivo selecionado, o agente de planejamento pode definir metas a serem alcançadas no período daquela gestão e, para cada uma das metas, é definido um conjunto de ações com período esperado para sua execução e o seu estado (não iniciada, paralisada, em andamento ou terminada). Periodicamente, os agentes de planejamento devem atualizar seu Plano de Gestão no sistema e fazer a avaliação do cumprimento das metas propostas.

O sistema permite, ainda, a extração de informações para a geração de um relatório impresso do Plano de Gestão da UFV. Em 2015, o sistema do PG passou a contar com uma nova funcionalidade para a geração do Plano de Aplicação - no qual os órgãos que fazem parte da descentralização orçamentária prevêm o uso de seus recursos orçamentários. Essa funcionalidade condiciona a emissão do Plano de Aplicação à atualização do Plano de Gestão, incentivando, assim, a manutenção das informações no PG.

O Plano Gestão de Logística e Sustentabilidade (PGLS) está em processo de elaboração. Em 2015 aconteceu o Fórum de Sustentabilidade para formalizar a discussão com a comunidade universitária a fim de embasar o PGLS. A Comissão do PGLS apresentou o inventário de bens, materiais e custos da instituição e incentivou professores, técnicos administrativos e estudantes a sugerirem ações para melhorar a utilização de recursos e minimizar os impactos negativos decorrentes de algumas atividades.

O Fórum aconteceu no auditório do Departamento de Economia Rural do *Campus* UFV-Viçosa e foi transmitido por webconferência para os *campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba. Durante o evento, também foi apresentado o site www.forum-pgls.ufv.br, por meio do qual a comunidade universitária pôde fazer sugestões. A Comissão fez a sistematização das discussões do Fórum e das sugestões recebidas pelo site para posterior envio ao CONSU.

4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Todas as ações de planejamento da UFV são orientadas pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual estão definidos os 21 Objetivos Institucionais, listados na seção 3.1.1. Os Objetivos Institucionais representam as diretrizes estratégicas pretendidas para a Instituição e apresentam correlação com os Programas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA). Conforme já mencionado, o Plano Plurianual é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma

regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no Artigo 165 da Constituição Federal de 1988. A elaboração do PPA é coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ocorre no primeiro ano da gestão do Presidente da República.

O definição dos 21 Objetivos Institucionais da UFV visam propiciar o sucesso no cumprimento da sua missão de "exercer ação integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à universalização da educação superior pública de qualidade, à inovação, à promoção do desenvolvimento institucional e das ciências, letras e artes, e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, capazes de enfrentar desafios e atender às demandas da sociedade".

Todos os planos estratégicos relacionados com o planejamento institucional, a saber, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA), Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), Plano de Gestão (PG) e o Plano de Gestão de Logística e Sustentabilidade (PGLS) são baseados nos 21 objetivos institucionais definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Todas as ações do planejamento estratégico da UFV são dinâmicas, tendo que ser avaliadas e/ou atualizadas periodicamente. A estratégia mais comum é a nomeação de uma comissão para verificar a necessidade de atualização e/ou revisão do documento relacionado com aquela área estratégica. Em 2015, por exemplo, foi elaborada a nova versão do PDTI a partir de discussões na Comissão Executiva de Tecnologia da Informação (COETI), que solicitou a nomeação de uma Comissão composta por representantes da área de Tecnologia da Informação dos 3 *campi* da UFV, da Diretora de Tecnologia da Informação, de um representante da COETI, além do Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento.

Outra forma de acompanhamento das ações de planejamento é através do sistema desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação, que possui uma boa capilaridade institucional onde a Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias, Chefias de Departamento, Coordenações de curso de graduação e de programas de Pós-Graduação precisam elaborar e manter atualizado o plano de gestão de seu órgão/setor.

Cada uma das metas definidas pelo agente de planejamento (Reitora, Pró-Reitores, Diretores, etc.) está associada a um objetivo institucional (dentre os 21 definidos no PDI) e, para cada uma das metas, é definido um conjunto de ações com período esperado para sua execução e o seu estado (não iniciada, paralisada, em andamento ou terminada). Periodicamente, os agentes de planejamento devem atualizar seu Plano de Gestão no sistema e podem fazer a avaliação do cumprimento das metas propostas.

A avaliação consiste em estimar o percentual de cumprimento de cada uma das metas, relatando os fatores que contribuíram e aqueles que dificultaram o atingimento (parcial ou total) daquela meta. E para cada uma das ações, também é necessário atualizá-la, quando o sistema

detecta uma inconsistência. Por exemplo, uma ação cujo prazo de término foi prevista para julho de 2015 e estava com seu estado “Em andamento”, no dia 01/08/2015 se tornou inconsistente, já que a data atual era posterior à data prevista para o término. O agente de planejamento deve, nesse caso, entrar no sistema e atualizar o estado para “ Terminada”, caso a ação tenha realmente terminado dentro do prazo previsto ou, modificar a data de término, jogando-a para o futuro.

Em 2015, o sistema do PG passou a contar com uma nova funcionalidade para a geração do plano de aplicação, no qual os órgãos que fazem parte da descentralização orçamentária, preveem o uso de seus recursos orçamentários. Para a geração do plano de aplicação, o plano de gestão do órgão deve estar atualizado, não podendo haver nenhuma ação em estado inconsistente. Dessa forma, temos a garantia de que, pelo menos, uma vez por ano o plano de gestão do órgão será atualizado. Caso contrário, o órgão não pode usar seu orçamento daquele ano.

Outra forma de avaliação do cumprimento das ações de planejamento é feita através do questionário de avaliação preparado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Tal questionário tem perguntas gerais que são respondidas pelos 3 segmentos que compõem a comunidade universitária: docentes, técnico-administrativos e estudantes. Algumas perguntas podem ser direcionadas a apenas um ou a dois destes segmentos, ou ainda a uma parcela de um segmento. É o caso, por exemplo, de questões relacionadas aos alojamentos que só diz respeito aos alunos de graduação no *Campus* UFV-Viçosa e de ensino médio no *Campus* UFV-Florestal.

Importante ressaltar que, sob a coordenação da CPA, no ano de 2013, foi realizada pesquisa mais ampla sobre a atuação da UFV junto à comunidade externa, nas cidades de Viçosa, Florestal e em Rio Paranaíba. Em 2015, o questionário foi aplicado apenas à comunidade interna, em função das fortes restrições orçamentárias. A avaliação aborda a percepção das comunidades sobre o desempenho da UFV em fatores relacionados aos 5 eixos temáticos do SINAES, como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, comunicação e sociedade, atendimento ao discente, infraestrutura e outros.

4.3. Desempenho Orçamentário

4.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Não se aplica, visto que a UPC não representa ministério (secretaria-executiva ou secretaria geral de ministério e secretarias com *status* de ministério no âmbito da Presidência da República) e por conseguinte não possui objetivos específicos estabelecidos no Plano Plurianual – PPA que sejam de sua responsabilidade.

4.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Os quadros e instruções deste subitem destinam-se a orientar o atendimento do subitem 3.3.2 conforme anexo único da Portaria –TCU nº321/2015 e do detalhamento apresentado no Sistema E-Contas, contudo não se aplicam à UFV os seguintes tópicos:

- a. Ações – OFSS: pois essa UJ não tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados à ação, mas apenas a um subtítulo, dessa forma, foi preenchido apenas o Quadro do subitem 4.3.2.2 – Ações/Subtítulos – OFSS; e
- b. Ações – Orçamento de Investimento – OI: a UFV não recebe recurso através do Orçamento de Investimento.

4.3.2.1. Ações - OFSS

Não se aplica.

4.3.2.2. Ações/Subtítulos - OFSS

Foram elaboradas as informações constantes do Quadro – Ações/Subtítulos – OFSS, visto que a UFV é responsável apenas por um subtítulo de cada ação.

Os Quadros desta série demonstram a execução orçamentária e financeira, bem como as metas físicas das ações que constituem os seguintes Programas Temáticos:

- 2030 Educação Básica;
- 2031 Educação Profissional e Tecnológica;
- 2032 Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Os Programas Temáticos expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade. Cada ação orçamentária desses Programas está vinculada a uma única Iniciativa e a uma meta que representa uma medida do alcance do objetivo da ação.

O Programa da Educação Básica (2030) tem duas ações: “Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica” (20RI) e “Apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação” (20RJ).

O Programa Educação Profissional e Tecnológica (2031) tem duas ações: “Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica” (2994) e “Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica” (20RL).

O Programa da Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (2032) tem cinco ações: “Assistência ao Estudante de Ensino Superior” (4002), “Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior” (8282), “Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior” (20RK) e “Fomento às ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão” (20GK).

Quadro A.4.3.2.2.1 – 20RI

Identificação da Ação	
Código	20RI Tipo: Atividades
Descrição	Funcionamento Das Instituições Federais De Educação Básica
Iniciativa	Manutenção Das Instituições Federais De Educação Básica E Apoio Financeiro Aos Entes Federados Para A Manutenção E Desenvolvimento Do Ensino Código: 02BY
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do

	enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Código: 0598						
Programa	Educação Básica Código: 2030		Tipo: Programa Temático				
Unidade Orçamentária	26282						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
0031-Minas Gerais	385.091,00	385.091,00	329.325,29	263.575,43	142.960,89	120.614,54	65.749,86
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0031-Minas Gerais	Estudante Matriculado		Unidade		480	-	480
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0031-Minas Gerais	238.631,10	221.267,26	3.584,95	Aluno Matriculado	Unidade	480 (Ano 2013) 480 (Ano 2014)	

Fonte: Tesouro Gerencial, LOA 2015 Volume V e SIMEC em 16/02/2016.

Análise Situacional – Ação 20RI

Contribui para execução da ação a existência de recursos e competência da equipe de trabalho do colégio de aplicação. Segundo o INEP o Colégio de Aplicação da UFV (Coluni) continua a ter o melhor desempenho entre as escolas públicas de Minas Gerais. Entre as escolas públicas do país, ele ocupa a segunda posição na classificação.

No entanto, vale destacar que a execução orçamentária não foi totalmente realizada em razão do ajuste orçamentário, que cortou 10% dos recursos de custeio e 50% dos recursos de capital previstos na Lei Orçamentária, fato que fez com que algumas despesas do ano de 2015 não fossem empenhadas no devido exercício, o que irá comprometer o orçamento de 2016 da UFV.

Quanto a execução orçamentária da ação, 80% dos recursos empenhados no exercício foram liquidados ainda em 2015. Desses, 54% foram pagos também dentro do exercício. Dos Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores houve a liquidação de 92% dos recursos inscritos em 1º de janeiro de 2015.

Quadro A.4.3.2.2.2 – 20RJ

Identificação da Ação	
Código	20RJ Tipo: Atividades
Descrição	Apoio A Capacitação E Formação Inicial E Continuada Para A Educação Básica
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de

	jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente Código: 02BQ						
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Código: 0597						
Programa	Educação Básica Código: 2030 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26282						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0031-Minas Gerais	1.420.964,00	1.420.964,00	1.418.650,84	1.216.704,67	1.032.626,06	184.078,61	201.946,17
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0031-Minas Gerais	Projeto apoiado			Unidade	11	9	9
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0031-Minas Gerais	188.202,71	185.626,18	0,00	Pessoa Beneficiada	Unidade	6.524 (Ano 2014)	

Fonte: Tesouro Gerencial, LOA 2015 Volume V e SIMEC em 16/02/2016.

Análise Situacional – Ação 20RJ

A restrição orçamentária, devido ao ajuste fiscal, impossibilitou o oferecimento de novas turmas de cursos estruturados como Mais Educação e Docência em Educação Infantil. Cursos estes que possuem grande demanda entre os professores da educação básica da rede pública. De outra parte, ressentem-se, neste momento, dos constantes atrasos no pagamento das bolsas pelo Sistema de Gestão de Bolsa - SGB, colocando o trabalho à mercê de certa angústia entre os integrantes da equipe que ainda se mantém coesa e comprometida, desenvolvendo seu trabalho com responsabilidade e pontualidade.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação destaca-se a facilidade de comunicação, interação e participação dos alunos com as disciplinas cursadas e a secretaria do curso proporcionadas pela plataforma de ensino a distância PVANet, desenvolvida pela UFV. No caso do curso de Licenciatura em Educação do Campo - LICENA o quadro docente em formação foi um dos fatores preponderantes para a execução. O curso iniciou com apenas 3 docentes efetivos contratados especificamente para a ação e a cada semestre somaram-se mais 3, portanto contam agora com 12 docentes, restando ainda 3 para completar o quadro. Isso fez com que se gerasse uma forte sinergia entre a equipe, propiciando intensa interdisciplinaridade, contudo, gerou também forte sobrecarga de trabalho, especialmente se considerarmos a realização de trabalho docente nos Tempos Escolas e nos Tempos Comunidades, uma vez que a carga horária didática precisa ser cumprida no *Campus* da UFV e também nos locais de vida dos educandos.

Com os resultados já obtidos do LICENA pode-se destacar o reconhecimento por parte dos parceiros nos movimentos sociais, principalmente os quilombolas e vinculados às Escola Família Agrícola -EFAs. Outro resultado importante foi a capacitação de 3.500 professores do ensino médio através do Pacto do Ensino Médio realizado em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.

Quanto a execução orçamentária da ação, 85% dos recursos empenhados no exercício foram liquidados ainda em 2015. Desses, 84% foram pagos também dentro do exercício. Dos Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores houve a liquidação de 98% dos recursos inscritos em 1º de janeiro de 2015.

Quadro A.4.3.2.2.3 – 20RL

Identificação da Ação							
Código	20RL Tipo: Atividades						
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante. Código: 02A0						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26282						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0031-Minas Gerais	5.391.995,00	5.391.995,00	4.293.881,59	3.834.528,54	3.830.081,18	4.447,36	459.353,05
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0031-Minas Gerais	Estudante Matriculado	Unidade	750	-	949		
Restos a pagar não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0031-Minas Gerais	377.852,65	346.826,49	18.721,66	Estudante Matriculado	Unidade	750 (Ano 2014)	

Fonte: Tesouro Gerencial, LOA 2015 Volume V e SIMEC em 16/02/2016.

Análise Situacional – Ação 20RL

Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação destaca-se a dedicação dos docentes e servidores técnico-administrativos e a melhoria nos procedimentos acadêmicos e administrativos.

No entanto, vale destacar que a execução orçamentária não foi totalmente realizada em razão do ajuste orçamentário que cortou 10% dos recursos de custeio e 50% dos recursos de capital previstos na lei orçamentária, fato que fez com que algumas despesas do ano de 2015 não fossem empenhadas no devido exercício, o que irá impactar o orçamento de 2016 da UFV.

Quanto a execução orçamentária da ação, 89% dos recursos empenhados no exercício foram liquidados ainda em 2015. Desses, 99% foram pagos também dentro do exercício. Dos Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores houve a liquidação de 91% dos recursos inscritos em 1º de janeiro de 2015.

Quadro A.4.3.2.2.4 – 2994

Identificação da Ação							
Código	2994 Tipo: Atividades						
Descrição	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes. Código: 02A5						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26282						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0031-Minas Gerais	1.103.490,00	1.103.490,00	1.103.488,14	1.078.065,15	1.024.257,49	53.807,66	25.422,99
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0031-Minas Gerais	Benefício Concedido			Unidade	1.860	-	1.860
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0031-Minas Gerais	302.558,12	284.591,15	10.259,33	Benefício Concedido	Unidade	1.860 (Ano 2014)	

Fonte: Tesouro Gerencial, LOA 2015 Volume V e SIMEC em 16/02/2016.

Análise Situacional – Ação 2994

Um dos fatores que contribuíram para a execução da ação foi a motivação da equipe responsável pela execução das ações de assistência estudantil na UFV.

Porém também houve fatores que dificultaram a execução da ação como: dificuldade com os processos de compra; carência de pessoal para todas as áreas da assistência estudantil; e a insuficiência do recurso para todas as ações previstas para assistência estudantil, entretanto, a UFV mantém a tradição de investir recursos próprios na complementação da assistência estudantil.

Resultados obtidos com os recursos da ação: ampliação substancial das atividades de esporte e lazer; aumento na quantidade de bolsas, auxílios e serviços para permanência dos estudantes em 2015. Também aumento na cobertura de atendimentos na área de saúde e psicossocial, além de campanhas de saúde, direitos humanos e de prevenção ao consumo excessivo de álcool e outras drogas.

Quanto a execução orçamentária da ação, 97% dos recursos empenhados no exercício foram liquidados ainda em 2015. Desses, 95% foram pagos também dentro do exercício. Dos Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores houve a liquidação de 94% dos recursos inscritos em 1º de janeiro de 2015.

Quadro A.4.3.2.2.5– 20GK

Identificação da Ação							
Código	20GK Tipo: Atividades						
Descrição	Fomento as Ações de Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero Código: 0390						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Código: 0803						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa E Extensa Código:2032 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26282						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0031-Minas Gerais	2.855.442,00	2.855.442,00	2.489.493,39	2.072.580,87	1.735.732,09	336.848,78	416.912,52
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0031-Minas Gerais	Iniciativa apoiada	Unidade	20	-	20		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0031-Minas Gerais	170.524,70	151.468,24	1.786,00	Projeto apoiado Iniciativa apoiada	Unidade	19 (Ano 2013) 22 (Ano 2014)	

Fonte: Tesouro Gerencial, LOA 2015 Volume V e SIMEC.

Análise Situacional – Ação 20GK

Um dos fatores que contribuíram para a execução da ação foi disponibilidade de recursos para ações específicas de extensão. A previsão desse auxílio financeiro tem se mostrado como um incentivo à participação dos estudantes. Além disso, a estruturação das equipes administrativas da UFV a saber da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura para dar suporte às ações dos extensionistas, bem como a parceria entre outros órgãos também da UFV como a Diretoria de Material, Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, Divisões de Transportes e Gráfica permitiram otimização dos recursos. No mais, tem sido possível manter um contato mais efetivo e frequente com as comunidades envolvidas, ampliando a integração da IES com as comunidades em seu entorno.

Isso permitiu uma maior visibilidade da extensão como atividade fim da IES: ao longo dos anos os programas e projetos contemplados com recursos do PROEXT, possibilitaram a formação de núcleos, que promovem ações e discutem temas em consonância com as políticas públicas apontadas no PROEXT. Maior inserção da IES na microrregião. A Universidade Federal de Viçosa tem sido referência na Zona da Mata Mineira para temas como: agricultura familiar, agroecologia, economia popular solidária, promoção da saúde, saúde das pessoas com deficiência, fortalecimento do SUS, uso de técnicas sustentáveis e ocupação eficiente do solo em assentamentos de reforma agrária e formação de professores dentre outros. Melhoria na formação do estudante-técnico-científica, pessoal e social.

Quanto aos fatores que dificultaram a execução da ação destaca-se o processo de compra de materiais permanentes que tem sido demorado e, na maioria das vezes o equipamento chega após a realização das ações em que seria utilizado. Além disso, os problemas encontrados na utilização do sistema Sisproext como a não disponibilização, via o Sistema, dos formulários dos relatórios parcial/acompanhamento para as ações desenvolvidas em 2015; impossibilidade de alterar composição da equipe e status/perfil do usuário durante todo o ano de 2015; demora e, ou falta de respostas aos e-mails direcionados ao PROEXT.

Além disso, as atividades desenvolvidas nos finais de semana na microrregião de Viçosa foram comprometidas devido à dificuldade de disponibilização de transporte.

Outro fator de grande destaque foi a necessidade de adequação do plano de trabalho devido ao corte no orçamento (10% custeio e 50% capital).

Quanto a execução orçamentária da ação, 83% dos recursos empenhados no exercício foram liquidados ainda em 2015. Desses, 83% foram pagos também dentro do exercício. Dos Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores houve a liquidação de 88% dos recursos inscritos em 1º de janeiro de 2015.

Quadro A.4.3.2.2.6– 20RK

Identificação da Ação	
Código	20RK Tipo: Atividades
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade Código: 03GD
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de

	estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa E Extensa Código: 2032 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26282						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0031-Minas Gerais	67.757.953	71.961.953	57.370.590	54.417.466	52.332.906	2.084.560	2.953.123
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0031-Minas Gerais	Estudante matriculado			Unidade	17.950	-	18.045
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0031-Minas Gerais	16.106.653,90	13.353.090,11	287.497,52	Aluno matriculado	Unidade	15.947 (Ano 2012) 17.360 (Ano 2013) 17.950 (Ano 2014)	

Fonte: Tesouro Gerencial, LOA 2015 Volume V e SIMEC.

Análise Situacional – Ação 20RK

Dedicação dos docentes e servidores técnico-administrativos, a melhoria nos procedimentos acadêmicos e administrativos e a contratação de novos servidores foram fatores que favoreceram o cumprimento da meta da ação.

A despeito do cumprimento da meta da ação, a legislação que regulamenta a contratação de bens e serviços, como a lei de licitações, impõe restrições e dificuldades que tornam morosa a gestão pública. Estes recursos possibilitaram o oferecimento de boas condições de aulas práticas e teóricas, aquisição de material de consumo, equipamentos, atualização e ampliação do acervo bibliográfico, e melhoria e ampliação da estrutura física. No entanto vale destacar que a execução orçamentária não foi totalmente realizada em razão do ajuste orçamentário que cortou 10% dos recursos de custeio e 50% dos recursos de capital previstos na lei orçamentária, fato que fez com que algumas despesas do ano de 2015 não fossem empenhadas no devido exercício, o que irá comprometer o orçamento de 2016 da UFV.

Um importante resultado obtido foi que mais uma vez, a Universidade Federal de Viçosa obteve o conceito máximo (5) no Índice Geral de Cursos (IGC). Os dados referentes a 2014 foram divulgados, em dezembro de 2015, pelo Ministério da Educação (MEC), que avaliou mais de duas mil universidades, faculdades e centros universitários. A UFV ficou na oitava colocação no âmbito nacional e em segundo lugar em Minas Gerais. Entre as graduações da UFV avaliadas, quatro obtiveram nota máxima (5) de Conceito Preliminar de Curso (CPC), três do *Campus* UFV-Viçosa

(Bacharelado em Matemática, Engenharia Florestal e Engenharia Mecânica) e uma do *Campus* UFV-Florestal (Licenciatura em Química).

Quanto a execução orçamentária da ação, 94,85% dos recursos empenhados no exercício foram liquidados ainda em 2015. Desses, 96,17% foram pagos também dentro do exercício. Dos Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores houve a liquidação de 82,90% dos recursos inscritos em 1º de janeiro de 2015.

Quadro A.4.3.2.2.7 – 4002

Identificação da Ação							
Código	4002 Tipo: Atividades						
Descrição	Assistência Ao Estudante De Ensino Superior						
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência Código: 03GA						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26282						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0031-Minas Gerais	12.730.971	12.730.971	12.700.054	10.476.748	9.480.198	996.550	2.223.306
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0031-Minas Gerais	Benefício concedido			Unidade	32.900	-	32.900
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0031-Minas Gerais	1.730.100,59	1.722.070,97	5.923,50	Aluno Assistido Aluno Assistido Benefício Concedido	Unidade	11.350 (Ano 2011) 11.350 (Ano 2013) 32.900 (Ano 2014)	

Fonte: Tesouro Gerencial, LOA 2015 Volume V e SIMEC em 16/02/2016.

Análise Situacional- Ação 4002

As ações de assistência estudantil sempre foram prioridade na Universidade Federal de Viçosa. O apoio coletivo a estas realizações, bem como a parceria entre os diferentes agentes e a

excelente qualidade técnica dos profissionais envolvidos são, sem dúvida os principais fatores contributivos.

Já os fatores que dificultaram a execução da ação foram: dificuldade com os processos de compra; carência de pessoal para todas as áreas da assistência estudantil; e a insuficiência do recurso PNAES para todas as ações previstas para assistência estudantil. Apesar disso, a UFV mantém a tradição de investir recursos próprios na complementação da assistência estudantil.

Outro desafio é a crescente (e desejável) ampliação de estudantes com características de alta vulnerabilidade social, não completamente acompanhada da expansão de recursos orçamentários, especialmente o PNAES.

Alguns dos resultados obtidos com os recursos da ação foram: ampliação substancial das atividades de esporte e lazer na UFV; aumento na quantidade de bolsas, auxílios e serviços para permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica na UFV em 2015. Também aumento na cobertura de atendimentos na área de saúde e psicossocial, além de campanhas de saúde, direitos humanos e de prevenção ao consumo excessivo de álcool e outras drogas e continuação das obras de construção dos três novos restaurantes universitários nos *campi* da UFV.

Cerca de 12.000 alunos da instituição recebem benefícios como auxílio alimentação, bolsa moradia e alojamento totalizando a concessão de 32.900 benefícios a estudantes. A UFV oferece cerca 2.200.000 refeições por ano, incluindo café da manhã, almoço e jantar.

Quanto a execução orçamentária da ação, 82,49% dos recursos empenhados no exercício foram liquidados ainda em 2015. Desses, 90,49% foram pagos também dentro do exercício. Dos Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores houve a liquidação de 99,54% dos recursos inscritos em 1º de janeiro de 2015.

Quadro A.4.3.2.2.8 – 8282

Identificação da Ação							
Código	8282 Tipo: Atividades						
Descrição	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade Código: 03GD						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841						
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa E Extensa Código: 2032 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26282						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0031-Minas	30.495.766	30.495.766	25.851.002	16.250.834	13.878.238	2.372.596	9.600.167

Execução Física da Ação – Metas						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0031-Minas Gerais	Projeto viabilizado	Unidade	12	-	12	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0031-Minas Gerais	6.721.394,12	4.942.010,52	195.795,46	Vaga disponibilizada Vaga disponibilizada Projeto viabilizado	Unidade Unidade	835 (Ano 2012) 835 (Ano 2013) 12 (Ano 2014)

Fonte: Tesouro Gerencial, LOA 2015 Volume V e SIMEC.

Análise Situacional – Ação 8282

Um dos fatores que contribuíram para a execução da ação foi a disponibilidade de novos recursos orçamentários e humanos para cumprimento da meta de expansão do ensino superior de qualidade. Estes recursos possibilitaram a manutenção do cronograma de execução das obras e o oferecimento de boas condições de aulas práticas e teóricas, aquisição de material de consumo, equipamentos, atualização e ampliação do acervo bibliográfica, manutenção e ampliação da rede de energia e dados e voz, e melhoria e ampliação da estrutura física.

No entanto vale destacar que a execução orçamentária não foi totalmente realizada em razão do ajuste orçamentário que cortou 10% dos recursos de custeio e 50% dos recursos de capital previstos na lei orçamentária, fato que fez com que algumas despesas do ano de 2015 não fossem empenhadas no devido exercício, o que irá comprometer o orçamento de 2016 da UFV.

Quanto a execução orçamentária da ação, 62,86% dos recursos empenhados no exercício foram liquidados ainda em 2015. Desses, 85,40% foram pagos também dentro do exercício. Dos Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores houve a liquidação de 73,53% dos recursos inscritos em 1º de janeiro de 2015.

4.3.2.3. Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Esse item refere-se a restos a pagar não processados – OFSS de Ações não mais Previstas na LOA 2015.

Para a Unidade Orçamentária 26282 as alterações nas ações foram as seguintes:

- 1- A ação 10G1 foi extinta;
- 2- A ação 11DO passou a ser 8282;
- 3- A ação 6328 foi extinta;

- 4- As ações 4009 e 2992 foram englobadas na ação 20RK; e
 5- A ação 2991 passou a ser 20RI.

Porém apenas o detalhamento da ação 6328 será demonstrado por se tratar de ação de Programa Temático constante no PPA 2012-2015, conforme orientação do TCU.

Quadro A.4.3.2.3.1 – Ação 6328 não Prevista na LOA 2015 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	6328 Tipo: Atividades				
Título	Universidade Aberta e a Distância				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841				
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, ensino e Pesquisa Código: 2032				
Unidade Orçamentária	26282				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
86.649,39	82.710,39	3.939,00	Vaga Ofertada	Unidade	598 (Ano 2014) 705 (Ano 2013) 480 (Ano 2012)

Fonte: Tesouro Gerencial e SIMEC em 26/02/2016.

Análise Situacional:

A Universidade Federal de Viçosa procedeu à inscrição de despesas com restos a pagar no encerramento do exercício financeiro, observadas as condições estabelecidas nos Decretos 93.872/1986 e 7.654/2011.

Assim, os valores inscritos em restos a pagar das ações que não constam da LOA 2015 seguiram indicação do ordenador de despesas e têm validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição. Contudo, poderão permanecer válidos, após esta data, mediante as seguintes situações:

- I- refiram-se às despesas executadas diretamente pelos órgãos e entidades da União ou mediante transferência ou descentralização aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com execução iniciada até a data prevista no § 2º; ou
- II- sejam relativos às despesas: a) do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; b) do Ministério da Saúde; ou c) do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

A execução iniciada referida no item I se aplica em casos de aquisição de bens, se a despesa for constatada pela quantidade parcial entregue, atestada e aferida; e nos casos de realização de serviços e obras, se a despesa for verificada pela realização parcial com a medição correspondente atestada e aferida.

Com isso, o Quadro anterior apresenta a ação 6328 que não constam na LOA 2015 e ainda possuem valores inscritos em restos a pagar.

Ações – Orçamento de Investimento - OI

Não se aplica.

Análise Situacional

Conforme instruções no Sistema E-Contas, a unidade jurisdicionada deverá fazer análise da execução de forma individualizada ou para o conjunto das ações, devendo a escolha sobre uma ou outra forma considerar a que melhor se adequa ao acompanhamento da gestão, notadamente face ao número de ações sob a responsabilidade da unidade. Assim, optou-se por fazer a análise situacional ao final de cada Quadro demonstrativo da execução orçamentária, financeira e metas que compõem a série 4.3.2.2 e 4.3.2.3

4.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A Lei Orçamentária Anual 2015 foi aprovada em abril daquele exercício fazendo com que o Decreto nº8.456 de Execução Orçamentária e Financeira fosse aprovado apenas em 22 de maio, reduzindo em 19% o orçamento geral do MEC em relação à LOA 2015.

Com a aprovação do Decreto a definição de cortes para as IFES só ocorreu em junho/2015 resultando em uma redução de 10% nas despesas em custeio e 50% nas despesas de capital.

Esse atraso na definição dos cortes para as IFES atrapalhou consideravelmente o planejamento que havia sido realizado até então, prejudicando licitações em andamento que não puderam ser concluídas de acordo com o cronograma inicial...

E mesmo após a definição desse corte houve atraso na obtenção de limite orçamentário, em especial no último trimestre do ano.

Além disso, não houve a liberação do superávit financeiro apurado em exercícios anteriores referente aos recursos de investimento prejudicando principalmente a aquisição de equipamentos.

Quanto Programa de Apoio à Pós – Graduação- PROAP/CAPES apenas 25% dos recursos orçamentários originalmente pactuados foram liberados no mês de julho, prejudicando as atividades de todos os Programas de Pós Graduação da UFV. Ademais, parte do financeiro do PROAP não foi liberado em 2015.

Os demais eventos que prejudicaram o desenvolvimento das ações foram abordados dentro dos itens específicos.

4.3.4. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Foi registrado, à título de obrigações por insuficiência de créditos/recursos, o montante de R\$ 6.048.040,84 (conforme detalhamento nos quadros a seguir) como reconhecimento de passivos sem execução orçamentária, para atendimento das despesas de custeio devido ao contingenciamento do limite orçamentário tendo em vista a crise financeira que se instalou no exercício de 2015. A carência de informações para contabilização, e a necessidade de cumprimento dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, mormente o da Competência e o da Oportunidade norteou a Administração da UFV para que se procedesse o reconhecimento do passivo no exercício de 2015.

Quadro A.4.3.4.1 – Outros Encargos Sociais – Intra OFSS

CODIGO SIAFI: 21.142.98.00		OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS			
		SALDO FINAL DO EXERCICIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL DO EXERCICIO
Entidade CCor				Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$
170502	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL/COFIN/STN	0,00	0,00	857.083,54	857.083,54
Total		0,00	0,00	857.083,54	857.083,54

Quadro A.4.3.4.2 – Contas a pagar – Credores nacionais

CODIGO SIAFI: 21.311.04.00		= CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS			
		SALDO FINAL DO EXERCICIO ANTERIOR	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR Saldo Atual - R\$	SALDO FINAL DO EXERCICIO Saldo Atual - R\$
Entidade CCor					
08512981000168	3A LOCAÇAO E MAO DE OBRA LTDA - ME	0,00	0,00	4.507,82	4.507,82
04552404000149	ADCON ADMINISTRACAO E CONSERVACAO LTDA	0,00	0,00	618.739,94	618.739,94
20320487000105	AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL	0,00	0,00	65.800,65	65.800,65
04622116000113	ALGAR MULTIMIDIA S/A	0,00	0,00	7.404,83	7.404,83
71208516000174	ALGAR TELECOM S/A	0,00	0,00	8.263,93	8.263,93
07655416000197	ARTEBRILHO MULTSERVICOS LTDA	0,00	0,00	262.609,22	262.609,22
00000000000191	BANCO DO BRASIL SA	0,00	0,00	146.200,00	146.200,00
33131079000149	CARL ZEISS DO BRASIL LTDA	0,00	0,00	6.320,92	6.320,92
06981180000116	CEMIG DISTRIBUICAO S.A	0,00	0,00	2.811.900,77	2.811.900,77
57902151653	CESAR ARAUJO SILVA	0,00	0,00	2.100,00	2.100,00
03033142000143	CIENTEC - CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTD	0,00	0,00	49.923,71	49.923,71
04220839000196	EDUARDO RAYMUNDO DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP	0,00	0,00	45.333,65	45.333,65
00028986001180	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A.	0,00	0,00	7.174,30	7.174,30
34028316001509	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	0,00	0,00	19.883,08	19.883,08
110245	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.	0,00	0,00	449.293,78	449.293,78
03914523000131	GESET COMERCIO, ASSISTENCIA TECNICA E LOCAÇOES DE MAQUI	0,00	0,00	31.629,27	31.629,27
18876112000176	GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICACOES DE EDITAIS LTDA - EPP	0,00	0,00	823,52	823,52
09226791000147	JACKSON DORNELES CPF 066.105.256-76 - ME	0,00	0,00	33.163,92	33.163,92
11146580000146	LAPAC SERVICOS LTDA - ME	0,00	0,00	152.450,11	152.450,11
19765734000190	LEOPOLDINA TURISMO LTDA - EPP	0,00	0,00	15.349,44	15.349,44
08667279000173	MIXLABOR LTDA - EPP	0,00	0,00	49.896,39	49.896,39
26284307000155	NEIRE MARCIO LIMA & CIA LTDA - ME	0,00	0,00	2.690,83	2.690,83
11901685000163	PARATITUR TRANSPORTES LTDA - EPP	0,00	0,00	47.660,14	47.660,14
11154628000168	PRESTARI SERVICOS GERAIS LTDA - ME	0,00	0,00	18.881,82	18.881,82
13575475000158	RESOLVE SERVICOS ESPECIAIS LTDA - ME	0,00	0,00	80.029,41	80.029,41
07863440000111	SCARONE E FIALHO LTDA - ME	0,00	0,00	140.280,00	140.280,00
05266324000432	SERQUIP - TRATAMENTO DE RESIDUOS MG LTDA	0,00	0,00	1.925,55	1.925,55
33164021000100	TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.	0,00	0,00	12.464,80	12.464,80
01524963000157	TRIGOLEVE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	0,00	0,00	42.034,14	42.034,14
00604122000197	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	0,00	0,00	36.188,03	36.188,03
13964979000160	VICOSERV SERVICOS ESPECIAIS LTDA - ME	0,00	0,00	18.952,33	18.952,33
04275196000188	ZL AMBIENTAL LTDA	0,00	0,00	1.081,00	1.081,00
Total		0,00	0,00	5.190.957,30	5.190.957,30

4.3.5. Restos a pagar de exercícios anteriores

O Quadro A.4.3.5.1 contempla o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e os respectivos valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de referência do relatório de gestão. O saldo a pagar, por sua vez, corresponde ao apurado no dia 31/12/2015. Os dados estão divididos em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados.

Quadro A.4.3.5.1 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	18.959.740,70	18.955.027,39	0,00	4.713,31
2013	115.731,10	114.199,10	0,00	1.532,00
2012	16.344,31	4.230,00	0,00	12.114,31
2011	16.617,17	0,00	0,00	16.617,17
2010	174.763,64	2.469,17	3.194,35	169.100,12
2009	42.811,63	404,52	0,00	42.407,11
2008	22.868,06	0,00	0,00	22.868,06
2007	3.974,12	0,00	270,00	3.704,12
2006	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL I	19.353.850,73	19.076.330,18	3.464,35	274.056,20
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	29.591.434,28	22.540.072,07	300.213,69	6.751.148,52
2013	2.085.669,14	974.806,97	253.395,28	857.466,89
2012	612.494,30	157.845,30	72.790,87	381.858,13
2011	839.035,15	722.241,93	839,98	115.953,24
2010	28.556,75	0,00	888,60	27.668,15
TOTAL II	33.157.189,62	24.394.966,27	628.128,42	8.134.094,93
TOTAL I e II	52.511.040,35	43.471.296,45	631.592,77	8.408.151,13

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Em 2015, a UFV possuía R\$52.511.040,35 inscritos em RP Processados e Não Processados referentes aos anos de 2006 a 2014. Desse total, houve o pagamento de R\$43.471.296,45, que representam 82,79% do montante inscrito. Isto demonstra a eficiência da Instituição na política de redução do saldo de RP, restando apenas 16,01% do total inscritos em Restos a Pagar como saldo em 31/12/2015.

Os Restos a Pagar Processados Inscritos entre 2006 a 2014 e ainda vigentes no exercício de referência do Relatório de Gestão somam o total de R\$19.353.850,73. Desse total, 98,57% foram pagos, 0,02% cancelados e o saldo em 31/12/2015 foi de 1,42%.

Dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados 65,61% são despesas com Pessoal e Encargos Sociais que foram pagos ainda em Janeiro, seguido de 22,47% referente a ao Grupo de Despesa 4 – Investimento e 12,86% ao Grupo 3 – Outras Despesas Correntes.

No Grupo de Despesa 4 – Investimento destaca-se a inscrição em **Restos a Pagar Processados** de R\$3.567.496,75 da natureza de despesa 449039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídico relacionado ao destaque recebido em 2014 do Departamento nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (UG 393003) para apoio administrativo, técnico e operacional, abrangendo a supervisão e gerenciamento ambiental, bem como a execução de programas ambientais para as obras do trecho rodoviário nas divisas PI/BA, BA/SE na BR – 235 no Estado da Bahia. Esse montante inscrito foi pago dentro do exercício de 2015.

Ainda no Grupo de Despesa Investimento, a Universidade Federal de Viçosa inscreveu em Restos a Pagar Processados o montante de R\$ 655.252 referente a obras (ND 449151) como a construção do pavilhão de aulas e Restaurante Universitário do CEDAF, Prédio da Fitotecnia, obras no Departamento de Educação Física, construção da terceira etapa do CCH II entre outros. E, até 31/12/2015, foram pagos 94,38% desse valor contribuindo, assim, para a melhoria da infraestrutura dos três *Campi* da UFV.

Completando esse Grupo houve a inscrição de R\$ 126.658,90 referente a despesas com equipamentos (ND 4495052) que também teve montante de quase 100% pago dentro do exercício.

O terceiro Grupo de Despesas com maior volume de inscrição em **Restos a Pagar Processados** é o Grupo 3 – Outras Despesas Correntes com o montante de R\$ 2.488.954,90 referentes a Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (ND 339039), Material de Consumo (ND 339030), Auxílio Financeiro à Pessoa Física (ND 339048), Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física (ND 339036), Locação de mão de obra (ND 339037), Passagens e Despesas com Locomoção (ND 339033), Auxílio Financeiro a Estudantes (ND 339018) e Obrigações Tributárias e Contributivas (ND 339147). Desse total foram pagos 90,50%, cancelados 0,14% e tendo como saldo em Restos a Pagar Processados a Pagar de apenas 9,36%.

Quanto ao saldo a pagar geral em 31/12/2015, de R\$ 274.056,20, dos **Restos a Pagar Processados** inscritos no exercício tem-se que 84,99% estão concentrados entre os anos de 2008 a 2010 e são referentes a despesas com Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (ND 339039), Obras (ND 449051), Locação de mão de obra (ND 339037), Material de Consumo (ND 339030) e Equipamentos (ND 449052).

Dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos entre 2010 a 2014 e ainda vigentes no exercício de referência do Relatório de Gestão somam-se o total de R\$33.157.189,02. Desse total, 73,57% foram pagos, 1,89% cancelados e o saldo em 31/12/2015 foi de 24,053%.

Dos valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados 80,76% são provenientes do Grupo de Despesa 4 – Investimento e 19,24% são do Grupo 3 – Outras Despesas Correntes.

No Grupo de Despesa 4 – Investimento cerca de R\$ 16.737.741,44 trata-se de despesas com obras (ND 449051) sobretudo referentes a Obra dos Restaurantes Universitários nos três *Campi*, ampliação da avenida Peter Rolfs, construção da terceira etapa do CCH II, pavilhão de aulas, laboratório de óleos, Edifício Saúde, laboratório das Engenharías, Prédio de Licenciatura Etapa III, iluminação da via da saúde, reforma da piscina e vestiários da Educação Física entre outros.

Desse total inscrito em obras 78,35% foram pagos ao longo do exercício de 2015 restando saldo de R\$ 3.623.778,12 em 31/12/2015.

O saldo remanescente do Grupo 4, de R\$ 10.044.572,26 são despesas com equipamento (ND 449052) sendo que 70,13% desse valor foram pagos ainda no exercício de elaboração desse Relatório resultando um saldo de R\$ 2.782.692,72 em 31/12/2015.

O segundo Grupo de Despesas com maior volume de inscrição em **Restos a Pagar Não Processados** é o Grupo 3 – Outras Despesas Correntes com o montante de R\$ 6.377.875 referentes

a Material de Consumo (ND 339030), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (ND 339039 e 339139), Auxílio Financeiro a Estudantes (ND 339018), Passagens e Despesas com Locomoção (ND 339033) e Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física (ND 339036). Desse total foram pagos 66,48%, cancelados 6,44% e tendo como saldo de apenas 27,09% ao final do exercício.

De forma geral, o saldo a pagar em 31/12/2015, de R\$ 8.134.094,93, dos **Restos a Pagar Não Processados** inscritos no exercício tem-se que 93,54% estão concentrados entres os anos 2014 e 2013 e são referentes a obras (ND 449051), equipamento e material permanente (ND 449052), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (ND 339039), Material de Consumo (ND 339030) e Passagens e despesas com Locomoção (ND 339033).

Como foi observado na análise acima, a maior parte dos inscritos em Restos a Pagar, em torno de R\$ 31 milhões, referem-se a despesas com investimentos sobretudo com grandes obras de longa duração que visam a melhoria da infraestrutura dos três *Campi* da UFV. Essa característica da despesa é a principal razão que fundamenta a permanência de Restos a Pagar tanto Processado quanto Não Processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento.

4.3.6. Execução descentralizada com transferência de recursos

Este item tem por objetivo informar sobre a descentralização de recursos para outros órgãos e entidades, públicas ou provadas, para a execução de ações ou atividades de responsabilidade da UPC

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Universidade Federal de Viçosa					
CNPJ:	25.944.455/0001-96					
UG/Gestão:	154051 / 15268					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício(R\$1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
C. Repasse						
T.Cooperaç.	23	57	132	128.532,84	174.238,22	165.121,87
Totais	23	57	132	128.532,84	174.238,22	165.121,87

Fonte : Siafi Operacional

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Universidade Federal de Viçosa–UFV CNPJ: 25.944.455/0001-96					
UG/Gestão: 154051/15268					
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	Termo de Cooperação
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	23
		Mont. Repassado	0,00	0,00	128.532,84
	Contas Não Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Mont. Repassado	0,00	0,00	0,00
Exercícios anteriores	Contas Não Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Mont. Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Operacional

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Universidade Federal de Viçosa–UFV CNPJ: 25.944.455/0001-96				
UG/Gestão: 154051/15268				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de Repasse	Termo de Cooperação
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	0	23
	Quantidade reprovada	0,00	0,00	0,00
	Quantidade TCE instauradas	0	0	0
	Montante repassado (R\$)	0,00	0,00	128.532,84
Contas Não Analisadas	Quantidade	0	0	0
	Montante repassado (R\$)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Operacional

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome : Universidade Federal de Viçosa - UFV					
UG/Gestão : 154052 / 15268					
Instrumentos Transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
C. de Repasse	0	0	0	0	0
T. Cooperação	0	0	0	0	0

Análise Crítica

Verifica-se que não existe transferência na situação de prestação de contas inadimplente. Nos três últimos exercícios houve redução nos Termos de Cooperação, quanto a quantidade e montantes repassados.

As prestações de contas nos últimos exercícios foram prestadas dentro dos prazos regulamentares. As análises foram facilitadas em função do número de transferências repassadas, considerando que a equipe responsável se manteve.

O acompanhamento das transferências é realizado pelos Coordenadores/Gestores com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

4.3.6.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestação de contas

A Seção de Convênios da Diretoria Financeira da UFV é o setor encarregado pelas análises das prestações de contas dos instrumentos de transferência de recursos, contando dois técnicos, sendo um Assistente em Administração e um Técnico em Contabilidade, Estes profissionais contam com suporte de toda a equipe da Diretoria Financeira, que possui em seu corpo técnico: Auxiliares Administrativos, Assistentes em Administração, Técnicos em Contabilidade, Administradores e Contadores.

As principais atividades da Seção de Convênios são:

- acompanhamento e controle da execução orçamentária e financeira dos convênios, termos de cooperação, descentralizações orçamentárias e outros instrumentos congêneres;
- orientação aos Coordenadores no que se refere a aplicação dos recursos, informando as disponibilidades financeiras e orçamentárias, bem como na comprovação da utilização dos mesmos;
- prestar informações aos órgãos conveniados;
- analisar as prestações contas verificando se foram cumpridos os planos de trabalho e planos de aplicação, os prazos estabelecidos nos instrumentos firmados.

4.3.7. Informações sobre a realização das receitas

Em relação a Receita prevista e arrecadada podemos verificar que houve frustração de receita no exercício de 2015 e 2014. A receita orçamentaria que mais contribui para o patrimônio da UFV é a Receita de Serviços Administrativos oferecidos a comunidade acadêmica. Em relação a receita ao longo do exercício e em comparação com exercícios anteriores, verificou-se uma diminuição significativa devido a mudanças no sistema de entradas de alunos da Graduação, Colégio de Aplicação. No caso de alunos de Graduação a UFV utiliza a nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) no processo seletivo do SISU (Sistema de Seleção Unificada) para 100% de suas vagas. E, no caso do Colégio de Aplicação, foi feita uma redução no número de cidades onde o exame de seleção é aplicado, reduzindo o número de candidatos e, conseqüentemente, a receita. Além disso, a UFV pratica a isenção de taxas para a grande maioria dos serviços acadêmicos.

A Receita Prevista constante do quadro a baixo esta maior que o Balanço Orçamentário a importância de R\$20.541,72, referente a conta contábil Deduções da Receita Orçamentaria, proveniente das guias de recolhimento da união com as restituições, retificações e outras deduções. Diferença essa também verificada na Receita Realizada do citado quadro com o Balanço Financeiro.

Devido a alterações em 2015 com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a metodologia aplicada no exercício de 2015 em relação às Receitas é: Receita Realizada + Receita a Realizar = Receita Prevista. Para os exercícios de 2013 e 2014, a metodologia foi adequada para as devidas comparações.

Quadro A.4.3.7.1 - Informações sobre a realização das receitas

Natureza da Receita	2015			2014			2013			
	621100000	621200000	TOTAL	191110000	191140000	TOTAL	191110000	191140000	TOTAL	
	Receita a Realizar	Receita Realizada	Receita Prevista	Receita a Realizar	Receita Realizada	Receita Prevista	Receita a Realizar	Receita Realizada	Receita Prevista	
221900000	Alienacao de Outros Bens Moveis	(57.794,00)	114.226,00	56.432,00	(93.189,40)	(1.346,40)	91.843,00	91.771,00	131.091,00	39.320,00
221400000	Alienação de Animais Reprod. E Matrizes	0,00	0,00	0,00	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19210600	Indeniz. por Danos Causados Patr. Publico	44.756,00	0,00	44.756,00	41.396,10	41.396,10	0,00	2.678,00	3.230,00	552,00
19199900	Outras Multas	23.868,84	104.446,42	128.315,26	57.692,10	141.267,10	83.575,00	16.022,65	88.849,65	72.827,00
19180800	Multas E Juros De Taxa De Ocupação	0,00	0,00	0,00	219,79	219,79	0,00	165,39	165,39	0,00
19189900	Outras Multas E Juros De Mora	(308,58)	308,58	0,00	461,35	461,35	0,00	154,12	154,12	0,00
19219900	Outras Indenizacoes	0,00	0,00	0,00	10.138,17	10.138,17	0,00	0,00	0,00	0,00
19220700	Recuperacao Despesas Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59,12	59,12	0,00
19229900	Outras Restituicoes	96.976,00	1.200,00	98.176,00	90.832,30	91.763,30	931,00	1.053,62	2.652,62	1.599,00
73110000	Alugueis Intra Orcamentario	0,00	0,00	0,00	(11.036,00)	0,00	11.036,00	(2.350,00)	10.112,00	12.462,00
79229900	Outras Restituicoes	518,35	20.734,65	21.253,00	(32.138,55)	21.081,45	53.220,00	17.029,39	17.029,39	0,00
16009900	Outros Receitas De Servicos	(1.611,02)	3.318,02	1.707,00	17,17	815,17	798,00	(27.483,37)	1.894,63	29.378,00
16000403	Outros Receitas De Comunicacao	(1.061,67)	64.865,67	63.804,00	65.044,00	67.753,00	2.709,00	(7.713,52)	52.807,48	60.521,00
15202900	Receita Da Industria Editorial E Grafica	(790,28)	4657,28	3.867,00	4.573,20	4.853,20	280,00	(888,48)	4.175,52	5.064,00
13250000	Remuneracao De Depositos Bancarios	263.227,25	1121249,75	1.384.477,00	1.244.209,68	1.334.757,68	90.548,00	288.871,04	1.042.909,19	754.038,15
16001300	Servicos Administrativos	(177.253,22)	961377,22	784.124,00	(3.791.455,78)	809.975,22	4.601.431,00	4.437.399,93	5.140.457,93	703.058,00
16001700	Servicos Agropecuarios	(10,00)	10	0,00	0,00	0,00	0,00	77,00	77,00	0,00
16001900	Servicos Recreativos E Culturais	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	140,64	140,64	0,00
16002200	Servicos De Estudos E Pesquisas	(220.456,84)	392330,84	171.874,00	95.985,91	160.170,91	64.185,00	278.161,00	699.767,00	421.606,00
16002100	Servicos De Hospedagem E Alimentacao	602.141,92	2503978,16	3.106.120,08	476.755,70	2.511.199,70	2.034.444,00	1.601.675,81	3.941.167,81	2.339.492,00
16001200	Servicos De Tecnologia	(93,00)	93	0,00	58,00	58,00	0,00	122,70	122,70	0,00
16001600	Serviços Educacionais	775.421,90	1225276,23	2.000.698,13	801.916,31	801.916,31	0,00	(506.122,58)	1.595.334,42	2.101.457,00
16000501	Servicos Hospitalares	(5,00)	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16005000	Tar.Inscr.Concursos E Processos Seletivos	41.151,85	94085,4	135.237,25	88.956,63	112.806,63	23.850,00	39.805,26	73.603,26	33.798,00
13153000	Taxa De Ocupacao De Outros Imoveis	(10.505,28)	371149,28	360.644,00	413.030,26	413.401,26	371,00	60.139,04	288.871,04	228.732,00
TOTAL		1.378.173,22	6.983.311,5	8.361.484,72	(505.533,06)	6.553.687,94	7.059.221,00	6.290.767,76	13.094.671,91	6.803.904,15

4.3.8. Informações sobre a execução das despesas

Este item tem por objetivo demonstrar, de forma sucinta e gerencial, a execução das despesas pela Unidade Orçamentária 26282 – UFV sob duas perspectivas:

- a) por modalidade de licitação ou contratação; e
- b) por grupo e elemento de despesa.

No caso da UFV que se insere no contexto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, **não houve distinção da execução das despesas com base na origem do crédito orçamentário** se originário (LOA) ou se recebido por transferências internas e externas.

Quadro A.4.3.8.1 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	63.529.243,34	59.816.681,37	57.255.567,77	58.781.318,09
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	898.532,50	486.217,73	898.532,50	483.287,12
c) Concorrência	8.497.697,44	9.190.562,82	6.142.522,51	8.659.749,25
d) Pregão	54.133.013,40	50.139.900,82	50.214.512,76	49.638.281,72
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	19.604.572,13	19.175.676,66	13.750.309,51	13.892.329,54
h) Dispensa	15.604.703,81	15.592.754,41	9.975.225,91	10.339.372,06
i) Inexigibilidade	3.999.868,32	3.582.922,25	3.775.083,60	3.552.957,48
3. Regime de Execução Especial	46.831,97	82.573,13	46.831,97	82.573,13
j) Suprimento de Fundos	46.831,97	82.573,13	46.831,97	82.573,13
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	626.054.238,01	574.702.780,95	626.045.639,86	562.187.293,05
k) Pagamento em Folha	625.065.498,66	572.912.196,34	625.065.498,66	560.396.708,44
l) Diárias	988.739,35	1.790.584,61	980.141,20	1.790.584,61
5. Outros	50.662.934,58	53.900.702,04	50.025.769,86	53.775.159,64
6. Total (1+2+3+4+5)	759.897.820,03	707.678.414,15	747.124.118,97	688.718.673,45

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Gerencial em 16/02/2016.

O Quadro A.4.3.8.2 demonstra a execução da despesa de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa e é composto por quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos.

Cada grupo de despesa possui **os elementos de despesas relacionados em ordem decrescente do montante empenhado no exercício de referência do relatório de gestão até o acumulado de 80% do valor executado no grupo de despesa**, sendo que o restante (20% do valor executado em cada grupo) foi informado de forma consolidada, com o título da linha “Demais elementos do grupo”.

Quadro A.4.3.8.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Nº e Nome do elemento	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Grupo de Despesa	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Despesas Correntes Total	749.18	694.6	744.43	689.589	4.748	5.052.	738.602	674.838
	4.243,20	42.473,06	5.652,16	.663,30	.591,04	809,76	.176,88	.327,78
1. Despesas de Pessoal	625.06	572.9	625.06	572.912	0,00	0,00	625.065	560.396
	5.498,66	12.196,34	5.498,66	.196,34			.498,66	.708,44
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	347.43	322.3	347.43	322.394	0,00	0,00	347.438	322.387
01 - Aposent. Rpps, Reser. Remuner. e Refor. Militar	8.936,53	94.845,30	8.936,53	.845,30			.936,53	.782,62
01 - Aposent. Rpps, Reser. Remuner. e Refor. Militar	171.72	153.4	171.72	153.418	0,00	0,00	171.722	146.188
	2.239,57	18.159,71	2.239,57	.159,71			.239,57	.602,85
Demais elementos do grupo	105.90	97.09	105.90	97.099.	0,00	0,00	105.904	91.820.
	4.322,56	9.191,33	4.322,56	191,33			.322,56	322,97
3. Outras Despesas Correntes	124.11	121.7	119.37	116.677	4.748	5.052.	113.536	114.441
	8.744,54	30.276,72	0.153,50	.466,96	.591,04	809,76	.678,22	.619,34
39 - Outros Serviços de Terceiros Pj - Op.Int.Orc.	54.072.	45.45	51.428	43.286.	2.643	2.173.	48.106.	41.292.
	534,43	9.912,78	.952,71	753,89	.581,72	158,89	045,96	338,08
93- Indenizações e Restituições	16.284.	17.12	16.284	17.120.	0,00	0,00	16.284.	17.120.
	635,12	0.763,28	.635,12	763,28			635,12	763,28
46- Auxílio-Alimentação	16.145.	16.37	16.145	16.377.	0,00	0,00	16.145.	16.377.
	163,64	7.555,21	.163,64	555,21			163,64	555,21
30- Material de Consumo	14.207.	14.91	12.160	12.076.	2.047	2.841.	10.321.	11.970.
	935,80	8.342,53	.623,90	576,21	.311,90	766,32	082,95	182,50
18- Auxílio Financeiro a estudantes	7.108.9	8.146.	7.088.	8.126.9	20.43	19.95	6.873.6	8.114.0
	21,48	873,50	486,56	22,21	4,92	1,29	82,82	92,21
Demais elementos do grupo	16.299.	19.70	16.262	19.688.	37.26	17.93	15.806.	19.566.
	554,07	6.829,42	.291,57	896,16	2,50	3,26	067,73	688,06
DESPESAS DE CAPITAL								
Nº e Nome do elemento	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Grupos de Despesa	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Despesas de Capital Total	28.170.	42.62	15.462	18.088.	12.70	24.53	8.521.9	13.880.
	528,86	7.375,37	.167,87	750,85	8.360,99	8.624,52	42,09	345,67
4. Investimentos	28.170.	42.62	15.462	18.088.	12.70	24.53	8.521.9	13.880.
	528,86	7.375,37	.167,87	750,85	8.360,99	8.624,52	42,09	345,67
51 - Obras e Instalações	20.445.	23.26	9.122.	7.851.4	11.32	15.40	6.767.2	7.317.9
	611,95	0.181,71	383,66	51,74	3.228,29	8.729,97	08,73	58,96
52 - Equipamentos e	4.157.4	15.79	2.772.	6.669.8	1.385	9.129.	1.754.7	6.562.3

Material Permanente	20,17	9.696,91	287,47	02,36	.132,70	894,55	33,36	86,71
Demais elementos do grupo	3.567.4 96,74	3.567. 496,75	3.567. 496,74	3.567.4 96,75	0,00		6.767.2 08,73	
DESPESAS CORRENTES	777.35	737.2	759.89	707.678	17.45	29.59	747.124	688.718
E	4.772,06	69.848,43	7.820,03	.414,15	6.952,03	1.434,28	.118,97	.673,45
DE CAPITAL TOTAL								

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Gerencial em 16/02/2016.

Análise Crítica da realização da despesa

Observa-se no Quadro A.4.3.8.1 que as três modalidades de contratação com maior volume de liquidação referem-se 82,39% ao Item 4 - Pagamento de Pessoal, seguido do Item 1 - Modalidade de Licitação com 8,36% e o Item 5 – Outros com 6,67%.

No que se refere ao item 1 - Modalidade de Licitação, observa-se que houve um aumento de 6,21% dos empenhos liquidados em relação ao exercício anterior e que 90,12% desses empenhos liquidados foram pagos ainda em 2015. Entre as Modalidade de Licitação destaca-se o Pregão com 85,21%, seguido da Concorrência com 13,38% e Tomada de Preços com 1,41%.

Um dos motivos pelo qual o Pregão é a Modalidade de Licitação com maior volume de recursos liquidados refere-se as compras realizadas via Registros de Preço pela Instituição, seja por adesão a Atas, aproveitando os processos licitatórios economicamente favorável realizado por outras Instituições ou sendo Gerenciadora, que possibilita a UFV especificar o produto de acordo com a sua necessidade e recebe-lo na própria Instituição.

No Quadro A.4.3.8.2, no Grupo 3 - Outras Despesas Correntes, têm-se que 67,42% do elemento de despesa com maior montante empenhado em 2015, denominado 39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, e 98,45% do 4º maior elemento, denominado 30 – Material de Consumo, foram adquiridos através de Pregão. Já no Grupo 4 – Despesas de Capital, 57,13% do 2º elemento, 52 – Equipamentos e Material de Permanente, também foi obtido através desse Modalidade.

Outros elementos de despesas adquiridos via Pregão foram o 37 – Locação de mão de obra e 33 – Passagens e Despesas com Locomoção.

Ainda no Quadro A.4.3.8.1, o item 5 - Outros que representou a terceira modalidade de contratação com maior volume de despesas liquidadas em 2015 tem que 84% desse grupo são despesas com os seguintes elementos de despesas: 93 – Indenizações e Restituições, que são despesas relacionados aos direitos dos servidores para ressarcimento de parte dos custos dos planos de saúde, 46 – Auxílio Alimentação, 18 – Auxílio Financeiro a estudantes e 47 – Obrigações Tributárias e Contributivas, que trata –se em sua maioria de contribuições ao PIS/PASEP. Os demais elementos desse grupo são despesas correntes necessárias ao funcionamento da Instituição.

É importante ressaltar que o elemento de despesa 93 – Indenizações e Restituições também aparece no Quadro A.4.3.8.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa, como sendo o segundo elemento de maior volume de empenho no exercício. E que, tanto esse elemento de despesa quanto o terceiro de maior volume empenhado (Quadro A.4.3.8.2), 46 – Auxílio – Alimentação, impactam fortemente a despesas correntes da Instituição, porém trata-se de despesas que não depende diretamente de decisões da UFV e são direitos dos servidores empenhados diretamente em suas folhas de pagamento.

Dois últimos detalhes, do Quadro A.4.3.8.1 – Despesas por modalidade de contratação, que valem a pena destacar são o baixo volume de Contratações Diretas realizada via Dispensa e Inexigibilidade em que a Instituição realizou em 2015, representando apenas 2,58% do total das Modalidades de Contratação e não havendo aumento expressivo se comparado ao exercício anterior, e a redução de 43,28% nas contratações via Suprimento de Fundos. Esse último será

explicado em capítulo específico denominado 4.3.10 – Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.

Quanto ao Quadro A.4.3.8.2 podemos ainda destacar que 80,41% do orçamento da UFV empenhado em 2015 destina-se ao Grupo 1 - Despesas de Pessoal, seguido do Grupo 3 – Outras Despesas Correntes com 16% e por fim o Grupo 4 – Investimento com 3,62%.

No Grupo 3 – Outras despesas correntes, vale a pena destacar que o único elemento de despesa que obteve aumento no volume de empenho foi o 39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica com quase 19% de aumento, demonstrando como a terceirização, apesar do esforço da UFV em renegociar os contratos, tem pressionado o orçamento da Instituição.

Em contrapartida, houve queda no volume de empenho de todos os demais itens relacionados nesse grupo, sobretudo nas despesas referente ao elemento 18 – Auxílio Financeiro a estudantes com uma queda de -12,74% em relação ao ano de 2014. Essa queda também pode ser observada no Grupo 4 – Investimento, uma redução de - 33,19% em relação ao exercício anterior.

Esses resultados são consequências do contingenciamento publicado no Decreto de Execução Orçamentária e Financeira nº 8.456 de 22 de maio de 2015 indicando uma redução de 19% do Orçamento do MEC em relação à LOA 2015.

Em 11 de junho de 2015 houve algumas orientações do MEC, resultado da reunião com Andifes, informando o impacto desse corte nos Orçamentos Anuais das IFES que foi uma redução de 10% de custeio e 50% de capital da LOA 2015.

Ainda no Quadro A.4.3.8.2 observa-se que a liquidação dos recursos empenhados seguiu o padrão do ano anterior tendo, 100% dos recursos empenhados em Despesas de Pessoal sendo liquidados no exercício, 96,17% das Despesas Outras Despesas Correntes e 54,89% das Despesas de Capital também liquidadas em 2015. Com isso e devido a redução do volume de despesas empenhadas em 2015 em relação a 2014, houve uma queda de -41,01% dos registros realizados em Restos a Pagar não Processados ao comparar esses dois exercícios.

Essa queda de registro em Restos a Pagar não Processados ocorreu sobretudo nas Despesas de Capital, já que foi onde houve um corte maior no Orçamento. A redução foi de -48,21% seguido de Outras Despesas Correntes com -6,02% se comparando ao exercício 2014.

De qualquer forma, esse menor volume de inscritos em Restos a Pagar Não Processados também demonstra o esforço da Instituição em executar o Orçamento dentro do seu exercício.

Quanto aos valores pagos observa-se que no Grupo Despesas Correntes quase 100% das despesas liquidadas foram pagas ainda no exercício, porém no Grupo Despesas de Capital, os pagamentos dessas despesas ocorreram apenas em 30,25% dos casos. Isso acontece pois são despesas com obras em andamento cujo os pagamentos estão condicionado às medições de acordo com o cronograma físico e financeiro das obras.

4.3.9. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Concessão de Suprimento de Fundos

O Quadro A.4.3.9.1 visa demonstrar os valores concedidos a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de suprimentos em cada modalidade, no exercício de referência do relatório de gestão e no imediatamente anterior.

Quadro A.4.3.9.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	154051	UFV	0	0,00	49	46.831,97	7.000,00
2014	154051	UFV	0	0,00	98	82.573,13	7.000,00
Fonte:							

Utilização de Suprimento de Fundos

O Quadro A.4.3.9.2 visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

Quadro A.4.3.9.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	154051	UFV	0	0,00	24	1.992,23	44.839,74	46.831,97
2014	154051	UFV	0	0,00	47	2.883,38	79.689,75	82.573,13

Fonte: SIAFI Gerencial

Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

O Quadro A.4.3.9.3 visa evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro A.3.3.9.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto				
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa		Subitem da Despesa		Total (R\$)
		CODIGO	NOME	CODIGO	NOME	
154051	UFV	30	MATERIAL DE CONSUMO	01	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	13.497,66
				07	GENEROS DE ALIMENTACAO	10.063,85
				11	MATERIAL QUIMICO	182,50
				19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	417,65
				24	MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	7.129,81
				25	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	4.417,96
				26	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	2.262,67
				39	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	1.295,47
				42	FERRAMENTAS	762,00
				45	MATERIAL TECNICO P/ SELECAO E TREINAMENTO	364,00
				96	MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	1.335,84
TOTAL ELEMENTO DE DESPESA 30						41.729,41
154051	UFV	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	05	LOCOMOCAO URBANA	14,10
				08	PEDAGIOS	80,40
TOTAL ELEMENTO DE DESPESA 33						94,50
154051	UFV	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	17	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.004,00
				18	SERVICOS DE ESTACIONAMENTO DE VEICULOS	731,62
				19	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	1.507,23
				66	SERVICOS JUDICIARIOS	765,21
TOTAL ELEMENTO DE DESPESA 39						5.008,06
TOTAL GERAL						46.831,97

Em nenhum momento foram concedidos mais de 2 suprimentos de fundos para cada agente suprido, conforme disposto no art. 45 do Decreto nº 93872, de 23 de Dezembro de 1986;

Os limites de concessão de suprimento de fundos e de pagamentos obedeceram ao disposto na Portaria MF nº 95, de 19 de abril de 2002;

Cerca de 90% dos agentes supridos são ocupantes do cargo de motorista e utilizam o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) em gastos com combustíveis, lubrificantes, peças de reposição, pedágios e consertos de pneus de veículos oficiais em deslocamento a serviço fora da sede;

Para assegurar que a aplicação de tais recursos esteja em conformidade com a legislação vigente, a cada solicitação de suprimento é emitido guia informativo com as normas legais, com a indicação de prazos, limites e algumas situações peculiares, as quais o suprido deverá observar ao utilizar o CPGF;

Além disso, os supridos recebem receitas contam com suporte dos Técnicos da Diretoria Financeira para dirimir dúvidas e dar orientações sobre a correta utilização dos recursos liberados;

Através dessas medidas, observa-se, a cada prestação de contas, melhor utilização dos recursos. Além disso, foram implementados no ano de 2012, outros meios para assegurar o abastecimento dos veículos em viagens, reduzindo a cada ano a utilização do CPGF. Em relação a essa redução, devemos destacar que houve uma queda significativa na solicitação de suprimento de fundos em 2015 em função da greve dos servidores públicos federais de aproximadamente 100 dias.

No que tange as prestações de contas não houve contas não aprovadas, no entanto houve sugestões de maior aprimoramento do gasto.

4.4. Desempenho Operacional

Para cumprir sua missão, a UFV tem Objetivos Institucionais estabelecidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aprovados, inicialmente, no contexto do Plano de Gestão 2009-2012, na 372ª reunião do Conselho Universitário, ocorrida em 2 de dezembro de 2010.

A UFV tem se mostrado alinhada ao cumprimento dos objetivos governamentais nos Programas Temáticos da Educação Básica e Educação Superior, na medida em que tem pautado suas ações para possibilitar a ampliação do acesso à educação básica e superior com condições de permanência e equidade, e com foco na qualidade acadêmica e na qualificação de recursos humanos.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFV/2012-2017), são firmados os Objetivos Institucionais que, em seu conjunto, buscam atender aos Programas Temáticos do governo para a Educação Básica e Educação Superior. Esse plano foi elaborado de forma a associar seus Eixos Temáticos - Perfil Institucional; Gestão Institucional; Organização Acadêmica; Infraestrutura; Aspectos Financeiros e Orçamentários; e Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional - aos Objetivos Institucionais.

Alguns resultados obtidos pela UFV, no cumprimento de seus Objetivos Institucionais definidos no (PDI/UFV/2012-2017) e Plano de Gestão (2012-2015), destacam-se nas realizações da UFV para o ano de 2015:

- UFV está entre as melhores do mundo. Em dezembro de 2015, o BRICS & Emerging Economies de 2016, pela publicação britânica Times Higher Education (THE), classificou a Universidade como a 102ª melhor instituição de ensino superior dos países que integram o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

- Em 2015, a UFV conquistou no QS University Rankings 2015, a 88ª posição entre as 200 melhores universidades dos países dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e a 70ª entre as melhores da América Latina.

- Em 2015, a UFV teve sua primeira Patente Verde deferida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

- UFV oferece Educação Gaia pela primeira vez. O Projeto Educação Gaia Viçosa – Ciclo de Encontros para uma Educação Sustentável, teve sua primeira atividade em outubro de 2015.

- UFV promove mudanças nos procedimentos de matrícula. Dentro da proposta de implementação do programa Primeiro Ano, a UFV cria mudanças nos procedimentos de matrícula e envolve a elaboração do Plano de Estudo dos alunos de graduação.

- Licenciatura em Educação do Campo completa um ano e traz para a UFV um perfil diferenciado de educação, com práticas pedagógicas e discursivas até então inéditas na UFV.

- UFV ganha novas estrelas no Guia do Estudantes. Dos 46 cursos de graduação avaliados na edição 2015 do Guia, 22 obtiveram 5 estrelas, 21 quatro estrelas e somente três ficaram com três estrelas.

- Criatividade e colaboração: bases da gestão da UFV. A UFV, em 2015, priorizou duas grandes dimensões que constituem sua missão institucional: a acadêmica e a humana. Dessa forma, a Universidade priorizou recursos destinados a laboratórios, aulas práticas e atividades didáticas essenciais, bem como inaugurou instalações primordiais para expansão já prevista de seu projeto acadêmico. Além disso, a UFV manteve suas práticas de assistência estudantil e o pagamento de todos os funcionários terceirizados.

- A Universidade realizou, em outubro de 2015, um seminário para discutir o seu papel no Plano Nacional de Educação (PNE).

- Pesquisa realizada pelo professor do Departamento de Educação Física, Antônio José Natali, durante seu pós-doutoramento na Inglaterra oferece um motivo a mais para a prática de atividades físicas. O artigo publica pelo professor Natali no American Journal of Physiology teve grande repercussão.

- A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP), em parceria com o Departamento de Educação Física (DES) realizou atividades do “Projeto Superação – Atividades físicas para servidores da UFV”. As vagas foram disponibilizadas para servidores técnico-administrativos,

docentes e aposentados da UFV que tiveram interesse em participar das modalidades caminhada orientada e ginástica localizada.

- Professores dos *campi* UFV-Rio Paranaíba e UFV-Viçosa ministram palestras em eventos internacionais .
- Parceria resulta tese de duplo grau. Em setembro de 2015, ocorreu a primeira defesa de tese de duplo grau da UFV na Wageningen University of Research (Holanda).
- Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes adota eixos temáticos e interdepartamentais de pesquisa.
- Estudante da UFV defende tese em Estocolmo, na Suécia e obtém título de licenciante (título intermediário entre o mestrado e doutorado), considerado inédito no país.
- Parceria entre UFV e Ghent University concede a estudante título de doutor no Brasil e na Bélgica. Em parceria com a Ghent University, a UFV realizou mais uma defesa de tese em cotutela com dupla diplomação.
- Mídias Interativas é novo curso de capacitação docente da CEAD (Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância) da UFV.
- O programa de Pós-Graduação em Estatística Aplicada e Biometria da UFV, teve sua primeira tese defendida.
- UFV realiza 80ª Reunião de Ex-alunos.
- Em 2015, a UFV inaugurou novos espaços. Foram inaugurados o Edifício das Licenciaturas e o Anexo do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde II (CCB II).
- Obras na UFV ampliam compromisso com acessibilidade. A Pró-Reitoria de Administração realizou obras e reformas nos *campi* da UFV com o cuidado de promover a acessibilidade e mobilidade para a comunidade. Foram construídas calçadas, passarelas elevadas e rampas. Instalação de Piso Tátil de Alerta e Direcional para os edifícios.
- O Colégio de Aplicação (Coluni) recebeu homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pelos seus 50 anos de fundação. Dentro da celebração de seus 50 anos, o Colégio de Aplicação da UFV, o CAp-Coluni, foi ampliado, com a inauguração de um anexo, em março de 2015.
- De acordo com o resultado do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), o Colégio de Aplicação da UFV (Coluni), continua a ter o melhor desempenho entre as escolas públicas de Minas Gerais. Entre as escolas públicas do país, ele ocupa a segunda posição na classificação.
- O Departamento de Fitotecnia (DFT) da UFV foi agraciado com o prêmio Marcos Luiz dos Mares Guia, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). A premiação é considerada pelo presidente da Fapemig, Evaldo Vilela, “o nobel da ciência mineira”.
- A UFV celebrou os 40 anos do ensino de laticínios, que começou com o curso de Tecnólogo em Laticínios. Hoje a Universidade oferece o curso de Ciência e Tecnologia de Laticínios.

- O grupo de trabalho Gerência de Especialistas em Sistemas Elétricos de Potência da UFV (Gesep) conquistou a segunda colocação na 23ª edição do Prêmio de Ciência, Tecnologia e Inovação da Sociedade Mineira de Engenharia, Agronomia e Arquitetura.

- A UFV titulóu 258 mestres e doutores no *Campus* UFV-Viçosa. Os certificados foram entregues em duas cerimônias no Espaço Acadêmico-cultural Fernando Sabino a pós-graduandos dos Centros de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE), Biológicas e da Saúde (CCB), Agrárias (CCA) e Humanas, Letras e Artes (CCH).

- O *Campus* UFV-Viçosa recebeu o curso Communication Skills for Researchers, produto de uma parceria entre o British Council e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

- Medidas ajudam na economia de água.

- Ações contribuem para Associação de Reciclagem. A parceria entre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e o Projeto InterAção da UFV tem fortalecido a Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa (Acamare), e gerado resultados significativos.

- 1º Fórum de Sustentabilidade da Universidade. No dia 11 de agosto de 2015, a UFV iniciou uma discussão com a comunidade universitária para embasar a elaboração de seu Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS).

- Coleções do herbário da UFV integram plataformas internacionais sobre biodiversidade. O Herbário VIC da UFV passou a integrar, desde junho, o Global Biodiversity Information Facility (GBIF), um dos maiores bancos de dados do mundo sobre biodiversidade.

- O tecnoPARQ e a IEBT da UFV estão entre os melhores do Brasil. O tecnoPARQ foi finalista na categoria de Melhor Parque Científico e Tecnológico do Brasil pelo 2º ano consecutivo. Já a Incubadora de Base Tecnológica da UFV, premiada duas vezes entre 2006 e 2011, esteve entre os finalistas na categoria de Melhor Incubadora de Empresas Orientada para Desenvolvimento Local e Setorial (DLS).

- I Workshop de Inovação da UFV realizado em conjunto com o Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa (Centev).

- Pesquisadores criam biofábrica de inimigos naturais para combate de pragas em morangueiros. A Biofábrica de Inimigos Naturais está sendo chamada de Econtrole e está em fase de pré-incubação na Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IEBT), do Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa (Centev) – UFV.

- UFV é credenciada como posto aplicador do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros.

- Ex-alunas da UFV obtêm primeiros lugares na seleção de programa de ensino da língua portuguesa nos Estados Unidos.

- UFV participa de visita técnica nos Estados Unidos. Em setembro de 2015, o Diretor de Relações Internacionais da UFV, professor Vladimir Oliveira Di Iorio, participou de visitas técnicas a diversas instituições de ensino superior nos Estados Unidos. O programa, denominado

“Infrastructure for 100K Strong in the Americas for Brazil”, foi uma iniciativa da Embaixada Americana no Brasil. A Embaixada Americana se baseou na qualidade das experiências de colaboração acadêmica e nos números de intercâmbio estudantil com instituições dos Estados Unidos. A UFV foi uma das selecionadas, tendo todos os custos da viagem cobertos pelo Governo Americano.

- Comemorações: 89 anos da UFV; 86ª edição, a Semana do Fazendeiro teve como tema “Campo e cidade: diálogos para um futuro sustentável”; 86ª edição da Semana do Fazendeiro, 46ª edição da Semana do Produtor Rural do *Campus* UFV-Florestal.

Projeto incentiva servidores a cuidar do corpo e da mente.

- A Divisão Psicossocial (DVP), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, realizou a quarta edição da campanha Março de Boa! O motivo é promover prevenção do uso abusivo de álcool e outras drogas.

- A UFV criou a Secretaria de Museus e Espaços de Ciência (Secmu).

- Projetos da UFV alcançam Norte e Nordeste do Brasil.

- *Campus* UFV-Rio Paranaíba tem primeiro software registrado no Instituto de Propriedade Industrial. O Software NDEcalc, desenvolvido por estudantes e professores do *Campus* UFV-Rio Paranaíba (CRP), obteve registro do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

- Estudantes do *Campus* UFV-Florestal são premiados no *Campus* Party. Estudantes recebem prêmio pelo desenvolvimento de um aplicativo android- sistema operacional móvel desenvolvido pela Google e projeto principalmente para dispositivos móveis com tela sensível ao toque.

- A Diretoria de Material (DMT) da UFV foi agraciada com uma das premiações de maior destaque no país na modalidade de compras públicas, o *Prêmio 19 de Março*, na categoria “Pregão com maior celeridade no segmento serviços”.

- Pesquisadores do Departamento de Fitotecnia integram a equipe de pesquisadores da plataforma de bioquerosene de Minas Gerais sobre a macaúba.

- Pesquisa coordenada pelo professor Luiz Carlos Chamhum Salomão (Departamento de Fitotecnia) da UFV leva sabor da banana prata anã para Europa.

No que se refere às eventuais dificuldades enfrentadas pela UFV na consecução de seus objetivos, pode-se citar a falta de recursos financeiros, em 2015, para atender as demandas dos agentes de planejamento na realização de suas ações.

4.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Este item tem por objetivo demonstrar os principais indicadores utilizados pela UPC para monitorar o desempenho da gestão. Ao final deste item é realizada uma **Análise Crítica** dos resultados dos indicadores. Na UFV não foi possível detectar nenhum desvio e nenhuma variação significativa de valores na série temporal que indicasse necessidade de apuração das razões.

Fórmulas de cálculo e análises dos indicadores de desempenho

I.

$$\text{Custo Corrente / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente}}{\text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI}}$$

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Valor	16.243,55	16.995,84	19.055,21	20.174,43	20.703,18

Com a criação de vagas e de cursos de graduação, a UFV, no período de 2010 a 2014, apresentou crescimento na relação Custo Corrente/Aluno Equivalente pelos seguintes motivos: cursos novos ainda sem diplomados implica em menor índice no cálculo do Aluno-Equivalente; crescimento das despesas com pessoal e ampliação dos gastos em função da dotação específica destacada na LOA dos recursos do Consolidação-REUNI, PROEXT e PNAES. Para 2015, esperava-se uma estabilização desse valor em relação à 2014, o que de fato aconteceu.

Considerando que o Aluno-Equivalente refere-se ao aluno do ensino superior, entendemos que esta forma de cálculo merece revisão, visto que no cálculo atual não estão incluídos os alunos do ensino médio e técnico oferecidos pela UFV.

II.
$$\frac{\text{Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}} = \frac{\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$$

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Valor	13,94	14,35	14,37	14,99	14,97

A despeito do crescimento do número de alunos na Instituição, o número de docentes também tem crescido, tendo ocorrido, neste período, contratação de professores efetivos, substitutos e temporários. Outro fator que, certamente impacta neste índice é a evasão do aluno.

III.
$$\frac{\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes}} = \frac{\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes}}$$

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Valor	4,92	4,71	4,63	4,75	4,85

A série do indicador Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente apresenta índices levemente descendente até 2013, principalmente, em razão do crescimento no número de pessoal terceirizado, fator considerado na fórmula. A partir de 2014, houve uma leve variação ascendente, tendo como causa mais provável o maior aumento relativo de matrículas de estudantes do que o aumento de servidores terceirizados. A UFV além do *Campus* principal em Viçosa, desde de 2006, conta com dois outros *Campi* e possui uma área física muito extensa, com 12 fazendas e estações experimentais e área edificada de 429.080,99 m², que exigem um quadro permanente de mão de obra, que, apesar das últimas contratações efetivas e mão de obra terceirizada, ainda não atende a necessidade de expansão da UFV e não supre o número crescente de aposentadorias e cargos em extinção.

IV.
$$\frac{\text{Funcionário Equivalente / Professor Equivalente}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$$

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Valor	2,83	3,05	3,11	3,16	3,09

Especialmente com o advento do Banco de Professor Equivalente, em 2007, o número de docentes da Instituição tende à estabilidade, o que só ocorreu com a carreira de servidor Técnico-Administrativo em 2010 com o estabelecimento do Quadro de Referência de TA. Além disso, não há reposição dos servidores de cargos em extinção e de cargos dos níveis A e B. Essa pequena variação decorre do número de funcionários terceirizados que, apesar de crescente, não

acompanhou o número de aposentadorias e o passivo deixado pela demora de implantação do Quadro de Referência do Servidor Efetivo.

V.

Grau de Participação Estudantil (GPE) =	$\frac{AGTI}{AG}$
--	-------------------

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Valor	0,80	0,75	0,79	0,82	0,83

O GPE expressa o grau de utilização da capacidade instalada e a velocidade da integralização curricular; é calculado pelo quociente do número de Alunos de Graduação em Tempo Integral e o total do número de Alunos de Graduação já definidos anteriormente. Assim, é necessária que a UFV desenvolva mecanismos para o preenchimento desta capacidade ociosa, atuando em fatores que contribuam para a redução da retenção e aumento da diplomação. Em 2015 este índice ficou com valor muito similar ao observado em 2014.

4.5.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Este item tem por objetivo verificar o desempenho operacional das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES com base em um conjunto de indicadores operacionais.

A Decisão TCU nº 408/2002 determinou que a partir do exercício de 2002 as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores operacionais que possibilitasse a avaliação do desempenho operacional da instituição pelo Tribunal.

Para efeito dessa Decisão, a apresentação dos indicadores será realizada em dois demonstrativos complementares contendo o primeiro uma série temporal com os cinco últimos exercícios de um conjunto de itens de informação sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários, enquanto o segundo contempla uma série temporal que abrange o exercício de referência do relatório de gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores, com os doze (12) indicadores definidos na Decisão nº TCU 408/2002 e modificações posteriores, conforme o Quadro A.4.5.1.1 a seguir.

Quadro A.4.5.1.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)					
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	544.794,276,05	511.660.095,31	457.138.096,88	395.341.901,28	375.014.606,99

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Número de Professores Equivalentes	1.132,50	1.113	1.089,50	1.048,50	1.065,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)					
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	3.497,50	3.515	3.342,00	3.193,50	3.018,50
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	13.722	13.987	13.674	13.452	12.596
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	2.732	2.599	2.419	2.495	2.385
Alunos de Residência Médica (AR)	41	27	22	11	8
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	20.768,52	20.109,81	19.108,20	18.250,10	18.301,99
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	11.408,09	11.435,08	10.777,30	10.035,80	10.064,02
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	5.464	5.198	4.838	4.989	4.769
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	82	54	44	22	16

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários): É o resultado da seguinte equação:

Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários) =

(+) Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UG, inclusive hospitais universitários, se houver (conta SIAFI nº 3.3.0.0.0.00.00)

(-) 65% das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade

(-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.01.00)

(-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.03.00)

(-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.91.00)

(-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade

(-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo do órgão Universidade

(-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade

(-) Despesa com afastamento País/Exterior – técnico-administrativo do órgão Universidade

Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários): É o resultado da seguinte equação:

Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários) =

(+) Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UG, inclusive hospitais universitários, se houver (conta SIAFI nº 3.3.0.0.0.00.00)

(-) 100% das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade

(-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.01.00)

(-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.03.00)

(-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.3.1.9.0.91.00)

(-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade

(-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo do órgão Universidade

(-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade

(-) Despesa com afastamento País/Exterior – técnico-administrativo do órgão Universidade

Número de Professores Equivalentes: É o resultado da seguinte equação:

Número de Professores Equivalentes =

(+) Professores em exercício efetivo no ensino superior (graduação, pós-graduação *stricto sensu* e residência médica), inclusive ocupantes de funções gratificadas e cargos comissionados

(+) Substitutos e visitantes

(-) Professores afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício

Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários): É o resultado da equação:

Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários) =

(+) Professores que atuam exclusivamente no ensino médio e/ou fundamental

(+) Servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, inclusive hospitais universitários e maternidade

(+) Contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias ou de 6 horas, em caso de exigência legal, inclusive postos de trabalho nos hospitais universitários e maternidades

(-) Funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício

Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários): É o resultado da equação:

Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários) =

(+) Professores que atuam exclusivamente no ensino médio e/ou fundamental

(+) Servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, excluindo aqueles vinculados exclusivamente a hospitais universitários e maternidade

(+) Contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias ou de 6 horas, em caso de exigência legal, excluídos postos de trabalho nos hospitais universitários e maternidade

(-) Funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício

Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG): Aluno efetivamente matriculado na graduação é aquele que realiza sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final ou a monografia;

Total de Alunos na Pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG): Aluno efetivamente matriculado na pós-graduação é aquele que realiza sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente a dissertação ou a tese;

Alunos de Residência Médica (AR): Aluno efetivamente matriculado na residência médica é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas;

Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI): É calculado pela fórmula:

$$AGTI = \square \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC)(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI)/4) * DPC \}$$

NDI: Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso, equivalendo ao número de alunos aptos a colar grau. Esse número é o total (1º e 2º semestres) do ano letivo correspondente ao exercício. Caso o dado do 2º semestre do ano em questão não esteja disponível, substituir pelo do 2º semestre do ano eletivo anterior;

DPC: Duração padrão do curso, de acordo com a tabela da SESu;

NI: Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso, devendo ser considerados apenas os alunos que ingressaram, pela primeira vez, no curso superior considerado;

Fator de Retenção: Calculado de acordo com metodologia da SESu.

Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE): É calculado pela fórmula:

$$AGE = \square \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC)(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI)/4) * DPC \} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}] \text{ Ou}$$

$$AGE = AGTI * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$$

Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI): É calculado pela fórmula: $APGTI = 2 * APG$

APG: Total de alunos na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.

Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI): É calculado pela fórmula: $ARTI = 2 * AR$

AR: Alunos de residência médica.

Observações:

Considerações sobre o Cálculo do Custo Corrente:

- O número de servidores e docentes cedidos ou afastados a ser considerado para o cálculo das despesas deve ser aquele apurado no dia 31/12 de cada exercício, subtraindo-se a despesa total no ano com cada servidor ou docente

cedido ou afastado, mesmo que o afastamento tenha sido apenas por alguns meses. Dessa forma, na média, serão compensadas as despesas daqueles que ficaram afastados a maior parte do ano, mas estejam trabalhando em 31/12, as quais, pela sistemática adotada, não devem ser subtraídas;

- O custo corrente será aquele realizado entre 01/01 e 31/12 do exercício, independentemente do ano letivo;
- Não devem ser subtraídas as despesas com pessoal cedido que forem reembolsadas pela entidade à qual foi cedido o servidor;
- Devem ser subtraídas as despesas com os afastamentos para servir em outro órgão ou entidade, mandato eletivo, e estudo ou missão no exterior (Título III, Capítulo V, da Lei nº 8.112/90) ou no país, não caracterizados como capacitação;
- Não devem ser subtraídas despesas de pessoal em licença por motivo de doença em pessoa da família, enquanto houver remuneração (Título III, Capítulo IV, Seção II, da Lei nº 8.112/90), em licença para capacitação (Título III, Capítulo IV, Seção VI, da Lei nº 8.112/90), inclusive licenças para mestrado ou doutorado, ou em licença para tratamento de saúde, licença gestante, adotante ou paternidade e licença por acidente em serviço (Título VI, Capítulo II, Seções IV, V e VI, da Lei nº 8.112/90).

Considerações sobre o Cálculo dos Professores Equivalentes

- Deve ser considerado como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem Dedicção Exclusiva – DE), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de dedicação:

Regime de Dedicção	Peso
20 horas/semana	0,50
40 horas/semana	1,00
Dedicção Exclusiva	1,00

- Professores que atuam exclusivamente no ensino médio de escolas vinculadas à IFES não devem ser contabilizados como professores, e sim como funcionários.

Considerações sobre o Cálculo do número de Funcionários Equivalentes

- Deve ser considerado como referência o servidor de tempo integral (40 horas/semana), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho:

Regime de Trabalho	Peso
20 horas/semana	0,50
30 horas/semana	0,75
40 horas/semana	1,00

Cálculo dos Alunos

São considerados no cálculo todos os alunos registrados no ano letivo referente ao exercício em cursos de:

- graduação, ministrados nos turnos diurno e noturno;
- pós-graduação *stricto sensu*: mestrado e doutorado;
- residência médica.

Consideração sobre os alunos registrados:

- os dados semestrais devem ser somados e divididos por dois;
- não devem ser incluídos alunos ou participantes de atividades de extensão e de especialização;
- não devem ser considerados alunos de mestrado profissionalizante;
- não devem ser incluídos alunos de cursos a distância.

Para efeito do cálculo do número de alunos equivalentes deverá ser utilizada a seguinte tabela de áreas, fator de retenção e duração padrão.

TABELA SESU – ÁREAS, FATOR DE RETENÇÃO E DURAÇÃO PADRÃO

Área	Descrição da Área	Fator de Retenção	Duração Padrão
CS1	Medicina	0,0650	6
CS2	Veterinária, Odontologia, Zootecnia	0,0650	5
CET	Ciências Exatas e da Terra	0,1325	4
CB	Ciências Biológicas	0,1250	4
ENG	Engenharias	0,0820	5
TEC	Tecnólogos	0,0820	3
CS3	Nutrição, Farmácia	0,0660	5
CA	Ciências Agrárias	0,0500	5

Área	Descrição da Área	Fator de Retenção	Duração Padrão
CE2	Ciências Exatas – Computação	0,1325	4
CE1	Ciências Exatas – Matemática e Estatística	0,1325	4
CSC	Arquitetura/Urbanismo	0,1200	4
A	Artes	0,1150	4
M	Música	0,1150	4
CS4	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Educação Física	0,0660	5
CSA	Ciências Sociais Aplicadas	0,1200	4
CSB	Direito	0,1200	5
LL	Linguística e Letras	0,1150	4
CH	Ciências Humanas	0,1000	4
CH1	Psicologia	0,1000	5
CH2	Formação de Professor	0,1000	4

4.6. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

A UFV no exercício de 2015 não teve projetos e programas financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.

5. GOVERNANÇA

Este item é composto dos subitens 4.1 a 4.4, nos quais são descritos a estrutura de governança da UJ, informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna, demonstrativo das atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos, avaliação dos controles internos, e sobre a gestão de riscos e controles internos. No caso da UFV não se aplica a prestação de informações sobre a contratação de empresa de auditoria independente.

5.1. Descrição das estruturas de governança

A Universidade Federal de Viçosa adota modelo de gestão baseado na estrutura colegiada. Conta com dois colegiados superiores máximos, presididos pelo Reitor, com funções normativas, consultivas e deliberativas: o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), responsável pela coordenação e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no plano didático-científico; e o Conselho Universitário (CONSU), com as questões de administração geral da Instituição.

As Pró-Reitorias das atividades-fim (Ensino, Pesquisa e Extensão) da Instituição contam, cada uma delas, com o Conselho Técnico, assim como a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários conta com o Conselho Comunitário.

As Pró-Reitorias das atividades-meio compreendem as atividades de Administração e Gestão da Infraestrutura dos *Campi*, Gestão de Pessoas, e Planejamento e Orçamento. Esta última é responsável pelas atividades de organização, gestão de material e patrimônio, e planejamento e execução financeira e orçamentária da Instituição.

Os *campi* UFV-Florestal e UFV-Rio Paranaíba contam com o Conselho Acadêmico e Administrativo. Estes *campi* contam com os Institutos (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas e Sociais), aos quais estão vinculados os cursos de graduação e os programas de pós-graduação.

Os Centros de Ciências (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas, Letras e Artes), no *Campus* UFV-Viçosa, têm sua gestão didático-pedagógica exercida pela Câmara de Ensino, enquanto as questões acadêmico-administrativas são apreciadas pelo Conselho Departamental, que é um colegiado consultivo e deliberativo.

Vinculados a estes Centros estão os Departamentos, que constituem unidades básicas da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal e compreendem disciplinas afins oferecidas para os cursos de graduação e pós-graduação, sendo sua gestão feita pelo Colegiado do Departamento.

Além disso, cada curso de graduação e programa de pós-graduação conta com uma Comissão Coordenadora, responsável pela coordenação didático-pedagógica.

Esses colegiados respondem pela definição de linhas estratégicas da Instituição em sua área de competência, cuja operacionalização é acompanhada pelo dirigente da unidade específica, respeitada a legislação pertinente.

Nesse processo de gestão colegiada, é importante ressaltar que os colegiados e comissões são compostos por membros representantes da comunidade acadêmica, dos segmentos estudantil, docente e técnico-administrativo e da comunidade local, no que couber.

A UFV busca adotar a gestão compartilhada e participativa em sua estrutura formal e também constitui comissões específicas, de teor técnico e de assessoramento e avaliação, para tratar de questões estratégicas para a Instituição, como: Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFV (CISTA), Comissão de Espaço Físico (COESF), Comissão Permanente de Propriedade Intelectual (CPPI), Comissão Executiva de Tecnologia da Informação (COETI), Comissão Permanente de Avaliação de Disciplinas (COPAD), Comissão Permanente da Semana do Fazendeiro, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Comissão de Ética no Uso de Animais e outras.

Buscando pautar suas ações nos princípios da eficiência, presteza, comprometimento, qualidade e transparência na gestão pública, a UFV dispõe de um Sistema de Ouvidoria, disponibilizado para a comunidade acadêmica e geral, o qual recebe manifestações de reclamações, denúncias, críticas, sugestões ou elogios. Conta, também, com o site Acesso à Informação (www.sic.ufv.br) e com o Portal da Transparência Pública.

A Auditoria Interna integra a estrutura de controle interno, com ações de assessoramento à administração superior e de orientação e supervisão do controle interno, com vistas ao alcance da eficácia, eficiência e de redução de riscos das operações.

5.2. Atuação da unidade de auditoria interna

- a) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A estratégia de atuação na unidade central e suas subunidades descentralizadas, foi materializada na elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) em razão da existência de analistas de auditoria nos câmpus de Florestal e de Rio Paranaíba, além do *Campus* sede. Os analistas estão vinculados funcionalmente ao Coordenador da Auditoria Interna, sediada no *Campus* UFV-Viçosa. A estratégia estabelecida é a de se executar, concomitantemente, atividades idênticas existentes nos 3 câmpus e atividades específicas ou abrangentes em razão de peculiaridades do *Campus*, isto é, o plano tem abrangência global, visando também a extensão dos exames e da avaliação dos controles internos. Portanto, existe um único plano de auditoria.

- b) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

Foram planejadas e programadas 10 ações de auditoria interna, compreendendo assessoria aos dirigentes de órgãos superiores e orientação técnica a dirigentes de finanças, gestão de licitações e contratações diretas de bens, serviços e obras; gestão da execução orçamentária da despesa; gestão de restos a pagar não processados, gestão de contratos e de alterações contratuais; exame da prestação de contas de convênio com a fundação de apoio; controle da gestão na forma de prestação anual de contas e relatório de gestão, avaliação do controle interno de atendimento de diligências, orientações ou determinações do TCU e de recomendações de providências da CGU, e de edição do PAINT e do RAINT da Auditoria Interna; avaliação de controles internos da gestão de pessoas (atos de admissão, de concessão de aposentadoria e de pensão; utilização da carga horária, etc).

- c) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade;

Foram executadas as 10 ações de auditoria planejadas, embora, lamentavelmente, de modo superficial e fragmentadas em razão dos fatos relacionados a seguir.

No exercício de 2015 somente 90 dias são apropriados como úteis, como remanescentes dos 252 dias úteis do calendário civil, subtraídos de 30 dias relativos a férias e de 132 dias de paralisação dos servidores administrativos da UFV, cujo estado de greve foi deflagrado em 28/05/2015 e finalizado em 08/10/2015, conforme expedientes do Comando Local de Greve dos Tas - UFV: Of. 002/2015/clg2015 de 29/05/2015 e o Ofício 54/2015/CLG, de 07/10/2015, destinados à Magnífica Reitora. Houve ainda diversas paralisações isoladas de indicativos de greve, antes de 28/05/2015. Os efeitos foram severos sobre as atividades da AIN.

A polarização dos eleitores/servidores no processo sucessório da administração da UFV foi outro componente importante da indução de comportamento reativo da comunidade universitária. Embora a consulta pública para o cargo de Reitor(a) tenha sido finalizada em 27/NOV/2014, a nomeação para o cargo de Reitor ocorreu em 19/MAI/2015. Somente em 17/AGO/2015 foram empossados os novos gestores. Nesse interregno de quase 9 meses de incertezas quanto a nomeação/exoneração de gestores, houve letargia nos ambientes administrativos dos macroprocessos de apoio.

Então, estando as chefias e servidores atuando de modo reticente, circunstancialmente, inferiu-se que as ações de avaliação de controles internos eram inconvenientes, sendo substituídas por ações de monitoramento e de verificação de conformidades, por exames de processos administrativos.

No plano dos macroprocessos finalísticos não houve interrupção das atividades (aulas e pesquisas), e os dados permitem concluir, portanto, não houve prejuízo na obtenção dos produtos. Os quantitativos esperados de execução da carga horária docente despendida foi obtida, alcançou-se o quantitativo esperado de novas matrículas nos ensinos de graduação, médio e técnico, bem como

se alcançou os quantitativos esperados de diplomações de formandos nos dias 22 e 29 de janeiro de 2016.

Houve redução de atividades na execução dos macroprocessos de apoio, em razão da restrição de disponibilidade financeira, gerando repetição de atrasos nos pagamentos de fornecedores, redução da liquidação de saldos de restos a pagar e de empenhos ordinários do exercício, atrasos nos cronogramas de execução de obras, etc. tudo em razão dos Decretos nº 8.456/2015 e nº 8.508/2015.

Houve redução do número de procedimentos de licitações e contratações diretas de bens, serviços e de obras. Na modalidade pregão eletrônico foram abertos 417 em 2015 e 622 em 2014, evidenciando redução de 33%. A atuação dos controles internos vinculados demonstrou aderência as melhores práticas implementando os controles desejáveis dos componentes de ambiente interno, avaliação de risco, atividades de controle, informação e comunicação, e monitoramento, com os controles desejáveis.

Os trabalhos mais relevantes estão relacionados à gestão da Folha de Pagamento. Foram examinadas amostras de processos administrativos de atos de concessão de aposentadoria, de pensão e de concessão de incentivo à qualificação de servidores administrativos. Conclui-se pela confiabilidade e eficácia da ação do controle interno dos atos de admissão, de aposentadorias e de pensões. Entretanto há fragilidade na interpretação da correlação da área de conhecimento do curso com as atribuições de cargo administrativo, ensejando a necessidade de aprimorar a ação do controle interno de validação do percentual de incentivo a qualificação, que efetivamente deve ser apropriado, refletindo a relação direta ou indireta.

- d) eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

A Auditoria Interna permanece vinculada estatutariamente à Reitoria, reportando-se a Reitora, dirigente administrativo máximo da UFV e presidente do Conselho Universitário. Não houve alteração na estrutura organizacional da Auditoria Interna e nem reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada.

5.3. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

A Seção de Sindicâncias e Processos Disciplinares da Universidade Federal de Viçosa (SDI/UFV), funcionalmente vinculada à Reitoria, é responsável pelo suporte administrativo às comissões nomeadas para exercerem os trabalhos relativos aos Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicâncias, bem como aos Termos Circunstanciados Administrativos (TCAs).

A condução dos trabalhos obedece aos preceitos estabelecidos nos Arts. 116 a 182 da Lei nº 8.112/1990 e o andamento processual é lançado, desde o ano de 2007, no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), em atendimento ao disposto nos Arts. 4º e 5º da Portaria nº

1.403, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União (CGU). O anexo 10.2 apresenta a imagem de telas com o lançamento dos processos disciplinares da UFV no exercício de 2015 no sistema CGU-PAD.

No ano de 2015 foram realizados os seguintes procedimentos, referentes a dados correccionais gerais de servidores estatutários:

Quadro A.5.3.1 – Dados correccionais gerais – servidores estatutários (Ano 2015)

Descrição	Quantitativo
PADs instaurados em 2015	3
Sindicâncias Punitivas instauradas em 2015	3
Sindicâncias Investigativas instauradas em 2015	35
PADs julgados em 2015	11
Sindicâncias julgadas em 2015	20
Quantidade de suspensões aplicadas a estatutários em 2015	1
Quantidade de advertências aplicadas a estatutários em 2015	4
Quantidade de demissões aplicadas a estatutários em 2015	1

Fonte: CGU-PAD

No ano de 2015 foram instaurados 3 (três) Processos Administrativos Disciplinares (PADs) e 38 (trinta e oito) Sindicâncias.

Em 2015 também foram julgados 11 (onze) Processos Administrativos Disciplinares e 20 (vinte) Processos de Sindicâncias, resultando na aplicação de 1 (uma) suspensão, 4 (quatro) advertências e 1 (uma) demissão.

Quanto a “Celetistas demitidos por justa causa em 2015”, nada temos a informar.

5.4. Gestão de riscos e controles internos

Este item tem por finalidade informar, de forma sucinta, sobre a sistemática gestão de riscos, incluindo informações sobre controles internos instituídos para mitigá-los.

Na UFV, a Auditoria Interna integra a estrutura de controle interno, com ações de assessoramento à administração superior e de orientação e supervisão do controle interno, com vistas ao alcance da eficácia, eficiência e de redução de riscos das operações.

Alguns setores/órgãos, em função de suas características, são os principais demandadores da assessoria, orientação e supervisão da Auditoria Interna, dentre os quais podemos destacar, a Diretoria Financeira, Diretoria de Material, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Administração. Esses setores promovem continuamente o aprimoramento dos controles internos mediante a realização de atividades de verificação de conformidade aos normativos internos e externos, bem como a participação em cursos de capacitação/atualização sobre normas e legislações pertinentes. Esses órgãos possuem servidores com formação de nível superior e/ou técnica em áreas afins de suas atividades tais como, contabilidade, administração, economia e direito.

Entretanto, um problema comum a todos esses setores/órgãos é o quantitativo de pessoal, o que implica em sobrecarga de trabalho em alguns períodos do ano.

5.5. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Não se aplica à UFV.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Universidade Federal de Viçosa busca sempre o bom relacionamento com a sociedade, pautando suas ações nos princípios da eficiência, presteza, comprometimento, qualidade e transparência na gestão pública.

Entendendo a importância de atender às expectativas da sociedade em relação à oferta de serviços e produtos de qualidade, a UFV busca captar a percepção dos cidadãos-usuários sobre sua atuação e desempenho, com vistas à melhoria nos procedimentos. Para isto, disponibiliza sistemas de e-mail e web para manifestações referentes a solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e outras; Relatórios e Folders Institucionais, Carta de Serviços ao Cidadão; Portal da Transparência, cumprimento das normas relativas à acessibilidade e outros instrumentos por meios dos quais a sociedade pode acompanhar e avaliar a Instituição.

6.1. Canais de acesso do cidadão

Para que o cidadão apresente à UFV solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, são disponibilizados vários canais de acesso permanente com o links na página principal da Instituição para “Envio de Sugestões”, “Fale com a UFV” e “Ouvidoria”.

Por meio do Sistema de Ouvidoria, a UFV disponibiliza um mecanismo para que a comunidade faça o encaminhamento de manifestações, sejam elas: reclamações, denúncias, críticas, sugestões ou elogios.

As manifestações apresentadas pela comunidade são encaminhadas aos dirigentes dos órgãos afetos para avaliação, providências e respostas aos manifestantes. Utiliza como único instrumento de interlocução com a comunidade o formulário eletrônico acessado por meio da página principal da UFV na *internet*, onde existe um link para a página da Ouvidoria.

A Ouvidoria atuou na comunicação entre as manifestações da comunidade acadêmica e viçosense e os dirigentes da UFV. Foram recebidas, em 2015, 501 manifestações, entre reclamações, denúncias, críticas, sugestões ou elogios, realizadas por estudantes, professores e técnico-administrativos da UFV e público externo, referentes a 58 órgãos da Instituição.

Quadro A.6.1.1 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria, por tipo (2015)

Tipo	Quantidade
TOTAL	501
Consulta	30
Crítica	57
Denúncia	138
Elogio	7
Reclamação	212
Sugestão	57

Fonte: Ouvidoria da UFV.

Quadro A.6.1.2 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria, por manifestante (2015)

Manifestante	Quantidade
TOTAL	501
Estudante da UFV	227
Professor da UFV	49
Técnico Administrativo da UFV	59
Outros	166

Fonte: Ouvidoria da UFV.

No link “**Fale com a UFV**”, disponível em sua página na internet, e do correio eletrônico reitoria@ufv.br, a sociedade pode apresentar demandas, sugestões e críticas. No ano de 2015, foram respondidas cerca de 1.800 mensagens recebidas no correio eletrônico da Reitoria e aproximadamente 4.500 consultas dirigidas ao link “Fale com a UFV”, cujas principais temas foram: Assessoria de Imprensa, Assessoria Internacional e de Parceria, Associação de Ex-Alunos da UFV, Biblioteca Central, Bolsas, auxílio moradia, assistência estudantil, *Campus UFV-Florestal*, COLUNI - Colégio de Aplicação 2o Grau, Concurso Técnico Administrativo, Cursos a distância, Diretoria de Material, dentre outros.

Além destes instrumentos, por meio do *site Acesso à Informação* (www.sic.ufv.br) e do Portal da Transparência Pública, cujos links de acesso também estão disponíveis na página principal da site da Instituição, a comunidade pode acessar dados financeiros, físicos e de pessoal da UFV e apresentar questionamentos e demandas.

Além disso, na página da UFV (www.ufv.br) são disponibilizadas informações institucionais de sua atuação no ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e gestão universitária, que, também, podem ser acessadas nos documentos impressos, como relatório institucionais e *folders*, distribuídos para a comunidade acadêmica, parceiros e sociedade em geral.

6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, tem por objetivo informar ao cidadão os serviços prestados pelos órgãos e entidades da Administração Pública, as formas de acesso a esses serviços, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Em cumprimento ao disposto no referido Decreto, a Universidade Federal de Viçosa concluiu a elaboração deste documento no ano de 2013, e o mesmo se encontra disponível, na forma eletrônica, no portal do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), endereço www.sic.ufv.br, e na forma impressa, distribuída para a comunidade universitária e sociedade em geral.

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Vários são os mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação da UFV são por meio de instrumentos de avaliação.

No ensino, na pesquisa e na pós-graduação são disponibilizados mecanismos de avaliação, coordenados pelo sistema federal de ensino, para avaliação de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, cujos resultados são amplamente divulgados na mídia, pelos indicadores do Inep e pelo conceito Capes.

As atividades de extensão são acompanhadas de formulários de avaliação do evento, com destaque para o maior evento extensionista que é a Semana do Fazendeiro.

Vale destacar que, sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), no ano de 2013 foi realizada pesquisa mais ampla sobre a atuação da UFV junto à comunidade universitária e também, pela primeira vez, com a comunidade externa. A Avaliação aborda a percepção das comunidades sobre o desempenho da UFV em fatores relacionados às 10 dimensões do SINAES, como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, comunicação e sociedade, atendimento ao discente, infraestrutura e outros.

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O acesso às informações referentes à atuação da UFV, que possam ser de interesse ou consideradas úteis à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, inclusive os relatórios de gestão, os relatórios de auditoria de gestão e acórdãos do TCU concernentes, o relatório de autoavaliação institucional, o planejamento institucional, o Jornal da UFV, o Informativo dos atos administrativos e outros, pode ser feito por meio do site www.ufv.br.

No site www.ufv.br/soc podem ser acessadas as Resoluções dos Colegiados Superiores da Instituição, CEPE E CONSU, referentes às decisões acadêmicas e administrativas da UFV.

6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Universidade Federal de Viçosa, em cumprimento à legislação pertinente, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, vem realizando várias ações com vistas a atender as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e para as políticas inclusivas de uma maneira geral.

Desde 2012 a UFV conta com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), que tem por finalidade articular e integrar as ações inclusivas na UFV de forma a viabilizar o acesso e permanência de indivíduos com deficiência e/ou com necessidades especiais.

A UFV possui desde 2014 a Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas, cujo objetivo é atender a qualquer estudante ou servidor que apresente algum tipo de necessidade, deficiência, transtorno ou doença, que exija cuidados diferenciados e seja comprovada por laudo médico. No caso dos estudantes, por exemplo, as dificuldades enfrentadas devem ser apresentadas para a coordenação do curso para que seja estruturado um plano de estudo adequado ao perfil do aluno, com adaptações metodológicas acompanhadas ao longo do semestre letivo. Além do atendimento, ao unidade também é um espaço para produção de materiais pedagógicos voltados para as necessidades dos estudantes.

Cabe salientar que a Universidade Federal de Viçosa é uma instituição de 89 anos, possuindo diversas edificações cujas construções não foram projetadas no contexto da acessibilidade. Várias foram as ações com vistas à melhorar a acessibilidade, como adaptações e construções de rampas em edificações e calçadas, sinalização das vias urbanas, aquisição de elevadores para prédios antigos e também para os novos, já projetados com vistas à acessibilidade, adaptações de banheiros, e outros.

Para minimizar as barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, a UFV vem realizando vários atendimentos com tradutores e intérpretes de libras.

Em 2015 iniciou-se a elaboração, em caráter experimental, de vídeos com acessibilidade em Libras e legenda, de três cursos para encaminhamento às demais coordenações de cursos que servirão de parâmetros para a produção dos demais.

Para melhorar o rendimento acadêmico foram oferecidos atendimentos especiais a pessoas com os seguintes transtornos: Autismo de alto funcionamento (Síndrome de Asperger); Ansiedade e rebaixamento do humor (CID F.41.2); Baixa visual significativa, devido a ceratocone, necessitando de transplante de córnea em OE; Déficit de memória proveniente de lesão por tratamento radioterápico. Glioblastoma Multiforme - CID C71; Dislexia - CID 10 - F.81.0 (dislexia de desenvolvimento); Disacusia Neurossensorial Bilateral/ Usuária de prótese auditiva; Distrofia macular de Stargardt (CID H35.5). Déficit de visão, grau de comprometimento 3 (H54.0); Neuromielite óptica - doença de Devic (CID 10: G36.0); Perda auditiva bilateral do tipo neurossensorial, grau profundo; Portador de luxação congênita quadril bilateral severa e portador de atropiase congênita; Quadro compatível com F90 + F32.1; Quadro depressivo (patias de CIDs

F.31.1 e F.41.1); e Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) com ou sem comorbidades.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Desempenho financeiro do exercício

A falta de liberação, em tempo hábil, de limite orçamentário de compromissos já assumidos a serem liquidados, sobretudo os serviços de natureza continuada, não demonstrou a real necessidade dos recursos financeiros a serem recebidos pela Instituição.

Além disso, a não liberação da totalidade dos recursos financeiros necessários em várias ocasiões ao longo do exercício esse fato impossibilitou que a Instituição planejasse o seu fluxo de caixa pois tínhamos somente conhecimento dos dispêndios sem previsão dos ingressos.

7.2. Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Este item tem por objetivo demonstrar as informações sobre a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. Serão apresentadas as políticas de captação de recursos para ensino, pesquisa e extensão. Também serão identificadas as alocações feitas com os recursos captados pela universidade, relatando as dificuldades relacionadas aos limites de empenho e de movimentação financeira.

7.2.1. Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão

As receitas diretamente arrecadadas pela Instituição integram o Orçamento e representa apenas 0,88% do total.

As receitas ligadas a serviço de assistência estudantil tem o intuito de complementar minimamente os recursos recebidos para esse fim, já que a política da Instituição é oferecer ao estudante meios para completar o ensino superior.

Quanto às receitas imobiliárias existe uma Comissão de Avaliação de Espaço físico que define os valores a serem cobrados pela cessão do espaço físico, de acordo com os valores praticados no mercado.

7.2.2. Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Este item tem por finalidade apresentar informações sobre as alocações feitas com os recursos captados pela universidade, bem como relatar as dificuldades relacionadas aos limites de empenho e de movimentação financeira e os parâmetros utilizados para distribuição interna de tais restrições entre as unidades orçamentárias, programas ou ações.

Quadro A.7.2.2.1 – Recursos Diretamente Arrecadados (Recursos Próprios)

Fonte Recursos Detalhada		DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS		
		0250262820	0280262820	Total	0250262820	0280262820	Total	0250262820	0280262820	Total
AÇÃO										
20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (DESPESAS CORRENTES)	3.393.915,19	692.239,00	4.086.154,19	3.393.915,19	692.239,00	4.086.154,19	3.393.915,19	692.239,00	4.086.154,19

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os valores arrecadados pela UFV foram alocados na Ação Funcionamento da Instituição Federal de Ensino Superior (20RK) cuja movimentação de crédito foi para complementar as despesas de custeio dos *campi*. A forma de distribuição dos recursos foi condicionada à necessidade de empenho para honrar compromissos com fornecedores e prestadores de serviço.

Em função dos cortes Orçamentários e Financeiros impostos pelos Órgãos Superiores de Orçamento e Finanças, as limitações de empenho ocasionaram uma reestruturação da alocação dos recursos inicialmente programada pelo setor de Planejamento e Orçamento da UFV, que historicamente priorizava a utilização das Receitas Arrecadadas para complementar as despesas de capitais, o que não ocorreu no exercício 2015.

7.3. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Este item tem por objetivo demonstrar as informações relativas aos procedimentos e práticas adotadas pela UFV para a depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e também para avaliação e mensuração de ativos e passivos em cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial nas NBC T 16.9 e 16.10.

A UFV está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público) no que se aplica a Instituições Federais de Ensino.

A partir do exercício contábil de 2010 iniciou-se o registro de depreciação acumulada dos bens móveis adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização a partir de janeiro do citado exercício. Encerrou-se em 2014 os trabalhos de implantação obrigatória da depreciação relativa aos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo permanente é a Tabela de Vida Útil Padrão apresentada pela Secretaria do Tesouro Nacional por conta contábil, considerando a vida útil estimada por anos e o percentual do valor residual. A vida útil é o elemento temporal do valor residual, ao final da vida útil do bem o valor líquido contábil será igual ao valor residual e após a vida útil faz-se nova reavaliação, que poderá sofrer redução, porém não há mais depreciação.

A metodologia de cálculo da depreciação utilizado é o das quotas contantes, sendo aplicado no mês seguinte ao da aquisição do bem, levando em consideração a vida útil e o valor residual.

As taxas utilizadas para os cálculos são as divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, constantes na macrofunção 020330 (Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações) do Manual do SIAFI.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido são as descritas na NBC T 16.10 e na macrofunção 020330 (Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações) do Manual do SIAFI.

Disponibilidades estão mensuradas pelo valor original, exceção ao “Disponível em Moeda Estrangeira” que ao final do exercício foi atualizado pela taxa cambial correspondente ao dólar americano.

Créditos estão mensurados pelo valor original.

Estoques estão mensurados pelo valor de aquisição, contabilizados quando da entrada do bem no almoxarifado e baixado no momento da requisição de materiais.

Diferido está mensurado pelo valor original, refere-se a sub-repasse concedido para nossa Unidade Gestora vinculada a nossa Gestão e Unidade Orçamentária.

Ativo Permanente: Imobilizado os Imóveis estão registrados pelo valor original com os devidos acréscimos em função inclusão de novas edificações no SPIUnet, por reavaliação e desde 2014 esta sendo depreciado pelo SPIUnet. Já os Bens Móveis estão mensurados pelo valor de aquisição e passam pelo processo depreciação, amortização e exaustão, conforme a aplicação devida.

Diferido não possuímos bens registrados nesta modalidade.

Intangível não possuímos bens registrados nesta modalidade.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UFV foram para Bens Imóveis na ordem de R\$ 48.456,52 com depreciação e R\$32.582.417,79 pela reavaliação dos imóveis incorporados por do término das obras em andamento registrados no SPIUNET. Para os Bens Móveis foi de R\$5.870619,14 correspondente à depreciação.

7.4. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Neste subitem é feita a demonstração sucinta do estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da unidade jurisdicionada, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos, contemplando, pelo menos, as seguintes informações:

- a) identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;
- b) identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados;
- c) descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;
- d) práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;
- e) impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;
- f) relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído com a Portaria STN 157, de 09 de março de 2011, tendo como órgão central a Secretaria do Tesouro Nacional e como órgãos setoriais as unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União, responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de informações de Custos – SIC. Segundo a referida Portaria, as unidades de gestão interna do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União podem integrar o Sistema de Custos do Governo Federal como órgãos setoriais. No mesmo sentido a Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011, dispôs sobre o Sistema de Informações de Custos – SIC, o qual constitui sistema informacional do Governo Federal que tem

por objetivo o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos Gestores no processo decisório.

A Apuração de Custos é parte do sistema contábil de uma organização com o objetivo de evidenciar o custo de cada uma das atividades internas, de cada um dos produtos, em seus diferentes estágios de elaboração, bem como o detalhamento da participação de cada elemento na formação do custo final. Desta forma, destina-se a gerar informações, constituindo-se, assim, em instrumento auxiliar do processo de gestão.

A preocupação com a determinação do custo aluno na universidade pública é, antes de tudo, uma preocupação com o uso dos recursos públicos. Esta mensuração, além de ser um dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, pode ser utilizada como ferramenta gerencial, subsidiando os gestores em seus processos decisórios. Todavia, nas instituições de ensino, e particularmente nas IFES, o desenvolvimento e a implantação de um sistema de custo sempre se mostrou como uma tarefa bastante complexa.

Antes de um processo técnico de apuração de custos, o cálculo do custo de um produto/serviço passa necessariamente por um processo de informações que deve permitir, no mínimo, o aperfeiçoamento contínuo das rotinas, processos ou atividades executadas. Ele se constitui como um instrumento fundamental de decisões estratégicas para a organização, culminando com a implantação e/ou implementação de um abrangente sistema de informações gerenciais de forma sistematizada, com uma melhoria sensível nos parâmetros de desempenho, oportunizando ganhos apreciáveis para toda a instituição.

Há alguns anos que diversos esforços isolados do MEC e das IFES vêm sendo desenvolvidos visando instituir indicadores que avaliem o desempenho das IFES. Neste contexto, vale relatar as experiências/vivências da Universidade Federal de Viçosa no processo de implementação de um Sistema de Apuração de Custos de seus produtos/serviços.

Preocupado em dotar as universidades de um sistema de aferição de custos, o professor Edgar Wallace Pinheiro Lobo, Coordenador da Coordenadoria de Programação e Articulação, do Ministério da Educação propôs, em março/88, a alguns Pró-Reitores de Planejamento das IFES, reunião para estudo da viabilidade de implantação do Sistema de Apuração de Custos -SAC das IFES. Nessa reunião, constituiu-se uma comissão, incumbida de conceituar e desenvolver o SAC e discutiu-se, ainda, experiências de algumas IFES sobre o assunto.

Após várias reuniões e testes realizados, em 1993, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Ensino Superior – SESu, investiu no desenvolvimento de um sistema informatizado de apuração de custos, conforme proposições elaboradas pela comissão instituída em 1988. O SAC é, portanto, resultado de esforços de várias instituições que, na busca de construir indicadores gerenciais, isoladamente, não conseguiram resultados satisfatórios, mas puderam sinalizar rumos. Com vistas a desenvolver este projeto, foi formada uma comissão, instituída por portaria do MEC/SESu. Esta comissão era composta por especialistas de algumas IFES e, sob a coordenação da SESu, se propuseram a desenvolver um sistema capaz de apurar os custos do ensino superior. Posteriormente, foi celebrado um convênio entre a SESu, a Fundação Universidade Federal do Rio Grande-FURG e a IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., para desenvolver o software e elegeram algumas IFES como piloto.

O sistema foi desenvolvido para auxiliar a gestão no processo de planejamento, avaliação e correção de procedimentos, cujo objetivo principal é o cálculo dos custos de alunos de graduação e pós-graduação, de cursos, de disciplinas, órgãos acadêmicos e administrativos e outros produtos/serviços da instituição.

Como resultado desse trabalho, em janeiro de 1994, o MEC publicou o manual do Sistema de Apuração de Custos das Instituições Federais de Ensino Superior apresentando o referencial teórico e a metodologia que deveriam orientar o processo de implantação do Sistema nas universidades.

Foram muitas as universidades interessadas na implantação do Sistema de Apuração de Custos- SAC, mas por problemas técnicos e operacionais não conseguiram avançar.

Na Universidade Federal de Viçosa-UFV coube a então Secretaria Geral de Planejamento – Segeplan, hoje, Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento - PPO, a atribuição de conduzir os trabalhos de implementação do Sistema SAC na Instituição.

A experiência da UFV no anseio de implementar sistemática de apuração de custos tem uma longa trajetória.

No período de 1993 a 1996 a UFV teve a oportunidade de adotar o Sistema de Apuração de Custos – SAC, desenvolvido e distribuído sob a orientação da SESu-MEC. No início dos trabalhos pela insipiente cultura de criação de banco de dados oficiais, esforços exaustivos foram feitos para dar os primeiros passos e calcular o custo aluno na UFV, sendo possível gerar os custos dos anos de 1994, 1995 e 1996.

A tentativa de avançar nos trabalhos de apuração dos custos não foi totalmente exitosa. Esse trabalho foi interrompido, infelizmente, por problemas operacionais relacionados a aposentadoria de técnicos-administrativos que operavam o sistema e também pela própria obsolescência da versão inicial. Desenvolvido inicialmente em linguagem CSP, com banco de dados SQL/DS, com o Sistema Operacional VM/SP para computadores de grande porte, foi também desenvolvido em linguagem Clipper numa versão para microcomputador, monousuário. Esta última, foi convertida para linguagem Visual Basic, banco de dados Access e Sistema Operacional Windows95 e multiusuário, consolidando o Banco de Dados do SIG.

Em 2000, o Analista de Tecnologia da Informação da UFRG, Marco Antônio Carou Leandro desenvolveu uma versão melhorada do SAC, utilizando uma nova plataforma de tecnologia da informação. Essa versão foi recebida pela UFV que providenciou sua instalação em junho/2001 sob a coordenação da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PPO, retomando os cálculos do custo aluno.

Inicialmente, por se tratar de uma nova versão do sistema, decidiu-se por validar a mesma comparando os resultados aos de 1996, obtidos pela versão anterior, para posteriormente, proceder à retomada do cálculo e apuração dos custos na UFV. Para isso, vários contatos foram feitos com o Leandro, inclusive algumas visitas dele à UFV, no sentido de dirimir dúvidas e ao mesmo tempo contribuir para implementar aperfeiçoamentos que julgávamos necessários.

Com o apoio do Leandro e, com muita dedicação da equipe da UFV, foi possível calcular os custos até 2007.

Em função das dificuldades próprias na implantação de um Sistema de Apuração de Custos, com programa desenvolvido e aprimorado à distância, e, ainda considerando a sobrecarga de atividades institucionais do Leandro e outras funções assumidas por ele, inclusive assumindo a direção do Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI da FURG, os trabalhos do SAC/UFV foram interrompidos em 2007.

Em 2012 a PPO reativou os contatos com a FURG, por meio do Leandro, que já estava aprimorando o sistema, atendendo dentre outras necessidades as demandas e sugestões apresentadas pela PPO. Em reunião promovida com a equipe da PPO, por meio de Videoconferência, o Leandro nos posicionou sobre o andamento do sistema e esclareceu algumas dúvidas da equipe e, colocando-se, novamente, à disposição para acompanhar a PPO na retomada dos trabalhos do SAC.

Novas tentativas de continuidade de cálculo do custo aluno estão sendo trabalhadas e, paralelamente, a UFV tem buscado formas junto à Diretoria de Tecnologia de Informações – DTI/UFV no sentido de adaptar os sistemas internos de dados para facilitar a coleta das informações necessárias para alimentar o SAC.

Em relação ao Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, vários tem sido os esforços em nível nacional com vistas à sua implementação. Pode-se destacar o trabalho da Comissão Interministerial em meados de 2005, cujo objetivo era "elaborar estudos e propor diretrizes, métodos e procedimentos para subsidiar a implantação de Sistema de Custos na Administração Pública Federal".

Em meados de 2008 foi instituída a Câmara Técnica de Qualidade do Gasto (CTQG), no âmbito do Comitê Técnico de Orçamento conduzido pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

A partir de outubro de 2008, o Sistema de Custos passou a ter um projeto executivo. Pode-se dizer que, a partir de então, o assunto deixou de ser para os órgãos centrais do governo federal, uma intenção passando da discussão das ideias para um processo estruturado com concepção teórica definida, cronograma e recursos.

No início de 2009, formou-se um grupo técnico na Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda com o intuito de produzir versão inicial do Sistema de Informação de Custos -SIC do Governo Federal em parceria com o Serpro. O referido grupo interagiu fortemente com todo o trabalho do macroprocesso orçamentário e financeiro que já estava estabelecido e fundiu-se num grupo de trabalho maior, envolvendo também o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Mostrou-se necessária uma coordenação com atores diversos: ministérios e entidades governamentais, comunidade acadêmica nacional e internacional, órgãos de controle externo dentre outros. Mediante apoio da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda como sponsor do projeto, foi possível articular com estes diversos atores, gradativamente. Buscaram-se, inicialmente, a participação e a cooperação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) e da Secretaria de Recursos Humanos (SRH/MP), órgãos gestores, respectivamente, do SIDOR e do SIOP, do SIGPLAN e do SIAPE. Em seguida, a Secretaria de Gestão (SEGES/MP) e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP) foram incorporadas ao processo de trabalho. Paralelamente, foi introduzida uma série de seminários "técnicos conceituais" com o envolvimento da comunidade acadêmica:

inicialmente Fundação Getúlio Vargas - FGV, Universidade de São Paulo - USP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e, em seguida, várias outras universidades e entidades do terceiro setor.

Em março de 2010, a fase de homologação do sistema foi encerrada e as diretrizes de treinamento e capacitação de usuários iniciadas.

Em 2011 a Gerência de Informação de Custos, responsável pela manutenção e pelo aperfeiçoamento do SIC, foi estabelecida na Secretaria do Tesouro Nacional. Em 09 de março de 2011 a STN publicou a Portaria nº 157, que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal, estruturado na forma de um subsistema organizacional da administração pública federal brasileira e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal, uma vez que se encontra sob gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União.

Em 2013 duas reuniões, a primeira em outubro/2013 e a segunda em novembro/2013, envolvendo o Secretário do Tesouro Nacional/STN e o Secretário Executivo do MEC com o objetivo de implementar o SIC no âmbito dos órgãos vinculados ao MEC, sobretudo as IFES. Com isso, em novembro/2013 foi realizado um Workshop sobre custos no Setor Público com participação da FGV, STN, SPO, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior -FORPLAD, Fórum Nacional dos Diretores de Contabilidade e Finanças das Universidades Federais Brasileiras - FONDCF e demais convidados.

Como resultado dessas reuniões, foi criado, por meio da Portaria SE/MEC nº135 de 23/01/2014, Grupo de Trabalho encarregado de discutir as diretrizes de implementação do Sistema de Custos no âmbito do MEC. E, em 28 de janeiro de 2014, Portaria SPO/SE/MEC nº 1, revogada pela Portaria SPO/SE/MEC nº2, de 26/05/2014 foram indicados os participantes desse Grupo de Trabalho, unidades piloto para a implantação da contabilidade de custos: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Universidade de Brasília - UNB, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG.

Até então, o acesso ao SIC no âmbito do MEC está restrito a Setorial Contábil Superior e aos órgãos participantes desse Grupo de Trabalho como unidades pilotos.

A UFV, por meio da PPO, também tem acompanhado o desenvolvimento do Sistema SIC do Governo Federal participando do III e IV Congresso Internacional de Informações de Custos e Qualidade dos Gastos no Setor Público, realizado pela Escola de Administração Fazendária – Esaf em 2013 e em 2014, em Brasília – DF. Espera-se que após os testes pelas Unidades “Piloto” o sistema SIC/MEC seja liberado para implantação em todas as Instituições Federais de Ensino Superior.

A retomada do cálculo dos custos na UFV, utilizando o sistema SIC do Governo Federal servirá como importante instrumento auxiliar de gestão, direcionado a colaborar com o processo de planejamento, avaliação e correção dos procedimentos administrativos, dotando a UFV de um abrangente sistema de informação gerencial para a Instituição. No entanto, como o sistema SIC ainda encontra-se em fase de testes para implantação ainda não se tem conhecimento se é possível apurar os custos de atividades próprias de uma instituição de ensino superior, possibilitando

apresentar as informações solicitadas no item 5.5, Parte A do Anexo II da DN TCU n.º 134, de 04/12/2013.

Apesar dos esforços da UFV em aperfeiçoar o sistema de apuração de custos do MEC/UFRG, ainda não foi possível obter uma série histórica de custos, principalmente para o período demandado, 2012-2014, em razão dos problemas técnicos no processamento e das dificuldades na busca dos dados de custos.

A UFV já obteve alguns retornos que permitiram avançar nos cálculos, todavia, ainda não foi possível sua validação final, tendo em vista a necessidade de alterações nos relatórios de saídas e também algumas modificações na metodologia do cálculo. O SAC interage com os subsistemas de pessoal, de controle acadêmico, de material, de acompanhamento orçamentário, de atividades docentes etc., dos quais capta os dados necessários e requer, portanto que toda a estrutura administrativa e acadêmica forneça as informações para apurar o custo das ações e dos serviços executados.

Os sistemas internos da UFV não estão ainda, integrados aos sistemas federais de modo a apurar os custos de seus produtos/serviços, como: custo aluno, custo órgão, custo curso, custo disciplinas, custo aluno matriculado, custo aluno diplomado, custo alimentação, custo assistência estudantil, custo capacitação, custo atividades de extensão, custos de atividades culturais, custo de tecnologia da informação, etc.

Pelas várias tentativas de apuração de custos na UFV sabe-se que este é um trabalho árduo e muitos desafios deverão surgir até que o SIC se torne a principal ferramenta de apoio à gestão institucional. Por esta razão, acreditamos que até o final de 2015 o sistema SAC, considerando o estágio avançado de ajustes, pode estar em condições de utilização satisfatória.

Atualmente, o acesso ao SIC está restrito a servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal. A UFV já solicitou junto à área de suporte ao sistema na STN o cadastro e a habilitação para utilizar a ferramenta do SIC mas, o acesso ainda não foi liberado.

Vale lembrar que no Relatório de Gestão do TCU solicita-se uma “Tabela de Resultados dos Indicadores da Decisão TCU Nº 408/2002” com informação sobre custo corrente/aluno equivalente da instituição. Este custo é calculado considerando apenas o custo corrente dividido pelo somatório do AGE (número de Alunos Equivalentes da Graduação), APGTI (número de Alunos na Pós-Graduação Tempo Integral) e ARTI (número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral).

Entretanto, esta informação não leva em consideração variáveis relevantes que deveriam fazer parte do cálculo do custo-aluno numa instituição de ensino: estudantes matriculados na graduação, pós-graduação, ensino técnico, ensino médio, alunos formados, tempo médio de permanência, vagas ofertadas/ocupadas/aprovadas, carga horária teórica e prática, turmas oferecidas, disciplinas oferecidas por curso, atividades docentes (carga horária semanal, vinculação, titulação, classe), número de servidores em cursos de capacitação, projetos e programas de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidos, número de bolsas concedidas a estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, etc. Estas variáveis são necessárias e devem fazer parte de um sistema de apuração de custo aluno.

A retomada do cálculo dos custos na UFV, utilizando o sistema SIC do Governo Federal servirá como importante instrumento auxiliar de gestão, direcionado a colaborar com o processo de planejamento, avaliação e correção dos procedimentos administrativos, dotando a UFV de um abrangente sistema de informação gerencial para a Instituição. No entanto, como o sistema SIC ainda encontra-se em fase de testes para implantação ainda não se tem conhecimento se é possível apurar os custos de atividades próprias de uma instituição de ensino superior.

7.5. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

Este item tem por objetivo tratar das informações relacionadas às demonstrações contábeis obrigatórias para a UFV, conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As Demonstrações Contábeis referentes a este subitem e a Nota Explicativa estão inseridas como anexos ao relatório de gestão.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Esta seção contempla informações sobre gestão de pessoal, do patrimônio e da infraestrutura, da tecnologia da informação e sobre a critérios de sustentabilidade ambiental.

8.1. Gestão de pessoas

A gestão de pessoas na UFV é feita sob a supervisão da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e com a participação de chefias dos diversos órgãos e setores da universidade. Essa sub-seção tem por finalidade informar sobre a estrutura de pessoal da UFV, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

Para elaboração do conteúdo deste item, serão apresentadas informações que evidenciem: composição da força de trabalho; distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas; relação entre servidores efetivos e temporários; conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim; qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade; política de capacitação e treinamento do pessoal; despesas associadas à manutenção do pessoal; ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada; principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los.

8.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

O Quadro A.8.1.1.1 visa a demonstrar a força de trabalho da UPC, comparando-se a lotação autorizada com a efetiva. Para cada tipologia de cargos, a UPC deve informar a lotação autorizada e a efetiva, registrando-se, ainda, os ingressos e egressos no exercício. O Quadro A.8.1.1.1 deve refletir a situação apurada em 31/12 do exercício de referência do Relatório de Gestão.

Quadro A.8.1.1.1 Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3731	3614	134	219
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3731	3614	134	219
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3731	3609	134	219
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	3	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	108	108	59	77
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	63	63	29	19
4. Total de Servidores (1+2+3)	3902	3785	222	315

Fonte: Serviço de Provimento/PGP

O Quadro A.8.1.1.2 busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro A.8.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1.Servidores de Carreira (1.1)	1341	2273
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1341	2273
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1337	2272
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	0

2.Servidores com Contratos Temporários	0	108
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	63
4.Total de Servidores (1+2+3)	1341	2444

Fonte: PGP – 2015

O Quadro A.8.1.1.3 tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC.

Quadro A.8.1.1.3 - cargos em comissão e de funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	61	61	30	30
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	01	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	01	01	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	443	417	85	111
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	05	05	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	504	478	115	141

Fonte: PGP

8.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

O Quadro A.8.1.2.1 apresenta o demonstrativo das despesas com pessoal da UFV no ano de 2015.

Quadro A.8.1.2.1 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	286.981.331,01	4.586.019,99	27.168.020,74	20.994.799,63	18.042.318,12	24.175.106,99	288.960,46	440.192,66	525.210,57	383.201.960,17
	2014	265.596.801,14	4.379.270,64	27.802.288,96	19.276.459,71	2.195.145,73	24.404.558,03	289.614,98	381.446,42	1.783.370,17	346.108.955,78
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0	0	0	0	2.185.365,41	0	0	0	0	2.185.365,41
	2014	0	0	0	0	1.779.406,76	0	0	0	0	1.779.406,76
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	557.508,62	0	40.274,47	11.954,65	0	13.826,02	0	0	0	623.563,76
	2014	531.849,31	0	55.480,41	23.917,64	0	8.296,08	0	0	0	619.543,44
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	4.084.179,80	0	340.775,97	106.444,75	778.439,48	0	0	0	0	5.309.840,00
	2014	3.950.719,18	0	338.215,17	76.616,00	0	0	0	0	0	4.365.550,35

Fonte: PGP – Serviço de Pagamento

8.1.3. Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

Neste subitem a unidade prestadora de contas deve informar possíveis riscos identificados na gestão de pessoas, como por exemplo, possível perda de pessoal treinado em razão de baixos salários, ausência de perspectivas na carreira, entre outros.

A Universidade Federal de Viçosa não faz entrevista de desligamento de pessoal, portanto, ainda não temos dados . Este projeto está para realização a partir de 2015.

Alguns servidores que tem sido aprovados em concursos tem qualificação superior à exigida pelo cargo. Como exemplo, temos casos de candidatos com mestrado e, às vezes, doutorado que assumiram cargos da Classe D. É comum servidores com esse perfil tentarem concursos docentes e/ou concursos para a Classe E em outras instituições. Ainda não há um levantamento preciso para quantificar esse problema, iniciativa prevista para o ano de 2016.

8.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A UFV não possui estagiários contratados em sua folha de pagamento.

A seguir é apresentado o Quadro A.8.1.4.1 com informações sobre a contratação de servidores terceirizados para substituir os servidores de apoio, cujos cargos foram extintos.

Quadro A.8.1.4.1– Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA						
UG/Gestão: 15268						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	08.512.981/0001-68	26/09/2013	14/10/2016	FUNDAMENTAL	P
2011	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	10.319.889/0001-49	12/07/2011	12/07/2016	FUNDAMENTAL	P
2012	AUXILIAR AGROPECUÁRIA	04.552.404/0001-68	01/08/2012	01/08/2016	FUNDAMENTAL	P
2013	AUX. SERV. TÊC. EM ALIMENTAÇÃO	04.552.404/0001-68	08/02/2013	12/01/2016	FUNDAMENTAL	E
2012	AUX. SERV. TÊC. EM ALIMENTAÇÃO	04.552.404/0001-68	05/07/2012	12/01/2016	FUNDAMENTAL	E
2013	VIGIA E SUPERVISOR	04.552.404/0001-68	01/03/2013	01/03/2016	FUNDAMENTAL	P
2013	MANUTENÇÃO PREDIAL	04.552.404/0001-68	03/06/2013	03/06/2016	FUNDAMENTAL	P
2013	JARDINEIRO E ENCARREGADO	04.552.404/0001-68	18/09/2013	03/06/2016	FUNDAMENTAL	P
2013	PORTEIRO/CONTÍNUO/ZELADOR	04.552.404/0001-68	23/12/2013	23/12/2016	FUNDAMENTAL	P
2014	PORTEIRO/CONTÍNUO	04.552.404/0001-68	07/01/2014	07/01/2017	FUNDAMENTAL	P
2014	MOTORISTA	04.552.404/0001-68	27/11/2014	29/02/2016	MÉDIO	P
2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	07.655.416/0001-97	15/06/2015	15/06/2016	FUNDAMENTAL	A
2011	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS	03.033.142/0001-43	04/01/2011	04/05/2016	SUPERIOR	P
2011	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	03.033.142/0001-43	04/01/2011	04/05/2016	SUPERIOR	P
2014	MANUTENÇÃO PREDIAL	16.611.920/0001-86	15/05/2014	15/05/2016	FUNDAMENTAL	P
2011	VIGIA	09.422.027/0001-47	24/11/2011	24/11/2016	FUNDAMENTAL	P
2011	LAVADOR DE VEÍCULOS	09.422.027/0001-47	23/11/2011	23/11/2016	FUNDAMENTAL	P
2013	PORTEIRO	09.422.027/0001-47	03/09/2013	03/09/2016	FUNDAMENTAL	P
2014	ELETRICISTA	09.422.027/0001-47	05/12/2014	05/12/2016	FUNDAMENTAL	P
2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	09.422.027/0001-47	06/05/2015	06/05/2016	FUNDAMENTAL	A
2015	MOTORISTA	09.422.027/0001-47	18/11/2015	18/11/2016	MÉDIO	A
2014	VIGIA	09.226.791/0001-47	03/11/2014	03/11/2016	FUNDAMENTAL	P
2010	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	11.146.580/0001-46	25/01/2010	05/02/2016	FUNDAMENTAL	E
2011	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	11.146.580/0001-46	17/02/2011	17/02/2016	FUNDAMENTAL	P
2011	AUXILIAR DE LATICÍNIOS	11.146.580/0001-46	12/12/2011	12/12/2016	FUNDAMENTAL	P
2012	AUX. SERV. TÊC. EM ALIMENTAÇÃO	11.146.580/0001-46	22/11/2012	22/11/2016	FUNDAMENTAL	P

Unidade Contratante						
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA						
UG/Gestão: 15268						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	MOTORISTA	08.667.279/0001-73	18/10/2012	18/10/2016	MÉDIO	P
2011	MANUTENÇÃO PREDIAL	11.154.628/0001-68	29/07/2011	29/07/2016	FUNDAMENTAL	P
2012	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	04.552.404/0001-49	15/10/2012	15/10/2016	FUNDAMENTAL	P
2013	LIMPEZA E VIGIA	04.552.404/0001-49	13/02/2013	13/02/2017	FUNDAMENTAL	P
2012	JARDINAGEM	04.552.404/0001-49	20/11/2012	20/11/2016	FUNDAMENTAL	P
2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	04.552.404/0001-49	07/05/2014	02/06/2016	FUNDAMENTAL	P
2014	JARDINAGEM	04.552.404/0001-49	13/05/2014	13/05/2016	FUNDAMENTAL	P
2014	PORTEIRO/CONTÍNUO	13.964.979/0001-60	07/11/2014	07/11/2016	FUNDAMENTAL	P
2014	TRAB. VOLANTE DA AGRICULTURA	13.964.979/0001-60	07/11/2014	07/11/2016	FUNDAMENTAL	P
2010	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	09.422.027/0001-47	05/05/2010	05/05/2015	FUNDAMENTAL	E
2010	MOTORISTA	09.422.027/0001-47	22/12/2010	22/12/2015	MÉDIO	E
2010	MECÂNICO	11.146.580/0001-46	25/03/2010	25/03/2015	FUNDAMENTAL	E
2010	LAVADOR DE VEÍCULOS	11.146.580/0001-46	25/03/2010	25/03/2015	FUNDAMENTAL	E

Fonte: PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – Serviço de Contratos Terceirizados

8.1.5. Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A UFV não contratou consultores e nem possuía consultores contratados anteriormente para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais no ano de 2015.

8.1.6. Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Este item tem por finalidade informar sobre o relacionamento da UFV com a entidade fechada de previdência.

a) Identificação da entidade fechada de previdência

Razão social: AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social

CNPJ: 20.320.487/0001-05

b) Visão gerencial dos valores envolvidos:

i. Quantidade de servidores contemplados por regime em 31/12/2015

CLT: 0 (Sendo que único servidor neste regime aposentou-se em Junho de 2015)

RJU: 4.308

CD: 1.580

ii. Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora

	CLT	RJU	CD
Contribuição Participantes	194,22	705.115,25	1.491.480,00
Contribuição Patrocinadora	186,41	0,00	0,00
Total Folha de Pagamento	76.613,60	317.308.107,07	93.004.490,38

iii. Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses

Aluguéis: R\$355.328,55

Consignações da Folha de Pagamentos: R\$ 50.258.510,00

c) Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar: não houve

- d) Conclusões do relatório de auditoria independente: a empresa contratada Grunitzky Auditores Independentes ainda não apresentou o relatório de auditoria do exercício de 2015, cujo prazo para envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC é 31 de maio do exercício social subsequente ao ano de referência.
- e) Conclusões do último estudo atuarial com os pareceres atuariais: do Plano Previdenciário Celetista, do Plano Previdenciário Estatutário e do Plano Instituidor Contribuição Definida (CD), inseridos a seguir como figuras 7.1.6.1, 7.1.6.2 e 7.1.6.3, respectivamente.
- f) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas: não houve fiscalização no exercício de 2015 para este fim.

A estrutura de governança do AGROS é composta pelo Conselho Deliberativo (com três titulares e três suplentes, representantes da patrocinadora e com três titulares e três suplentes, representantes dos participantes), Conselho Fiscal (com dois titulares e dois suplentes representante da patrocinadora e com dois titulares e dois suplentes representantes dos participantes) e Diretoria Executiva. Além disso, conta com uma Assessoria de Controles Internos, Auditoria Independente, Assessoria Atuarial Previdenciária e Assistencial, comissão de Investimentos Financeiros, Comissão Administrativa dos Planos de Saúde e Comissão de Segurança, cujas ações conjuntas norteiam as atividades da Instituição.



AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista
Encerramento do Exercício de 2015

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o Plano Previdenciário Celetista do AGROS apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2015.

Apurados os compromissos e mantido o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit de R\$ 7.741.493,89, registrado em sua totalidade na Reserva de Contingência.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano Previdenciário Celetista do AGROS.

Belo Horizonte, 04 de março de 2016.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88

Karoline Santos de Araújo
Atuária MIBA 2274

Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa
Diretora Técnica
Atuária MIBA 2211

Ivan Sant'Ana Ernandes
Diretor Executivo
Atuário MIBA 506

Figura 7.1.6.1 - Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista



AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário
Encerramento do Exercício de 2015

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o Plano Previdenciário Estatutário do AGROS apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2015.

Apurados os compromissos e mantido o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$ 123,3 milhões, constituindo o limite de 25% da Reserva de Contingência no valor de R\$ 92,2 milhões e compondo em 8,44% a Reserva Especial para Revisão de Plano no valor de R\$ 31,1 milhões, conforme limites estabelecidos na Resolução CGPC nº 26/2008.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano Previdenciário Estatutário do AGROS.

Belo Horizonte, 04 de março de 2016.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88


Karoline Santos de Araújo
Atuária MIBA 2274


Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa
Diretora Técnica
Atuária MIBA 2211


Ivan Sant'Ana Emandes
Diretor Executivo
Atuário MIBA 506

Figura 7.1.6.2 - Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário



AGROS – Instituto UFV de Seguridade Social
Parecer Atuarial do Plano Instituidor AGROS CD-01
Encerramento do Exercício de 2015

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial, hipóteses apropriadas e características de plano de contribuição definida, o Plano Instituidor AGROS CD-01 do AGROS encontra-se em situação de equilíbrio financeiro e atuarial. As provisões matemáticas do plano equivalem a R\$ 9 milhões.

Belo Horizonte, 04 de março de 2016.

ATEST – Consultoria Atuarial
Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88

Karoline Santos de Araújo
Atuária MIBA 2.274

Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa
Diretora Técnica
Atuária MIBA 2.211

Ivan Sant'Ana Emandes
Diretor Executivo
Atuário MIBA 506

Figura 7.1.6.3 - Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista

8.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura

Este item tem finalidade por Neste item são apresentados os dados relativos à gestão do patrimônio e da infraestrutura da Instituição, divididos nos seguintes subitens: gestão da frota de veículos próprios e terceirizados; política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso; gestão do patrimônio imobiliário da União; cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas; informações sobre os imóveis locados de terceiros; e gestão da Tecnologia da informação.

8.2.1. Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

A UFV dispõe de frota própria para o atendimento de transporte de docentes, técnicos e estudantes para aulas práticas e de campo, coleta de material de pesquisa, treinamento, bem como para o transporte de carga para serviços de manutenção predial, de vias urbanas e de equipamentos.

A utilização dos veículos da Instituição segue o disposto na IN nº 03/2008 e no Decreto nº 6.403/2008 e também os critérios próprios estabelecidos pela Portaria nº 841/98/RTR com o objetivo de otimizar e disciplinar o uso de sua frota.

A Pró Reitoria de Administração (PAD), por meio de sua Divisão de Transportes (DTR), é o órgão responsável na UFV pelo planejamento, orientação, supervisão, execução e acompanhamento dos atendimentos das demandas de transportes de passageiros e cargas, bem como pelos processos de aquisição, manutenção e leilão de veículos.

A DTR possui estrutura composta de setores administrativo, oficina mecânica, posto de abastecimento, portaria (24 horas) com controle movimentação de veículos oficiais, bem como pessoal treinado para o desempenho de suas funções. Conta, também, com o Sistema de Controle de Requisição de Transportes (SISCORE), por meio do qual as unidades acadêmicas e administrativas efetuam as solicitações de veículos para viagens internas e externas aos *Campi* da UFV; são controlados os custos das viagens e as cotas limites das unidades requisitantes. Esse sistema contribui especialmente com a otimização do uso da frota, a implantação de medidas de redução de custos e o oferecimento de um serviço de transporte eficiente e de boa qualidade à comunidade universitária.

A renovação e, ou ampliação da frota é realizada a partir do Plano Anual de Aquisição de Veículos (PAAV), este resultante da compatibilização das demandas das unidades acadêmicas e administrativas e tendo como o fator limitante a disponibilidade de recursos orçamentários.

Em 2015, a Instituição adquiriu apenas três veículos: uma caminhonete Mitsubishi (placa PAN 0712), para atendimento ao *Campus* de Florestal e duas motocicletas Yamaha: (placa PWO 7815) para atendimento das atividades de segurança patrimonial e comunitária no *Campus* de Viçosa e (placa PWO 7815) para atendimento à Central de Experimentação do Triângulo Mineiro (Cepet).

A composição da frota, a média anual de quilômetros rodados e idade média dos veículos são apresentados no Quadro A.8.2.1.1.

Quadro A.8.2.1.1 - Caracterização da frota (2015).

Tipo	Quantidade	Rodagem (Média anual/km)	Idade média (Anos)
Caminhões	29	7.000	24
Ônibus	4	6.000	17
Micro-ônibus	16	8.000	11
Picapes	52	10.000	8
Vans (pequeno porte)	11	10.000	6
Automóveis	80	35.000	6
Motocicletas	23	2.000	16

Fonte: DTR/PAD/UFV

Conforme indicado no Quadro A.8.2.1.2 em 2015, a DTR atendeu 6.454 requisições de transporte por meio da frota própria, essas solicitações resultaram em um total de 977.213 quilômetros percorridos. Com o objetivo de otimizar a utilização da frota e reduzir custos foi instituído uma linha regular para o trajeto Viçosa-Belo Horizonte-Viçosa. Essa linha funciona três vezes por semana, com saída de Viçosa às cinco horas e retorno de Belo Horizonte às 18 horas.

Quadro A.8.2.1.2 – Requisições de transporte atendidas (2015).

Tipo de Requisição	Nº de viagens	Distância Percorrida (km)
Interno - RQT1 ¹	4.946	417.804
Externo - RQT2 ²	1.415	517.967
Linha Viçosa- Belo Horizonte	90	41.142
Total	6.451	976.913

¹ Viçosa e microrregião

² Demais localidades

Fonte: DTR/PAD/UFV

Considerando os itens mais significativos na composição da despesa com manutenção de veículos, o gasto com a manutenção da frota da Instituição em 2015 foi da ordem de R\$ 2.131.499,03. Nesse cálculo foi adotado o Regime de Competência, ou seja, foram computadas as despesas empenhadas em 2015 para manutenção de veículos, independente da data de seu efetivo pagamento. Na Quadro A.8.2.1.3 são detalhados os principais itens dessa categoria de gasto.

Quadro A.8.2.1.3 – Despesas com manutenção da frota em 2015.

Código	Natureza da despesa	Despesa empenhada (R\$)
33903001	Combustíveis e Lubrificantes automotivos	1.052.314,68
33903039	Material para Manutenção de Veículos	563.400,70
33903919	Manutenção e Conservação de Veículos	448.866,65
-	Seguro Obrigatório e Seguro Total	66.917,00
Total		2.131.499,03

Fonte: Siafi Gerencial e Siafi Operacional.

A existência de frota própria é essencial para a UFV em função da significativa demanda por transporte de pessoas e de cargas para a realização das atividades fins (ensino, pesquisa e extensão) e de atividades meio (administração, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis, etc.). Soma-se a isso, dentre outras, as seguintes características da UFV que implicam na necessidade de frota própria: Instituição composta por três *campi*, todos localizados no interior de Minas Gerais (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba); possui áreas experimentais em localidades que não são atendidas com serviços de transporte urbanos e, ou, intermunicipal; seus *campi* estão instalados em municípios que não dispõem de linhas de transporte aéreas regulares; a demanda de deslocamento de estudantes para atividades de estágio curriculares, em especial os ligados aos cursos da área da saúde (medicina, enfermagem e nutrição).

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

A UFV utilizou em 2015, além de sua frota própria, a prestação de serviço de transporte terceirizado com fornecimento pela contratada, sob demanda da Instituição, de veículo e condutor. A contratação desse serviço foi necessária porque a demanda por serviços de transporte de pessoas e cargas na UFV aumentou significativamente em função da ampliação do número de vagas e de cursos de graduação, enquanto a extinção do cargo e a não reposição de vagas de motorista vêm reduzindo a capacidade da DTR de atendimento às demandas Institucionais com veículos próprios.

Na contratação desse serviço foram estabelecidas, dentre outras exigências, a idade máxima dos veículos que a empresa deve disponibilizar, considerando a data de início da execução do serviço: automóveis - 4 anos, vans - 3 anos e micro-ônibus e ônibus - 8 anos. A remuneração desse serviço de transporte terceirizado é baseada no preço por quilômetro estabelecido em contrato e na distância percorrida.

A UFV implantou em sua Pró-Reitoria de Administração um setor específico para fazer a gestão dos contratos de prestação de serviço de transporte terceirizado. Nesse setor são aprovadas as requisições de veículos, avaliados e conferidos os relatórios das viagens realizadas, conferidas e compatibilizados os relatórios de viagens e as respectivas notas fiscais emitidas pela empresa

prestadora do serviço. O relatório de viagem contém informações dos usuários requisitantes do transporte quanto ao trajeto e distância efetivamente percorridos nas viagens, bem como quanto a qualidade e atendimento às exigências contratuais do serviço prestado.

Em 2015, a distância total percorrida pelos veículos do serviço de transporte terceirizado foi de 618.719 km (Quadro A.8.2.1.4), que representa aproximadamente 63% do total da distância percorrida pela frota própria, correspondente a 976.913 km (Quadro A.8.2.1.2).

Quadro A.8.2.1.4 – Contratos de prestação de serviços de transportes terceirizados (2015).

Nome da Empresa / CNPJ	Tipo de Veículo	Contrato	Distância percorrida (km)
Universitária Locadora de Veículos Ltda. CNPJ 15130187/000115	Automóvel	088/2014	478.672
Douglas e Brígida Transporte de Pessoas Ltda. ME CNPJ 03453308/000180	Van	116/2014	87.270
Leopoldina Turismo Ltda. CNPJ 19765734/000190	Ônibus Executivo	077/2014	9.530
Paratitur Transportes Ltda. EPP CNPJ 11901685/000163	Ônibus Convencional e Micro-ônibus	078/2014	43.247
Total			618.719

Fonte: Siafi Gerencial e PAD/UFV

De acordo com os critérios definidos pela UFV nos editais de licitação de serviços de transporte terceirizado, as empresas contratadas arcaram com todas as despesas de manutenção de veículos decorrentes da prestação de serviço (combustível, salário, encargos, diárias, manutenção do veículo, impostos, etc.).

Análise Crítica

A existência de frota própria é fundamental para o bom funcionamento das atividades institucionais, mas embora a UFV disponha de estrutura de transporte qualificada, esta não é suficiente para atender a totalidade demanda de suas unidades acadêmicas e administrativas. A diminuição da capacidade de atendimento com frota própria, decorre principalmente do impacto do crescente número de aposentadorias de servidores da DTR e da extinção do cargo de motorista do quadro efetivo da Instituição. Nesse contexto, é imprescindível para a Universidade contar com a prestação de serviços de transporte terceirizados.

A gestão de mecanismos mistos de transportes, frota própria e transporte terceirizado, tem implicado no aumento do volume de trabalho e da complexidade do processo de tomada de decisão e de controle desse setor na UFV. Com isso, há uma significativa demanda por investimentos no

aprimoramento de sistemas informacionais, equipamentos de informática e de videomonitoramento, treinamento e recomposição do quadro de pessoal da DTR.

8.2.2. Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A forma de realização do desfazimento dos veículos inservíveis na UFV se dá pela realização de leilão após análise de uma comissão própria constituída para esse fim. Abaixo temos o leilão realizado no ano de 2015, referente ao processo Nº 018611/2013 (Leilão Nº 03/2015).

Quadro A.8.2.2.1 – Veículos leiloados em 2015.

LOTE	MARCA/ TIPO/ MODELO	ID	PLACA	UF	ANO
01	Moto Honda CG 125	002	GNL-1671	MG	1991
02	Moto Honda CG 125	003	GNL-1667	MG	1991
03	Micro ônibus – MB 25 PAS	110	GMF-2049	MG	1974
04	SPRINTER – MB 15 PAS	150	GXU-7533	MG	2001
05	SPRINTER – MB 15 PAS	155	GMF-4267	MG	2002
06	Micro ônibus – VW 25 PAS	143	GMF-0570	MG	1993
07	CAMINHÃO – MB 02 PAS	112	GMF-2773	MG	1979
08	VW/ Kombi 09 PAS	447	GMF-2770	MG	1988
09	VW/ Kombi 09 PAS	460	GMF-0545	MG	1993
10	VW/ Kombi 09 PAS	465	GMF-1598	MG	1996
11	Ônibus – MB 48 PAS	153	GUG-0251	MG	1995
12	VW/ Gol 1.0 – 5 PAS	693	GMF-0768	MG	1994
13	VW/ Gol 1.0 – 5 PAS	694	GMF-0769	MG	1994
14	VW/ Gol 1.0 – 5 PAS	729	GMF-4732	MG	2006
15	VW/ Santana 2.0 – 5 PAS	717	GMF-4090	MG	2002
16	VW/ Santana Quant 2.0 – 5 PAS	696	GMF-1374	MG	1996
17	VW/ Parati 1.8 – 05 PAS	701	GMF-1601	MG	1996
18	VW/ Parati 1.8 – 05 PAS	706	GMF-1874	MG	1997

8.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

O Quadro A.8.2.3.1 a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final do exercício de 2015, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro A.8.2.3.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

Localização geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ Exercício 2015
BRASIL	Minas Gerais	18
	4073 – Araponga	1
	4123 – Belo Horizonte	1
	4203 – Cajuri	1

	4233 – Canãa	1
	4251 – Capinópolis	1
	4333 – Coimbra	1
	4519 – Florestal	1
	5109 – Rio Paranaíba	4
	5247 – São João da Ponte*	1
	5427 – Viçosa	5
	5441 – Visconde do Rio Branco	1
	Subtotal Brasil	18
EXTERIOR	Não possui	0
	Subtotal Exterior	0
	Total (Brasil + Exterior)	18

Fonte: PAD/UFV e Spiunet

*ver **Análise Crítica** – Item 8.2.4

O Quadro A.8.2.3.2 a seguir, denominado Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse Quadro devem ser relacionados todos os imóveis, exceto funcional, que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão e de UJ a ela consolidada.

Se houver UJ agregada ao relatório de gestão, os imóveis de responsabilidade UJ agregada devem ser tratados no relatório da UJ agregada.

Quadro A.8.2.3.2 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.

UG	Registro Imobiliário Patrimonial – RIP		Município	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
	Utilização	Imóvel				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
154051	4073.00001.500-5	4073.00002.500-0	Araponga	Uso em Serviço Público	Regular	383.598,87	31/12/2014	985.868,64		
154051	4123.00020.500-9	4123.00306.500-3	Belo Horizonte	Uso em Serviço Público	Regular	46.584,04	31/12/2014	155.576,99		
154051	4203.00001.500-7	4203.00002.500-2	Cajuri	Uso em Serviço Público	Regular	336.928,65	31/12/2014	789.760,15		
154051	4233.00001.500-9	4233.00002.500-4	Canaã	Uso em Serviço Público	Regular	75.968,30	31/12/2014	250.272,24		
154051	4251.00001.500-7	4251.00002.500-2	Capinópolis	Uso em Serviço Público	Bom	320.742,57	31/12/2014	1.781.437,70		
154051	4333.00002.500-0	4333.00004.500-1	Coimbra	Uso em Serviço Público	Bom	345.308,39	31/12/2014	820.820,08		
154051	4519.00001.500-2	4519.00002.500-8	Florestal	Uso em Serviço Público	Bom	10.632.627,07	31/12/2014	81.903.766,43		
154051	5109.00004.500-1	5109.00003.500-6	Rio Paranaíba	Uso em Serviço Público	Novo	95.167,13	31/12/2014	146.172,35		
154051	5109.00006.500-2	5109.00005.500-7	Rio Paranaíba	Uso em Serviço Público	Novo	1.643.177,00	31/12/2014	2.248.558,00		
154051	5109.00008.500-3	5109.00007.500-8	Rio Paranaíba	Uso em Serviço Público	Novo	562.951,20	31/12/2014	696.987,20		
154051	5109.00017.500-2	5109.00016.500-7	Rio Paranaíba	Uso em Serviço Público	Regular	1.236.000,00	31/12/2014	10.330.579,98		
154051	5427.00008.500-0	5427.00011.500-7	Viçosa - Fundão	Uso em Serviço Público	Bom	2.850.041,10	31/12/2014	4.812.608,42		
154051	5427.00007.500-5	5427.00012.500-2	Viçosa – Faz. Cachoeirinha	Uso em Serviço Público	Bom	387.047,27	31/12/2014	865.679,08		
154051	5427.00005.500-4	5427.00013.500-8	Viçosa – Casa Arthur Bernardes	Uso em Serviço Público	Muito bom	747.426,70	31/12/2014	3.137.271,89		
154051	5427.00004.500-9	5427.00014.500-3	Viçosa - CAV	Uso em Serviço Público	Muito bom	402.513.659,28	31/12/2014	580.977.529,49		
154051	5441.00001.500-8	5441.00007.500-0	Visc.RioBranco	Uso em Serviço Público	Rep.importantes	279.090,51	31/12/2014	1.224.993,07		
154051	5427.00016.500-4	5427.00015.500-9	Viçosa - Centev	Uso em Serviço Público	Muito bom	10.070.970,90	31/12/2014	10.184.224,84		
154051	5247.00001.500-4	5247.00002.500-0	São João da Ponte – MG	Em regularização - Outros	Regular	63.378.129,20	31/12/2014	142.600.790,70		

Fonte:PAD/UFV e Spiunet

Observação: As despesas com manutenção não estão segregadas, impossibilitando informar o gasto real com determinado imóvel, tendo em vista, que a UFV não adota centro de custos por imóveis. Por outro lado, algumas despesas são contratadas pela UFV para atender diferentes imóveis, como despesas com energia elétrica, telecomunicações e outras.

Conforme pode-se observar no Quadro A.8.2.3.2, os imóveis da propriedade da União sob responsabilidade da UFV estão devidamente registrados em cartórios e no patrimônio da União.

No mesmo Quadro A.8.2.3.2, pode-se também observar que o imóvel localizado no município de São João da Ponte – MG está registrado em nome da UFV. Este imóvel foi recebido do Governo Federal e posteriormente foi celebrado um convênio com a Ruralminas. De acordo com o convênio, cabia à Ruralminas regularizar a situação das famílias que ocupavam o imóvel, concedendo às mesmas títulos de propriedade das diversas frações do terreno original. Tendo em vista este contexto, a UFV vem buscando concluir o processo de regularização junto à Ruralminas e os Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de São João da Ponte, Januária, Janaúba e Manga, todas no Estado de Minas Gerais, de forma a permitir a baixa do imóvel no cadastro do patrimônio da União, do qual a UFV não faz uso para suas atividades fins.

O imóvel no qual está instalado o Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa – Centev, também relacionado do Quadro A.8.2.2.1, foi recebido do Ministério da Defesa e está registrado em Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Viçosa em nome da UFV. No entanto, no patrimônio da União, no SPIUnet, este imóvel continua cadastrado em nome do Ministério da Defesa, apesar das frequentes gestões que a UFV vem fazendo para regularizar a situação.

Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

A UFV possui imóveis para fins residenciais nos *campi* de Viçosa e Florestal (Quadros A.8.2.4.5 e A.8.2.4.6). São edificações antigas, com idade média acima de 30 anos, de baixo padrão construtivo, com área construída média de aproximadamente 100 m² e estado de conservação geral de regular a ruim.

De acordo com a Resolução nº 03/93 do extinto Conselho Diretor - Condir, esses imóveis são cedidos mediante caracterização do interesse institucional. Em função deste critério, esses imóveis geralmente são ocupados por servidores responsáveis por atividades de manutenção predial, urbana ou áreas experimentais, bem como por vigilantes lotados na Diretoria de Segurança Patrimonial e Comunitária - DLS.

A proposta de concessão desses imóveis é formulada pela chefia de uma unidade acadêmica ou administrativa, submetida à avaliação da Comissão de Espaço Físico da UFV (Coesf) e à aprovação pelo Conselho Universitário. Além da taxa de ocupação, as despesas de energia elétrica e de água de todos os imóveis para fins residenciais são de responsabilidade dos ocupantes.

De acordo com as diretrizes previstas no Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA) aprovado pelo Conselho Universitário, a UFV vem buscando a desocupação da maioria dos seus imóveis para fins residenciais. Os imóveis desocupados têm sido destinados à expansão das instalações de apoio ao ensino, pesquisa e extensão ou são demolidos, caso se encontrem em avançado estado de deterioração.

Quadro A.8.2.4.5 – Imóveis Funcionais - Concessão Remunerada de Uso – Campus de Viçosa (2015)

Localização	Ocupante	Contrato	Vencimento	Situação
Centev	Ronaldo de Oliveira Apolinário	061/07	04/03/09	1
Eqüideocultura	Francisco Adir Lopes	126/14	02/07/16	3
Fazenda Cachoeirinha	Francisco de Paula Sales	183/09	04/03/11	2
Horta Velha	Fernando A R do Amaral	065/07	04/03/09	2
Rod. MG 280 E Acamari	Geraldo Magela da Silva	204/08	29/06/10	2
Vila Araújo 3	Adriano Barboza Mendes	219/09	30/06/11	2
Vila Araújo 5	João Antônio de Oliveira	097/07	01/04/09	2
Vila Araújo 7	Mário Pires de Freitas	243/09	26/07/11	2
Vila Araújo 6	Sheila D'arc de Jesus			1
Vila Chaves 4	Antônio Jacinto de Castro	058/04	20/05/06	2
Vila Chaves 12	Carlos Alberto da Rocha	293/09	15/09/11	2
Vila Chaves 8	José Francisco da Silva	104/07	18/04/09	2
Vila Chaves 7	José Luciano da Silva	203/09	23/06/11	1
Vila Chaves 1	José Márcio Souza Lopes	049/07	04/03/09	2
Vila Chaves 11	José Roberto Assis de Bem	183/08	11/05/10	2
Vila Chaves 13	Maria Augusta de Castro			1
Vila Dona Chiquinha 2	Graciliano Guilherme Ferreira	077/07	08/03/09	2
Vila Dona Chiquinha 3	Iraci de Paula			1
Vila Dona Chiquinha 5	Paulo César Gonçalves	201/09	17/06/11	2
Vila Secundino 13	Carlos Alberto Pinto			4
Vila Secundino 10	Francisco Balbino			1
Vila Secundino 5	Geraldo Magela L. Rosado	073/07	08/03/09	1
Vila Secundino 1	Joel Gouveia	154/14	18/08/16	3
Vila Secundino	Jorge Antônio de Paula	052/07	04/03/09	2
Vila Secundino	Luzia Alves de Freitas			1
Vila Secundino 7	Marcelo do Carmo de Freitas	072/07	08/03/09	1
Vila Sete Casas 7	Graziela Gomide de Souza	045/07	04/03/09	1
Vila Sete Casas 3	Maurício Lopes Rosado	074/07	08/03/09	1
Viveiro de Café	Mário Lopes Ferreira	209/09	23/06/11	2

Notas:

- 1 - Imóvel em processo de desocupação
- 2 - Imóvel em processo de reavaliação para nova Concessão Remunerada de uso
- 3 - Contrato vigente
- 4 - Imóvel em processo de reintegração de posse

Quadro A.8.2.4.6 – Imóveis Funcionais - Concessão Remunerada de Uso – Campus de Florestal (2015)

Localização	Ocupante	Contrato	Vencimento	Situação
Vila dos Funcionários 200	Paulo Cezar de Freitas	-	-	1
Vila dos Funcionários 216	Hélio Jose da Conceição Silva	-	-	1
Vila dos Funcionários 240	Juliana Cristina Tristão	-	-	1
Vila dos Funcionários 262	Daniela dos Santos Costa	-	-	1
Vila dos Funcionários 284	Mauricio de Aparecida Santana	-	-	1
Vila dos Funcionários 306	Lúcio Paccori Lima	-	-	1
Vila dos Funcionários 346	Jose Mauro da Silva	-	-	1
Vila dos Funcionários 368	Ricardo Pereira Paraiso	-	-	1
Vila dos Funcionários 390	Jose Antônio de Miranda	-	-	1
Vila dos Funcionários 410	Vicente Humberto dos Santos	-	-	1
Vila dos Funcionários 434	Antônio Cesar Pereira Calil	-	-	1
Vila dos Funcionários 456	Romário Cardoso Costa	-	-	1
Vila dos Funcionários 478	João Dimas Soares Viana	-	-	1
Vila dos Funcionários 496	Francisco Carlos Pereira	-	-	1
Vila dos Funcionários 517	Antônio Wilson de Oliv. Malta	-	-	1
Vila dos Funcionários 539	Afonso Timão Simplício	-	-	1
Vila dos Funcionários 572	Marcos Paiva Del' Giudice	-	-	1
Vila dos Funcionários 689	Luiz Carlos Gouveia	-	-	1
Vila dos Funcionários 708	Dimas Honório de Oliveira	-	-	1
Vila dos Funcionários 720	Derci Luiz	-	-	1
Vila dos Funcionários 748	Jose Oliveira da Silva	-	-	1
Vila dos Funcionários 767	Associação Professores – Aspuv	-	-	1
Vila dos Funcionários 687	Raimundo Domingos Teixeira	-	-	1
Vila dos Funcionários 807	Antônio Vicente da Silva	-	-	1
Vila dos Funcionários 828	Geraldo Gelape Diniz	-	-	1
Vila dos Funcionários 845	Osmario Alves Pereira	-	-	1
Vila dos Funcionários 864	Ademar da Silva	-	-	1
Vila dos Funcionários 883	Jorge Abdom Parreiras	-	-	1
Vila Edson Postch 400	Franceline Aparecida Lopes	-	-	1
Vila Edson Postch 430	Walter Luiz de Castro Mewes	-	-	1
Vila Edson Postch 500	Joao Alberto de Souza Campos	-	-	1
Vila Edson Postch 560	Paulo Dalton de Paula	-	-	1
Vila Edson Postch 580	Anderson Bhering Freitas Rezende	-	-	1
CAF – Residência isolada	Guilherme de Azambuja Pussiel	-	-	1
CAF – Residência isolada	Ricardo Windson do Couto	-	-	1
CAF – Residência isolada	Maria de Lourdes Ferreira de Sá	-	-	1
CAF – Residência isolada	Edir Aparecido Ramiro	-	-	1

Notas:

1 - Imóvel em processo de reavaliação para nova Concessão Remunerada de uso ou desocupação

Análise Crítica

De uma forma sintética, pode-se afirmar que os bens imóveis da UFV estão devidamente registrados em cartórios e no patrimônio da União, com apenas duas situações em processo de regularização.

A UFV possui uma área edificada de aproximadamente 454.000m² destinada às atividades didáticas – científicas, distribuída em seus três *campi*.

De uma forma geral, as edificações da UFV apresentam bom estado de conservação, o que é resultado da boa qualidade construtiva de suas obras e da disponibilidade de uma estrutura técnica e de serviços que permitem realizar a manutenção corretiva das mesmas.

Apesar da gestão de recursos técnicos e financeiros para manutenção das edificações da UFV, pode-se afirmar que atualmente os recursos orçamentários são insuficientes para atender às demandas de manutenção, ampliação e readequação dos espaços físicos em geral, em função do aumento do número de vagas, cursos e número de *campi* que a UFV possui.

Deve-se destacar também que existe uma dificuldade histórica para gestão dos imóveis, uma vez que a UFV ainda não dispõe de sistema informatizado próprio para gestão que permita o registro, atualização e acompanhamento dos imóveis em tempo real. Deve-se destacar que o SPIUnet considera uma única matrícula cartorial para cada terreno, independentemente do número de edificações existentes no mesmo, o que não permite a extração de relatórios gerenciais.

A última reavaliação do patrimônio imobiliário da UFV foi concluída em 31/12/2014, sendo registrada no SPIUnet nesta mesma data. A próxima reavaliação está prevista para 13/02/2017.

8.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Este subitem visa apresentar a caracterização da cessão de espaço físico a terceiros em imóvel da União que esteja na responsabilidade da UJ.

A UFV possui imóveis cedidos a terceiros sob a forma de Cessão de Direito Real de Uso (Quadro A.8.2.4.1), de acordos de parcerias institucionais (Quadros A.8.2.4.2 e A.8.2.4.3) e de Concessão Onerosa de Uso (Quadro A.8.2.4.4). Cabe destacar que os imóveis cedidos a terceiros sob a forma de acordos de parcerias institucionais referentes ao *Campus* de Florestal (Quadro A.8.2.3.7) se encontram em processo de regularização para nova concessão de uso.

A Comissão de Espaço Físico – Coesf avalia as solicitações para cessão de espaço físico a terceiros apresentadas à UFV e emite um parecer para o Conselho Universitário – CONSU, recomendando ou não a cessão proposta, com base na caracterização do interesse institucional por parte do solicitante.

As despesas de energia elétrica e de água de todos os imóveis cedidos a terceiros são de responsabilidade dos cessionários.

Quadro A.8.2.4.1 - Cessão de Direito Real de Uso – *Campus* de Viçosa (2015).

Localização	Ocupante	Contrato	Vencimento	Situação
Avenida da Agronomia	Banco do Brasil S/A	026/2000	20/02/30	1
Praça de Vivência	Banco Itaú	262/2007	30/09/23	1

Avenida P.H. Rolfs	Caixa Econômica Federal	103/1993	29/12/23	1
Avenida Purdue	Instituto UFV de Seguridade Social - Agros	069/2004	10/06/54	1

Notas: 1- Contrato vigente

Fonte: PAD/UFV

Quadro A.8.2.4.2 – Cessões resultantes de acordos de parcerias institucionais – Campus de Viçosa (2015).

Localização	Ocupante	Contrato	Vencimento	Situação
Av. P.H. Rolfs - DCE - Piscina	Diretório Central dos Estudantes	255/2006	06/12/08	2
Escola Estadual.Effie Rolfs	Secretaria de Educação - MG	056/2006	27/07/11	2
DEF - Réplica do DEF	Instituto Estadual de Florestas - IEF	122/2005	28/07/10	2
Subsolo do Centro de Vivência	Diretório Central dos Estudantes	255/2006	06/12/08	2
Terreno - Bairro Bela Vista	Asav	044/1986	Indeterminado	1
Av. P.H. Rolfs - UFVCredi	UFVCredi	119/2015	21/01/20	1
Usina de Reciclagem de Lixo	Prefeitura Municipal de Viçosa	092/2001	16/10/16	1
Vila Giannetti 14	Emater	022/15	18/05/18	1
Vila Giannetti 16	Sinsuv	049/05	08/05/07	2
Vila Giannetti 23 (parte do imóvel)	IBGE	044/01	23/05/16	1
Vila Giannetti 35	IMA – Inst. Mineiro de Agropecuária	117/07	26/04/12	2
Vila Giannetti 38	Ministério da Agricultura	027/08	21/07/13	2
Vila Giannetti 44	Emater – Escritório Local	114/06	10/05/16	1
Vila Giannetti 45	Emater – Regional/MG	040/93	29/05/13	2
Vila Giannetti 46	Epamig	070/08	30/12/13	2
Vila Giannetti 47	Epamig	070/08	30/12/13	2
Vila Giannetti 49	Associação de Ex-Alunos	043/08	18/09/13	2
Vila Giannetti 51	IEF – Inst. Estadual de Florestas	102/06	28/12/11	2
Vila Giannetti 52	Aspuv	143/2010	28/02/15	1

Notas:

1 – Contrato vigente

2 – Imóvel em processo de reavaliação para novo Convênio de Parceria

Fonte: PAD/ UFV

Quadro A.8.2.4.3 – Cessões resultantes de acordos de parcerias institucionais – Campus de Florestal (2015).

Localização	Ocupante	Contrato	Vencimento	Situação
Rua Santiago Gaudêncio, nº 160 - Centro - Florestal.	Prefeitura Municipal de Florestal - Centro Comunitário	-	-	2
Rua Santiago Gaudêncio, nº 150 - Centro - Florestal.	Prefeitura Municipal de Florestal - Anfiteatro Municipal	-	-	2
Rua Elias Lopes, nº 173 - Centro - Florestal.	Prefeitura Municipal de Florestal - Quadras Poliesportivas	-	-	2
Rua Benedito Valadares, nº 688 - Centro - Florestal.	Prefeitura Municipal de Florestal - Escola Municipal	-	-	2
Rua Joviano Alves Moreira, nº 90 - Vila Gonçalves - Florestal.	Prefeitura Municipal de Florestal - Banheiro Público e Sede dos Alcoólicos Anônimos	-	-	2
Rua Raimundo Teixeira de Faria, nº 8651 - Florestal	Prefeitura Municipal de Florestal - Usina de Triagem e Reciclagem	-	-	2

Localização	Ocupante	Contrato	Vencimento	Situação
Rua Cristiano Alves, nº 193 – Centro – Florestal.	Prefeitura Municipal de Florestal - Campo de Futebol e Quadra Poliesportiva anexa	-	-	2

Notas:

1 – Contrato Vigente 2 – Imóvel em processo de reavaliação para novo Convênio de Parceria

Fonte: Diretoria Administrativa/ UFV – *Campus* UFV-Florestal

Quadro A.8.2.4.4 – Concessão Onerosa de Uso (2015).

Localização	Ocupante	Contrato	Vencimento	Situação
Agência do Correios	Emp. Bras. Correios e Telégrafos	204/2005	01/12/15	1
Cantina Coluni	Valdenice Dias Gonçalves	185/2008	22/05/12	2
Conjunto de Salas – BH	Terezinha de Jesus Dias Souza	108/2007	19/04/12	2
Copiadora BBT	Arte Livros Encadernadora Ltda.	239/2011	07/06/16	3
Copiadora DZO	Erasmio Lúcio Oliveira	129/2007	31/05/12	2
Copiadora PVB	MWE Copiadora Ltda	009/2008	20/01/13	2
Estádio Paulo Mário Del Giudice	Acadêmico Futebol Clube	220/2014	13/11/19	3
Estádio Paulo Mário Del Giudice	Couceiro Esporte Clube	220/2014	13/11/19	3
Lanchonete PVB	Karine Baltazar de Miranda	148/2007	19/06/12	2
Restaurante Espaço Multiuso	Trigoleve Ind. e Com. Ltda	208/2014	17/11/16	3
DEF - Conjunto de Salas	SIF - Sociedade de Invest. Florestais	125/2014	22/06/19	3
Praça Vivência – Lj 3 – Copiadora	Daiana Santiago Rodrigues Souza	185/2006	03/10/09	4
Praça Vivência – Lj 4 – anchonete	Libério E. Martins Ltda	167/2007	09/07/12	2
Praça Vivência – Lj 6 – Papelaria	José Luiz Serafim & Cia. Ltda.	165/2007	02/07/12	4

Notas:

1 – Imóvel em processo de desocupação

2 – Imóvel em processo de licitação para nova Cessão de Direito Real de Uso

3 – Contrato vigente

4 – Imóvel em processo de reintegração de posse

Fonte: PAD/ UFV

8.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

O Quadro A.8.2.5.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final do exercício de 2015, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior. Em sua análise o gestor deverá se posicionar, no mínimo, sobre os seguintes aspectos:

- a) a distribuição geográfica dos imóveis locados;
- b) a finalidade de cada imóvel locado;
- c) os custos relacionados ao imóvel, discriminando os custos de locação e os de manutenção do imóvel.

A UFV utiliza imóveis locados de terceiros em Rio Paranaíba, Belo Horizonte e Brasília.

O imóvel locado em Rio Paranaíba é destinado aos laboratórios de Nutrição Experimental, de Nutrição Maternal e Infantil, de Políticas Públicas, de Dietoterapia e Ambulatório de Atenção Nutricional. A locação desse imóvel é necessária até que sejam concluídas as obras do Edifício de Laboratórios, atualmente em fase de construção. A despesa mensal com a locação é de R\$ 2.100,00, além das despesas com água e energia elétrica. A manutenção desse imóvel é feita pela UFV.

Em Belo Horizonte e Brasília, os imóveis locados destinam-se ao funcionamento de escritórios de representação da UFV. A principal função desses escritórios é oferecer apoio logístico à administração e à comunidade universitária na realização de atividades de caráter institucional nessas capitais. A despesa mensal com a locação do imóvel em Brasília é de R\$ 3.638,73 e em Belo Horizonte é de R\$ 23.109,26, além das despesas com condomínio e energia elétrica.

Quadro A.8.2.5.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ Exercício 2015
BRASIL	Minas Gerais	2
	Belo Horizonte	1
	Rio Paranaíba	1
	Distrito Federal	1
	Brasília	1
Subtotal Brasil		3
EXTERIOR	Não possui	0
Subtotal Exterior		0
Total (Brasil + Exterior)		3

Fonte: PAD/UFV

A UFV utiliza um imóvel pertencente à EPAMIG localizado no município de Ponte Nova denominado Estação Experimental de Oratórios;

8.3. Gestão da Tecnologia da informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Universidade Federal de Viçosa – PDTI/UFV define o planejamento, direcionamentos e investimentos para a área de Tecnologia da Informação - TI, alinhados aos objetivos institucionais descritos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012/2017, buscando o aprimoramento da gestão de TI da UFV. O PDTI/UFV abrange as atividades de planejamento de TI para os *campi* UFV–Viçosa (CAV), UFV–Florestal (CAF) e UFV-Rio Paranaíba (CRP), de modo a proporcionar integração nas soluções e investimentos para a área de TI da Instituição.

O PDTI/UFV está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/2012-2017, bem como ao Plano de Gestão da UFV 2012-2015 com metas vinculadas aos seguintes objetivos institucionais:

- Ampliar o plano de assistência estudantil visando à formação qualificada e a redução das desigualdades, da retenção e da evasão escolar;
- Aprimorar a política de gestão integrada e de desenvolvimento de pessoas;
- Aprimorar a eficiência administrativa, financeira e econômica da UFV, por meio da otimização de recursos e processos de aquisição, distribuição, aplicação e controle de bens e serviços;
- Promover continuamente condições para melhor uso do solo, das edificações e de equipamentos da UFV, considerando os aspectos de responsabilidade ambiental e de segurança patrimonial e comunitária;
- Consolidar e aprimorar o modelo de universidade *multicampi*;
- Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos *campi* da UFV; e
- Promover a expansão e, ou, a modernização das áreas físicas do sistema didático-científico e comunitário.

Além disso, o planejamento definido no PDTI está alinhado aos objetivos e metas da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI 2011-2012, definida pelo Sistema de Administração de Recursos e Informação e Informática - SISP do Ministério do Planejamento.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

Na UFV existe uma comissão permanente chamada de Comissão Executiva de Tecnologia da Informação (COETI) responsável por assessorar a administração superior da instituição em questões relacionadas à tecnologia da informação e comunicação. A COETI tem como membro nato e seu presidente o Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento, sendo que os demais componentes são “membros da comunidade universitária, professores e técnico-administrativos, em número não superior a cinco”, conforme definido na Resolução 06/2002 do Conselho Universitário. A COETI não possui reuniões ordinárias e as reuniões são convocadas sob demanda de acordo com a necessidade, sendo na maioria das vezes convocada por seu presidente e alguma vezes por sugestão de algum membro. Os membros da COETI participam de uma lista de discussão onde os assuntos de pauta costumam ser tratados antes das reuniões, de forma a tornar as reuniões mais objetivas.

A COETI não tem caráter deliberativo, portanto, suas decisões são, na verdade, recomendações para a administração superior e, em questões mais técnicas, para a Diretoria de Tecnologia da Informação, que é um órgão subordinado à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. A definição do Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento como membro nato e presidente da COETI foi a forma encontrada para que as recomendações dessa comissão sejam consideradas decisões de fato.

Dentre as decisões/recomendações da COETI em 2015 podemos destacar: a indicação de uma comissão para revisão do atual e elaboração do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o período 2016/2019; designação de membros da COETI para acompanhamento de auditoria da polícia federal em computadores da UFV; definição da adoção do sistema de tramitação eletrônica de processos (PEN/SEI – Processo Eletrônico Nacional/Software de Processo Eletrônico); indicação de membro da COETI como representante da UFV no convênio com o MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) para implantação do sistema de tramitação eletrônica de processos.

e) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Nome	Descrição	Objetivo	Principais Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio	Criticidade
Sapiens	Sistema Acadêmico	É um sistema computacional que possibilita a estudantes, professores e coordenadores de curso acesso às informações gerenciadas pelo Registro Escolar.	Histórico escolar, relação das disciplinas em que está matriculado, o plano de estudo, dados pessoais e análise curricular	Diretoria de Tecnologia da Informação	Registro Escolar	Alta
SIM	Sistema de Compras	Controle interno de compras e contratações	Planejamento de demanda, aquisição de materiais, contratação de serviços	Diretoria de Tecnologia da Informação	Diretoria de Material	Alta
PVANET	Ambiente Virtual de Aprendizagem	Fornecer uma plataforma web para o apoio ao ensino à distância	Notícias, Agenda de Atividades, Sistema de Conteúdo, Fórum, E-mail, Chat, Perguntas e Respostas, Armazenamento de Arquivos, Avaliação on-line, Entrega de Tarefas, Relatórios, Glossário	Diretoria de Tecnologia da Informação	CEAD	Alta
SACPG	Sistema Gestor de Pesquisa e Pós-Graduação	Gerência do processo de defesa de teses e dissertações	Controle dos pesquisadores, controle de orientação de pesquisas, controle de pesquisas e de produção de tese e dissertações	Diretoria de Tecnologia da Informação	Pró-Reitoria de Pós-Graduação	Média
SISPPG	Sistema de controle da Pós-Graduação	Controla os projetos de pesquisa registrados na UFV	Registro de projetos de pesquisa, aprovação de projetos de pesquisa, relatórios de projetos registrados.	Diretoria de Tecnologia da Informação	Pró-Reitoria de Pós-Graduação	Média

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Os servidores da UFV estão submetidos ao Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos Servidores Integrantes do PCCTAE instituído pela PORTARIA Nº 27, DE 15 DE JANEIRO DE 2014 do Ministério da Educação. O Planejamento interno elaborado em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFV está registrado no processo administrativo 010971/2010.

Cursos Realizados:

- ITIL
- Metodologia de Desenvolvimento Ágil

Pessoal em capacitação formal (graduação/especialização/mestrado/doutorado):

Número de servidores em treinamento a nível de mestrado em 2015: 4

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Descrição	Quantidade
Servidores Efetivos de TI	97
Servidores Efetivos de outras carreiras	0
Terceirizados	17
Estagiários	0

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

A gestão de TI por meio de processos está em fase de implementação. O processo de desenvolvimento de sistemas já está definido e implementado, inclusive com certificação nível G do MPS-BR. Para a gestão dos demais serviços de TI, decidiu-se por adotar processos da biblioteca ITIL. Alguns processos foram formalizados e estão caminhando para fase de implantação, a saber: gestão de portfólio de serviços, gestão de demanda, gestão de capacidade e gestão de incidentes. Na minuta do PDTI 2016-2019 constam ações para implantação de processos ITIL nos anos vindouros.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Projeto	Resultados Esperados	Plano Estratégico	Planejamento de TI	Valor Estimado (em R\$)	Valor Gasto (em R\$)	Prazo
Implantação de rede sem fio	Disponibilização de Internet sem fio em áreas maior concentração de pessoas	Ampliar o plano de assistência estudantil visando à formação qualificada e a redução das desigualdades, da retenção e da evasão escolar	Ampliar a acessibilidade digital nas dependências do <i>Campus</i>	375.000,00	91.000,00	Dez/2015
Atualização do Parque Tecnológico	Substituição de equipamentos de TI obsoletos tais como computadores, monitores, impressoras, datashow e outros	Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos <i>campi</i> da UFV	Garantir a disponibilidade e o bom desempenho dos serviços institucionais por meio da UFVNet	3.000.000,00	470.000,00	Dez/2015
Manutenção de Serviço de Suporte Técnico de TI	Manter o bom funcionamento dos equipamentos de TI com o mínimo de interrupção dos serviços	Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos <i>campi</i> da UFV; Aprimorar a eficiência administrativa, financeira e econômica da UFV, por meio da otimização de recursos e processos de aquisição, distribuição, aplicação e controle de bens e serviços	Melhorar a qualidade dos serviços na área de TI; Promover a utilização de software livres nos computadores da UFV	684.000,00	396.000,00	Dez/2015
Manutenção de Serviço de Desenvolvimento de Sistemas	Ampliar a capacidade de desenvolvimento de sistemas de informação	Aprimorar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação de dados e voz nos <i>campi</i> da UFV	Melhorar a qualidade dos serviços na área de TI	840.000,00	504.000,00	

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

- Adoção, sempre que possível, de soluções livres;
- Terceirização apenas de serviços operacionais;
- Adoção de processos formais de trabalho que colaboram com a retenção de conhecimento;
- Expansão do corpo técnico de servidores efetivos;
- Utilização preferencial de soluções de TI desenvolvidas pela própria equipe de TI da instituição.

8.3.1. Principais sistemas de informação

Sob a coordenação Divisão de Sistemas estão o desenvolvimento e a manutenção de sistemas estratégicos para a Instituição como suporte aos macroprocessos finalísticos e de apoio, relacionados com as áreas de: ensino, pesquisa e pós-graduação, extensão e cultura, assistência estudantil, administração de serviços, gestão de pessoas, planejamento e orçamento e outros essenciais ao alcance dos objetivos e metas da Instituição.

Ensino

Sapiens - Controle acadêmico Graduação, Tecnológico e Pós-Graduação

Sistema de Avaliação de Disciplinas

Sistema de controle do ensino médio (COLUNI e Florestal)

Pedido de Compra de Livros e Periódicos

Pesquisa e Pós-Graduação

Sistema de Controle de Projetos de Pesquisa e Pós-Graduação

Consulta publicações da UFV

Inscrições da Pós-Graduação

Extensão

Registro de Atividades de Extensão - RAEX

Gerenciamento da Semana do Fazendeiro

Pró-Reitoria de Administração

Solicitação de Serviço (Telefonia, Pintura, Marcenaria, Pedreiro, Eletricista e outros)

Consulta Ligações Telefônicas

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários

Lançamento de frequência de Bolsa de Iniciação Profissional

DSA - Consulta Servidores e Estudantes

Programa Nacional de Assistência Estudantil - Lançamentos
Consulta Documentação - Candidatos a Bolsa
Controle de Acesso ao Restaurante Universitário

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Controle integrado de Gestão de Pessoas
Lançamento de Dados de Segurança e Higiene do Trabalho

Gestão

Controle de Documentos (Portarias, Atos e Reuniões)
CPPD – Sistema de Promoção na carreira docente
Radoc - Relatório de Atividades dos Docentes

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Controle de Siglas da UFV
Stratus - Controle de cotas orçamentárias
Gerência de Contratos e Convênios
INTEGRA - Integração de Publicações do LATTES
Plano de Gestão

Diretoria Financeira

Sistema de Convênios

Diretoria de Material

Sistema integrado de Compras/Estoque

Serviços da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)

Solicitação de conta Cluster
Solicitação de serviço em computadores, impressoras, redes
Gerência de Sistemas da DSI/DTI

Divisão de Transportes

Sistema de Requisição de Veículo

Outros

Controle Interno de Estoque
Requisição de Hospedagem e Alimentação
Gerenciamento de Notícias
Controle de Patrimônio - Agentes Patrimoniais
Sistema de Controle de Processos
Sistema de Catálogo Telefônico

Novos ou em desenvolvimento - Estratégicos

Acadêmico PG-Pós-Graduação

Bolsista-Controle de todo processo de bolsas da UFV

Certificados-Sistema Único para emissão de certificados UFV

Controle Pagamentos Bolsista – REITORIA

Controle de Laboratórios UFV

Identidade UFV (Nova-Carteirinha)

Plano Gestao-Versão nova

Sapiens/Conac - Melhorias

Sisrec Melhorias

SIM-Nova versão e melhorias no antigo

8.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

É preciso entender que responsabilidade socioambiental é mais do que um conceito, trata-se de um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs para o avanço em direção à sustentabilidade no âmbito da administração pública, com a assunção de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais, relacionadas a todos os públicos com os quais a instituição interage, quais sejam: docentes, técnicos-administrativos, discentes, empresas, organizações da sociedade civil, comunidade e o meio ambiente.

A preocupação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) com o meio ambiente vem de longos anos e pode ser claramente percebida em algumas ações realizadas: nos projetos de preservação de nascentes dos *campi*; no apoio e incentivo ao desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa em Agricultura Orgânica e Agroecologia; na implementação da coleta seletiva solidária na instituição; no apoio à política de gestão de resíduos sólidos na região e oferta de cursos voltados à formação de profissionais para atuarem na gestão ambiental.

A Universidade possui, desde 1995, o Projeto Reciclar, atividade de caráter extensionista, desenvolvido em parceria com a administração. Projeto este em discussão para sua institucionalização como programa de coleta seletiva de materiais recicláveis.

Em se tratando da gestão de energia, a UFV conta com a Resolução nº 15/2003/CONSU, que aprovou a Norma Operacional relativa aos serviços de utilização, manutenção e controle dos equipamentos, instalação de medidores de energia elétrica nas unidades, edifícios, residências e alojamentos dos *campi* universitários e serviços de energia no âmbito da Universidade. A aplicação dessa Norma está em consonância com as diretrizes tecnológicas estabelecidas pela Comissão Interna de Redução de Consumo de Energia – CIRC.

No ano de 2008, foi aprovada a Resolução nº 14/2008/CONSU, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do *Campus* UFV-Viçosa – PDFA, que, além de tratar de assuntos relacionados à ocupação ordenada do *Campus*, trata de questões ligadas ao meio ambiente. Dessa forma, foi constituída a Comissão de Meio Ambiente – COMAM, com o objetivo de definir políticas relacionadas ao paisagismo, gestão de resíduos, gestão de recursos hídricos e biodiversidade. Seu regimento interno está definido pela Resolução nº 17/2009/CONSU.

Na UFV, foi criada a Gerência de Resíduos e Rejeitos Tóxicos, Químicos, Biológicos e Radioativos (GRR) que é responsável pelas ações relacionadas ao gerenciamento de resíduos na Universidade, como a coordenação das coletas internas e elaboração dos processos de contratação de serviço de destinação final de resíduos perigosos (infectantes, perfuro cortantes, químicos, lâmpadas fluorescentes queimadas). Além disso, foi criado o Programa de Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde que atende 10 unidades geradoras, criando, em conjunto, procedimentos e adequações necessárias ao funcionamento. A GRR atuou ainda na modificação de rotas de coleta e outras ações relacionadas à coleta seletiva na UFV. A GRR executou, com o auxílio da Divisão de Água e Esgoto, ações relacionadas ao abastecimento de água do *Campus* UFV-Viçosa durante o período de crise hídrica vivenciada pelo Município.

Com relação ao consumo de papel, energia elétrica e água, a UFV vem implementando algumas iniciativas visando à definição e aplicação de políticas para estimular o consumo racional de água e energia elétrica, papel, copos plásticos e outros materiais de expediente, com vistas à sustentabilidade ambiental. O *Campus* UFV-Viçosa possui serviço próprio de tratamento de água, o que contribui para o baixo valor gasto.

Atualmente, a preocupação com o meio ambiente é percebida nos projetos de preservação de nascentes dos *campi*; no apoio e incentivo ao desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa em Agricultura Orgânica e Agroecologia; na implementação da coleta seletiva solidária na instituição; no apoio à política de gestão de resíduos sólidos na região e na oferta de cursos voltados à formação de profissionais para atuarem na gestão ambiental.

O comprometimento da UFV com a sustentabilidade faz parte da política da Instituição, ou seja, tal comprometimento está explícito em alguns de seus Objetivos Institucionais que constam do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2012-2017: “Prover continuamente a manutenção de edificações e de equipamentos, e melhores condições de uso do solo, considerando os aspectos de responsabilidade socioambiental e de segurança patrimonial e comunitária”; “Aprimorar os sistemas viário, de água, de esgoto, de energia e de resíduos nos *campi* da UFV”; “Consolidar políticas institucionais de biossegurança, de inovação e de proteção da propriedade intelectual” e “Aprimorar a política de saúde, cultural, esportiva e de lazer da UFV e ampliar política de gestão social voltada para a qualidade de vida da comunidade”.

Quanto às licitações sustentáveis, a UFV busca promover a responsabilidade socioambiental em suas contratações, com a aquisição de produtos e serviços sustentáveis, importantes não apenas para a conservação do meio ambiente, mas, também, apresentando uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério do menor preço. Neste sentido, a UFV utiliza como referencial para as contratações a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 e a Portaria 02/SLTI de 16 de março de 2010.

Em cumprimento ao Decreto nº 7.746/2012 e à Instrução Normativa nº 10/2012, foi instituída uma portaria interna (Portaria nº 1634/2014, de 25/11/2014) designando servidores da UFV para compor a Comissão elaboradora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Viçosa.

A Comissão elaboradora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal de Viçosa, reuniu-se várias vezes para elaboração do Plano de Gestão de

Logística Sustentável da UFV. Nestas reuniões, foram elaborados o inventário de bens e materiais da UFV e planilhas contendo sugestões de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços da UFV. Foi realizado, também, o “Fórum UFV de Sustentabilidade” no dia 11 de agosto de 2015 para tratar de assuntos como: sustentabilidade e governança em uma Instituição de Ensino; sustentabilidade e qualidade de vida; uso racional de energia; ética, responsabilidade e sustentabilidade; otimização do uso de recursos naturais; mobilidade e sustentabilidade e apresentação da proposta do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFV. Após realização do Fórum, ficou disponibilizado o inventário e bens e materiais da UFV e planilhas contendo sugestões de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços da UFV para conhecimento e apreciação da comunidade universitária.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável-PLS da UFV encontra-se em fase de elaboração e deverá incluir novas práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços, abrangendo material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal. A sua elaboração e implementação deve ser entendida como um processo dinâmico e evolutivo que trará maior conscientização e comprometimento da comunidade universitária com o futuro da Universidade.

O PLS da UFV busca a sensibilização dos gestores institucionais para as questões socioambientais, no intuito de promover economia de recursos naturais; a eficiência e eficácia dos gastos institucionais e das compras e contratações de serviços; busca a necessidade de revisão dos padrões de produção e consumo; a cooperação (o comprometimento e a união de esforços); a construção de uma cultura institucional, com a inserção de critérios socioambientais em todas as esferas de gestão da UFV voltada para o uso racional dos bens públicos; da gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados; da licitação sustentável; da promoção da responsabilidade socioambiental com critérios de sustentabilidade; da capacitação e da qualidade de vida no ambiente de trabalho na UFV.

Dentre as atividades de sustentabilidade, considerando indicadores da Instrução Normativa nº 10 de 12 DE NOVEMBRO DE 2012, vale ressaltar algumas atividades desenvolvidas pela UFV ao longo dos últimos anos:

1- Estímulo ao uso sustentável de recursos entre eles a distribuição de canecas duráveis para os discentes, docentes e técnicos-administrativos, em substituição à utilização de copos descartáveis, o que motivou o Restaurante Universitário a não fornecer, a partir de maio de 2015, copos descartáveis para os discentes. Esta ação gera uma economia, somente no *Campus* UFV-Viçosa, de R\$ 60.279,52/ano, mais de 1 milhão de copos descartáveis por ano.

2- Foram implantados equipamentos para ginástica em espaço público - a UFV instala academia aberta em seus *campi*.

3- Foram implantadas práticas de ginástica laboral.

4- No ano de 2014 foi inaugurado o espaço físico destinado a abrigar a Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas, cujo objetivo é atender estudantes ou servidores que apresentem algum tipo de necessidade, deficiência, transtorno ou doença, que exija cuidados diferenciados e seja comprovada por laudo médico.

Cabe salientar que a Universidade Federal de Viçosa é uma instituição de 88 anos e, com isto, tem edificações cujas construções não foram projetadas no contexto da acessibilidade. Várias foram as ações com vistas a melhorar a acessibilidade, como adaptações e construções de rampas em edificações e calçadas, sinalização das vias urbanas, aquisição de elevadores para prédios antigos e também para os novos, já projetados com vistas à acessibilidade, adaptações de banheiros, e outros.

Para minimizar as barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, a UFV vem realizando vários atendimentos com tradutores e intérpretes de libras.

5- Foi instituída, em 2012, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), que tem por finalidade articular e integrar as ações inclusivas na UFV de forma a viabilizar o acesso e permanência de indivíduos com deficiência e com mobilidade reduzida, e para as políticas inclusivas de uma maneira geral.

6- Foram instalados elevadores, construção de rampas de acesso, delimitação de áreas de estacionamento destinadas a atender aos discentes, docentes e técnicos-administrativos, que demandam estruturas específicas para seu deslocamento.

7- Foi implantada linha própria de ônibus, ligando diariamente a UFV à cidade de Viçosa, destinada a atender, de maneira conjunta, pedidos de deslocamento entre o *Campus* e cidade para a realização de atividades acadêmicas, de pesquisa e/ou extensão por membros do corpo docente, discente (bolsistas IC pesquisa ou extensão) e técnicos-administrativos.

8- A UFV possui frota de veículos, em sua maioria, com modelos flex, permitindo a utilização de gasolina ou álcool.

9- Foram realizados diversos cursos de capacitação destinados a servidores técnico-administrativos, buscando atender demanda e procura ativa de capacitação: realização de capacitações e treinamentos, incentivo para conclusão dos estudos de nível básico, apoio à formação continuada, celeridade na resolução dos processos e promoção da saúde e qualidade de vida.

10- Foram elaborados o Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (2008) e a Comissão Permanente de Meio Ambiente, que tem por finalidade: formular propostas de política ambiental e de seus aperfeiçoamentos e revisões, no âmbito da UFV, para aprovação do CONSU; analisar e emitir parecer sobre assuntos de Paisagismo; analisar e emitir parecer sobre assuntos de Gestão de Resíduos; analisar e emitir parecer sobre assuntos de Gestão de Recursos Hídricos; analisar e emitir parecer sobre assuntos referentes à Biodiversidade; assessorar a PAD e a Comissão de Acompanhamento do PDFA (CA-PDFA) em questões relativas ao meio ambiente na implementação do PDFA; participar da elaboração de campanhas e programas para difusão do conhecimento e de informação relativas ao meio ambiente, particularmente quanto a resíduos, recursos hídricos, paisagismo e biodiversidade.

11- No *Campus* UFV-Florestal, há disponibilização, pelo PVAnet, do material didático das disciplinas e colocam no quadro o material didático impresso para visualização de todos.

12- No *Campus* UFV-Florestal, no processo de licitação, ao assinar o contrato referente ao serviço de impressão, ficou estabelecida a exigência de utilização das impressões no sistema frente e verso. (Eles já utilizam as impressões frente e verso).

13- Grande parte dos documentos gerados são arquivados de forma digital.

- 14- No *Campus* UFV-Florestal, colocam as impressoras em locais estratégicos para redução do número de impressões.
- 15- Compraram 4 impressoras maiores de cartuchos com capacidade para impressão de 35.000 cópias.
- 16- No *Campus* UFV-Florestal, não utilizam copos descartáveis. Eles compraram copos de vidro para o refeitório e setores administrativos. Não compram mais copos descartáveis.
- 17- Estão trocando, gradativamente, lâmpadas existentes por lâmpadas de Led, ou por outras mais econômicas.
- 18- Para os prédios novos e para as construções novas, já solicitaram projeto que contemple a utilização de lâmpadas de Led.
- 19- No *Campus* UFV-Florestal, foi instalado aquecedor solar no prédio dos alojamentos.
- 20- No *Campus* UFV-Florestal, realizaram todas as outorgas de utilização da água dos poços artesianos, lagoas, etc.
- 21- No *Campus* UFV-Florestal, estão realizando reflorestamento e arborização nas áreas das nascentes.
- 22- Estão realizando, parcialmente, o tratamento da água do poço artesiano no *Campus* UFV-Florestal. Eles têm um projeto de captação de água.
- 23- Em projeto licitado pela Pró-Reitoria de Administração (PAD) para o *Campus* UFV-Florestal, já consta a instalação de uma ETA (Estação de Tratamento da Água) e uma ETE (Estação de Tratamento de Efluentes).
- 24- Já foi comprado e instalado um Biodigestor para o tratamento dos dejetos e efluentes dos setores de suínos e avicultura no *Campus* UFV-Florestal. Eles estão trabalhando no projeto de sua utilização.
- 25- Possuem um Projeto Ambiental para o *Campus* UFV-Florestal.
- 26- Todos os resíduos gerados no *Campus* UFV-Florestal são coletados pelo caminhão da Prefeitura que encaminha parte para o aterro sanitário e para a Cooperativa de catadores da cidade de Florestal.
- 27- Uma empresa terceirizada pela Prefeitura de Florestal coleta todo o resíduo biológico, perfurocortante do posto de saúde.
- 28- Atualmente, eles armazenam e separam os resíduos tóxicos (perigosos) para que uma empresa, contratada pela UFV *Campus* UFV-Viçosa, busque os resíduos para destinação final.
- 29- Em julho de 2015, iniciou-se a coleta seletiva e foi colocado, pelo *Campus* UFV-Florestal, lixeiras duplas para a separação de resíduos secos e úmidos. Colocaram uma lixeira na frente de cada prédio.
- 30- Adquirem, quando solicitado, mobiliários baseados na ergonomia. Já fizeram algumas compras.
- 31- Realizam campanhas de conscientização quanto ao combate ao tabagismo; campanhas de vacinação; campanhas de prevenção quanto ao câncer de mama e de próstata.
- 32- Realizam vários cursos de capacitação para os servidores.
- 33- Têm 2 elevadores conforme as exigências de acessibilidade no prédio principal e no prédio da Biologia ou Química (*Campus* UFV-Florestal).

- 34- Está sendo construído 7.300 m² de passeio para acessibilidade *Campus* UFV-Florestal.
- 35- Foram realizados 6.000 m² de pavimentação *Campus* UFV-Florestal.
- 36- Controlam o consumo de combustível.
- 37- No *Campus* UFV-Rio Paranaíba, aboliram o sistema de requisições por papel (impressão). Toda autorização, requisição é realizada via online. Criaram um sistema para isto. Fazem tudo online e não imprimem mais as requisições. Com isto, obtiveram economia de papel.
- 38- No *Campus* UFV-Rio Paranaíba, criaram um sistema para o controle do consumo: “Sistema de Demanda de Compras”. Trabalham com o “estoque mínimo” para evitar desperdício. Pelo sistema, faz-se um levantamento da demanda que o setor tem para o chefe poder liberar, autorizar a compra.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Este item tem por finalidade de oferecer ao leitor uma visão gerencial de com a UPC trata as determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União, apresentando os principais números e resultados relacionados.

As informações serão fornecidas usando o modelo de quadro sugerido nos documentos de orientação de preenchimento do relatório de gestão. Porém as determinações foram colocadas em quadros separados para facilitar a visualização e compreensão. Dessa forma, todos os quadros desse subitem possuem a mesma numeração, diferenciando-os com o sufixo de letra minúscula, de acordo com a ordem alfabética.

Quadro A.9.1.1.A – Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
RA 201203454 CGU	N/H	35	Recomendação 8636	17/09/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Servidores com ocorrência no SIAPE de aposentadoria proporcional, mas recebendo proventos integrais				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Pendente de resolução a situação do servidor 0055740, visto que processo encontra-se no Ministério do Planejamento para aplicação da súmula 74 do TCU.				

Quadro A.9.1.1.B - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
RA 201209713 CGU	N/H	01	Recomendação 9537	18/07/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Corrigir valores dos servidores que percebem artigo 193, num total de 17 servidores				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Pendente de resolução visto que processos administrativos precisam ser encaminhados à AGU para sofrerem ações judiciais, visto que os servidores possuem decisões da justiça que induzem a recebimentos de tais valores				

Quadro A.9.1.1.C - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
RA 201209713 CGU	N/H	01	Recomendação 9538	18/07/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Corrigir valores dos servidores que percebem opção de função, num total de 03 servidores				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Pendente de resolução pois ainda não foi realizado o recálculo dos valores de remuneração dos servidores				

Quadro A.9.1.1.D - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
RA 201209713 CGU	N/H	01	Recomendação 9539	18/07/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Corrigir valores dos servidores que percebem vantagem do artigo 193, apontados pela CGU como recebimento a maior				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Pendente de resolução pois processos precisam ser encaminhados à AGU para nova ação judicial contestando os valores que os servidores atualmente recebem				

Quadro A.9.1.1.E - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
RA 201108935 CGU	1.812/2007	1.23	Recomendação 38824	12/09/2011
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Promover ressarcimento ao erário de servidores apontados como infringentes do regime de quebra de DE				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Pendente de resolução apenas aos servidores 1356766 e 429939, visto que estes servidores serão novamente notificados para ressarcimento ao erário em 2016. Servidores foram absolvidos pelo recurso administrativo apresentado ao MPOG.				

Quadro A.9.1.1.F - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
RA 201203454 CGU	4754/2009	9.6	Recomendação 74019	17/09/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Servidor com ocorrência no Siape de aposentadoria proporcional, mas recebendo proventos integrais				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Pendente de resolução visto que o servidor 428394 possui decisão judicial. Para o servidor 0055740 processo administrativo encontra-se no MPOG para aplicação da súmula 74 do MPOG.				

Quadro A.9.1.1.G - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
RA 201409842 CGU	N/H	01	Recomendação 135682	02/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Pagamento em valores indevidos da vantagem prevista no artigo 192, inciso i da Lei 8112/90 a docentes aposentados, necessitando de ressarcimento ao erário				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Os servidores obtiveram êxito em recurso administrativo que moveram junto a UFV, sendo os interessados isentados de ressarcimento pela Procuradoria Federal, visto o recebimento de boa-fé, tal entendimento determinado em diversas súmulas do TCU. Valores mensais foram corrigidos.				

Quadro A.9.1.1.H - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TCU 029.207/2014-2	N/H	xxx	Ofício 18007/2015	16/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Solicitação de informações sobre se as servidoras CPF 030.577.177-99 e 000.109.126-30 desligaram-se de seus respectivos cargos na Prefeitura Municipal de Viçosa				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Demora das interessadas e do órgão público em responder o questionamento em tempo. Tal resposta foi efetuada neste ano de 2016.				

Quadro A.9.1.1.I - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
RA 201203454 Nota Técnica 1008/2014/CGU	N/H	2.1.3.2	Of. 12421/2014 CGU	19/05/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Promover os devidos ressarcimentos ao erário dos valores pagos a maior, observando-se o princípio do contraditório a 182 pensionistas de instituidores de pensão que receberam seus proventos em tipos menores que 52.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Pensionistas impetraram ações judiciais após as notificações realizadas pela PGP, e obtiveram liminar. Estamos aguardando decisões judiciais definitivas.				

Quadro A.9.1.1.J - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
003.792/2015-3	***	***	Ofício 3126/2015- TCU/SECEX-MG, de 30/11/2015	08/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação				
<p>a) Informação, no que tange ao “teto” remuneratório constitucional, se a universidade considera, em seus cálculos, os valores pagos por sua(s) fundação(ões) de apoio aos servidores da universidade, a título de retribuição pecuniária, bolsa ou qualquer outra denominação, desde que decorrente da participação em projetos geridos pela fundação de apoio. Em caso afirmativo, descrever os critérios e as metodologias utilizadas;</p> <p>b) relação de servidores que, em 2015, receberam recursos financeiros provenientes da(s) fundação(ões) de apoio da universidade, especificando a razão (exemplo: retribuição pecuniária, bolsa), e indicando os valores mensais recebidos;</p> <p>c) informação se há norma interna que regule os seguintes pontos:</p> <p>c.1) relacionamento entre universidade e sua(s) fundação(ões) de apoio;</p> <p>c.2) estabelecimento do(s) setor(es) responsável(is) por acompanhar a execução de projetos gerenciados pela(s) fundação(ões) de apoio, bem como por analisar as correspondentes prestações de contas;</p> <p>c.3) definição dos critérios a serem adotados para estimar os custos envolvidos na utilização das instalações e o nome da universidade, no caso de projetos gerenciados pela(s) fundação(ões) de apoio;</p> <p>d) informação se a universidade possui acesso ao sistema utilizado pela(s) fundação(ões) de apoio para gerenciar os projetos firmados com sua participação, de modo a possibilitar o acompanhamento da execução pela universidade. Em qualquer caso, indicar o(s) sistema(s) de gerenciamento (contábil e/ou finalístico) de projetos utilizado pela(s) fundação(ões) de apoio;</p> <p>e) planilha em Excel “Ajustes firmados pelas fundações de apoio para execução de projetos, vigentes a partir de 1º.1.2012”, devidamente preenchida.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Ainda em providências.				

Quadro A.9.1.1.K - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
PPP	N/H	78342	Of. 2434/2015 CGU	16/07/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Alterar nome da rubrica denominada art. 193/8112 FG/Representação pagas a 02 servidores.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Situação sanada.				

Quadro A.9.1.1.L - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
PPP	N/H	93099 94779 93100 94781 94782 94784	Of. 2434/2015 CGU	16/07/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Promover nos termos do artigo 143 da lei 8112 apuração de responsabilidades pelo descumprimento do regime de dedicação exclusiva a diversos docentes.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Situação sanada. Todos os citados responderam a processo administrativo, a maioria absolvida da acusação, a exceção do servidor CPF ***.657.506**, que comprovou-se a quebra do regime de DE, e está devidamente fazendo o ressarcimento ao erário.				

Quadro A.9.1.1.M - Determinações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
PPP	N/H	94780	Of. 2434/2015 CGU	16/07/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação/recomendação				
Implementar controles internos, de forma a verificar, periodicamente, a ocorrência de eventual infração ao cumprimento, por docentes, do regime de dedicação exclusiva.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Esta em desenvolvimento pela Diretoria de Tecnologia da Informação sistema onde todo docente terá de preencher formulário declarando se acumula ou não cargo público, ou se possui participação societária em empresa privada como administrador, ou é empregado em iniciativa privada. Previsão de implantação em 2016.				

9.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Este item tem por finalidade de oferecer ao leitor uma visão gerencial de como a UPC trata as recomendações do órgão de controle interno (OCI) a que esteja vinculado, apresentando os principais números e resultados relacionados. No caso da UFV a Auditoria Interna é o órgão de controle interno.

A apresentação das informações será feita utilizando o modelo de quadro usado no subitem anterior. Cada uma das determinações foram colocadas em quadros separados para facilitar a visualização e compreensão. Dessa forma, todos os quadros desse subitem possuem a mesma numeração, diferenciando-os com o sufixo de letra maiúscula, de acordo com a ordem alfabética. Das sete recomendações feitas pelo órgão de Controle Interno, detalhadas nos quadros A.9.2.1.A a A.9.2.1.G que se encontravam pendentes no início de 2015 e/ou que foram feitas durante o exercício, objeto desse relatório, apenas uma delas, apresentada no Quadro A.9.1.1.G, não foi resolvida completamente.

Quadro A.9.2.1.A - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação do OCI				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
***	***	***	Ofício nº 2434/2015/CGU-MG/CGU-PR	10/02/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação				
Atualização do Plano de Providências Permanente.				
Síntese da providência adotada				
Atualização realizada encaminhada, conforme Ofício nº 0119/2015/RTR de 12/05/2015.				

Quadro A.9.2.1.B - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação do OCI				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
***	***	***	Ofício nº 10763/2015/CSAE/CORAS /CRG/CGU-PR	19/05/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação				
Recomenda adoção de providências relacionadas a supostas irregularidades atribuídas a professor da UFV.				
Síntese da providência adotada				
Abertura de Processo administrativo Disciplinar. E encaminhamento das cópias do relatório final e do parecer da Procuradoria Federal, bem com da portaria de advertência sugerida nos autos do processo, conforme Ofício nº 0144/2015/RTR de 27/05/2015.				

Quadro A.9.2.1.C - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
***	***	***	Ofício nº 18199/2015/CSAE/CORAS /CRG/CGU-PR	14/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação				
Recomenda a instalação de procedimento disciplinar.				
Síntese da providência adotada				
Comissão de Sindicância designada, conforme Portaria Nº 0980/2015 DE 14/09/2015 e Relatório Final da comissão enviado, conforme Ofício nº 0363/2015/RTR de 18/12/2015.				

Quadro A.9.2.1.D - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
***	***	***	Ofício nº 21296/2015/CGUMG/CGU -PR	17/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação				
Indicação de informações sujeitas a sigilo e atualização do Plano de Providências Permanente				
Síntese da providência adotada				
Atendimento das solicitações conforme Ofício nº0311/2015/RTR de 27/10/2015.				

Quadro A.9.2.1.E - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
***	***	***	Ofício nº 25825/2015/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	09/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação				
Disponibilização de link para Relatório e Certificado de Auditoria e Parecer do Dirigente do Controle Interno - Exercício 2014.				
Síntese da providência adotada				
Link disponibilizado e OCI informado eletronicamente em 09/12/2015.				

Quadro A.9.2.1.F - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
***	***	***	Ofício nº 27917/2015/STPC/CGU-PR	08/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação				
Solicitação de informações acerca de Comissão de Sindicância e providências necessárias ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação - LAI – Prot. 0828/15				
Síntese da providência adotada				
Foram encaminhadas as informações solicitadas, bem como foi reafirmado o compromisso da UFV com a adoção das medidas recomendadas para o pleno cumprimento da LAI, conforme Ofício nº 0362/2015/RTR de 18/12/2015.				

Quadro A.9.2.1.G - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
***	***	***	Ofício nº 26027/2015/CSAE/CORAS /CRG/CGU-PR	18/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Universidade Federal de Viçosa				
Descrição da determinação				
Recomenda providências em relação a atualização do Sistema CGU-PAD.				
Síntese da providência adotada				
Ainda em andamento.				

Atualização do Plano de Providências Permanente

UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: Universidade Federal de Viçosa – 26282

RELATÓRIO DE AUDITORIA nº: 201108935

Nº da constatação: 17 (1.2.1.2)

1. Recomendação nº: 01 - 38824

1.1 Providências a serem implementadas: Mantemos nossa resposta anterior e informamos que os servidores 1356756 e 429939 serão notificados ainda neste mês de outubro de 2015.

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

RELATÓRIO DE AUDITORIA nº: 201203454

Nº da constatação: 28 (1.1.1.1)

1. Recomendação nº: 02 (01) - 74016

1.1 Providências a serem implementadas: Após o último esforço de cobrança das DBR's junto aos servidores ocupantes de funções, obtivemos o retorno de quase todos entregando suas Declarações de Bens e Rendas ou autorizando o acesso a seus dados junto à Receita Federal do Brasil. Restam ainda 33 servidores, que serão objeto de nova cobrança neste ano de 2015. Verificando a legislação pertinente, não encontramos sanções possíveis de ser imputadas a estes servidores. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFV, no ano de 2015, adotou a prática de não efetuar o pagamento monetário da respectiva gratificação de FG ou CD a nenhum servidor nomeado atualmente para cargos de funções de confiança sem que o mesmo tenha entregue sua DBR, conforme determina a legislação.

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

Nº da constatação: 35 (2.1.3.1)

1. Recomendação nº: 03 - 8636

1.1 Providências a serem implementadas: Nova cobrança a respeito do processo encaminhado ao Ministério da Educação, relativo ao servidor 0055740, será realizada ainda neste mês de outubro de 2015, agora ao Ministério do Planejamento, visto que o MEC encaminhou o referido processo àquela pasta. Continuamos no aguardo do retorno do processo do servidor.

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/03/2016

2. Recomendação nº: 04 (1) - 74019

2.1 Providências a serem implementadas: Ratificamos resposta anteriormente enviada a essa CGU, e informamos que nova cobrança será realizada neste ano de 2015 ao Ministério do Planejamento. Continuamos aguardando o desfecho do caso.

2.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

RELATÓRIO DE AUDITORIA nº: 201209713

Nº da constatação: 01 (2.1.1.1)

1. Recomendação nº: 05 (001) - 9537

1.1 Providências a serem implementadas: Após reunião ocorrida entre a UFV e a CGU/MG neste ano de 2015, acertou-se que todos esses casos serão notificados para correção dos valores da vantagem do artigo 193 fundamentados em FC, à exceção de quem tem decisão judicial explícita para manutenção dos valores.

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

2. Recomendação nº: 06 (002) - 9538

2.1 Providências a serem implementadas: Após reunião ocorrida entre a UFV e a CGU/MG neste ano de 2015, acertou-se que todos estes casos serão notificados para correção dos valores, bem como para atendimento ao Ofício 18248/2014/CGU-MG/CGU/PR.

2.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

3. Recomendação nº: 07 (003) - 9539

3.1 Providências a serem implementadas: Os casos citados para ressarcimento ao erário serão encaminhados à Procuradoria Federal, que tem posicionamento de que deve-se aplicar as Súmulas da AGU e do TCU para não ressarcimento ao erário, conforme explanado em reunião entre a UFV a CGU/MG em 2015. A Procuradoria Federal manifestará por ofício à UFV para cobrança destes valores.

3.1.a Prazo de Atendimento: 31/03/2016

RELATÓRIO DE AUDITORIA nº: 201407472

Nº da constatação: 2 (1.1.1.2)

1. Recomendação nº: 08 (1) - 93099

1.1 Providências a serem implementadas: O servidor ***657.506.*** teve finalizado seu PAD, tendo o relatório final recomendado sua punição com suspensão por 90 dias, e conversão em multa. Sugeriu ainda todo o ressarcimento ao erário da quantia de Professor DE para Professor 40 horas, no período da quebra de DE apontada pela CGU. O Conselho Universitário da UFV - CONSU manteve a punição de ressarcimento ao erário, aplicando a multa por 60 dias, qual seja, retenção de 50% da remuneração. A Portaria será emitida pela Reitora e, por conseguinte, a servidor será notificado para implantação das medidas.

Os servidores ***.239.876.***, ***.533.375.***, ***.954.336.*** e ***.031.648.*** tiveram seus PAD's finalizados, tendo seus relatórios finais recomendado suas punições e ressarcimento ao erário, devido à quebra de DE. Tais processos foram submetidos ao Conselho Universitário, que entendeu não ter havido quebra de dedicação exclusiva nos respectivos casos.

Todos os demais servidores que responderam a PAD's não tiveram confirmada quebra de DE pelas comissões, não sofrendo nenhuma recomendação de sanção.

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/10/2015

2. Recomendação nº: 09 (2) - 93100

2.1 Providências a serem implementadas: Conforme citado no item anterior (1.1), o servidor ***.657.506-** fará o ressarcimento após a comunicação oficial através de Portaria emitida pela Reitora e o lançamento em folha até 30/11/2015.

2.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015

3. Recomendação nº: 10 (3) - 94779

3.1 Providências a serem implementadas: Envio dos relatórios finais dos processos administrativos disciplinares, bem como da decisão do Conselho Universitário. (Anexo I)

3.1.a Prazo de Atendimento: 31/10/2015

4. Recomendação nº: 11 (4) - 94780

4.1 Providências a serem implementadas: A UFV encaminhará, anualmente, a todos os docentes, formulários para declaração dos mesmos se são proprietários ou sócios-administradores de empreendimentos privados, ou mesmos empregados de empresas particulares.

4.1.a Prazo de Atendimento: 30/06/2016

Nº da constatação: 4 (1.1.1.4)

1. Recomendação nº: 12 (2) - 94784

1.1 Providências a serem implementadas: As situações apontadas estão sendo apuradas nos diversos PAD's abertos que ainda não finalizaram.

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/03/2016

RELATÓRIO DE AUDITORIA nº: 201409842

Nº da constatação: 1 (1.1.1.1)

1. Recomendação nº: 13 (2) - 135682

1.1 Providências a serem implementadas: Todos os servidores e pensionistas citados foram notificados no mês de setembro de 2015. Defesas administrativas foram apresentadas. Procuradoria Federal analisou as defesas encaminhadas e opinou pelo não ressarcimento ao erário, vistas as Súmulas da AGU e TCU sobre casos similares de pagamentos indevidos a servidores. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas encaminhará as respostas do acatamento das defesas para não ressarcimento ao erário e indeferimento para o pedido de manutenção dos valores relativos ao artigo 192 da Lei nº 8.112/90. Previsão de acerto em folha de pagamento neste ano de 2015.

1.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015

2. Recomendação nº: 14 (1) - 135683

2.1 Providências a serem implementadas: Idem ao item 1.1.

- 2.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015
- 3. Recomendação nº: 15 (3) - 135684
 - 3.1 Providências a serem implementadas: Idem ao item 1.1.
 - 3.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015
- 4. Recomendação nº: 16 (4) - 135685
 - 4.1 Providências a serem implementadas: Idem ao item 1.1.
 - 4.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015
- 5. Recomendação nº: 17 (5) - 135688
 - 5.1 Providências a serem implementadas: Os cálculos dos atrasados estão sendo efetuados para lançamento de exercícios anteriores dos referidos servidores.
 - 5.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015
 - Nº da constatação: 2 (1.1.1.2)
 - 1. Recomendação nº: 18 (1) - 135686
 - 1.1 Providências a serem implementadas: Todos os servidores e pensionistas citados foram notificados no mês de setembro de 2015. Defesas administrativas foram apresentadas. Procuradoria Federal analisou as defesas encaminhadas e opinou pelo não ressarcimento ao erário, vistas as Súmulas da AGU e TCU sobre casos similares de pagamentos indevidos a servidores. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas encaminhará as respostas do acatamento das defesas para não ressarcimento ao erário e indeferimento para o pedido de manutenção dos valores relativos ao artigo 192 da Lei nº 8.112/90. Previsão de acerto em folha de pagamento neste ano de 2015.
 - 1.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015
 - 2. Recomendação nº: 19 (2) - 135687
 - 2.1 Providências a serem implementadas: Idem ao item 1.1.
 - 2.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015
 - 3. Recomendação nº: 20 (3) - 135689
 - 3.1 Providências a serem implementadas: Ratificamos resposta anteriormente enviada e informamos que finalizaremos estes pagamentos e lançamentos de exercício anterior para novembro de 2015.
 - 3.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015

RELATÓRIO DE AUDITORIA nº: 201503666

Nº da constatação: 1.1.1.1

- 1. Recomendação nº: 1

1.1 Providências a serem implementadas: Situação sanada, com todos os lançamentos efetuados. Resposta encaminhada através do Ofício no 0220/2015/RTR.

1.1.a Prazo de Atendimento: concluído

Nº da constatação: 1.2.1.1

1. Recomendação nº: 1

1.1 Providências a serem implementadas: Todos os servidores administrativos citados na constatação estão tendo seus lados revistos neste ano de 2015. Os demais 1.500 servidores detentores de adicionais terão seus laudos revistos até o final do ano de 2018.

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

2. Recomendação nº: 2

2.1 Providências a serem implementadas: A constatação da situação insalubre dos servidores está sendo apurada, com término previsto para o final do ano. Caso seja constatado que não ocorre situação insalubre, os seus adicionais serão imediatamente cortados.

2.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

Nº da constatação: 1.2.1.2

1. Recomendação nº: 1

1.1 Providências a serem implementadas: Resposta encaminhada no relatório de auditoria 201409842, recomendação 135682.

1.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015

2. Recomendação nº: 2

2.1 Providências a serem implementadas: Todos os servidores e pensionistas citados foram notificados no mês de setembro de 2015. Defesas administrativas foram apresentadas. A Procuradoria Federal analisou as defesas encaminhadas e opinou pelo não ressarcimento ao erário, vistas as Súmulas da AGU e TCU sobre casos similares de pagamentos indevidos a servidores. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas encaminhará as respostas do acatamento das defesas para o não ressarcimento ao erário e indeferimento para o pedido de manutenção dos valores relativos ao artigo 192 da Lei no 8.112/1990. Previsão de acerto em folha de pagamento neste ano de 2015.

2.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015

3. Recomendação nº: 3

3.1 Providências a serem implementadas: Todos os servidores e pensionistas citados foram notificados no mês de setembro de 2015. Defesas administrativas foram apresentadas. A Procuradoria Federal analisou as defesas encaminhadas e opinou pelo não ressarcimento ao erário, vistas as Súmulas da AGU e TCU sobre casos similares de pagamentos indevidos a servidores. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas encaminhará as respostas do acatamento das defesas para o não ressarcimento ao erário e indeferimento para o pedido de manutenção dos valores relativos ao artigo 192 da Lei no 8.112/1990. Previsão de acerto em folha de pagamento neste ano de 2015.

3.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015

4. Recomendação nº: 4

4.1 Providências a serem implementadas: Todos os servidores e pensionistas citados foram notificados no mês de setembro de 2015. Defesas administrativas foram apresentadas. A Procuradoria Federal analisou as defesas encaminhadas e opinou pelo não ressarcimento ao erário, vistas as Súmulas da AGU e TCU sobre casos similares de pagamentos indevidos a servidores. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas encaminhará as respostas do acatamento das defesas para o não ressarcimento ao erário e indeferimento para o pedido de manutenção dos valores relativos ao artigo 192 da Lei no 8.112/1990. Previsão de acerto em folha de pagamento neste ano de 2015.

4.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015

5. Recomendação nº: 5

5.1 Providências a serem implementadas: Os cálculos dos atrasados estão sendo efetuados para lançamento de exercícios anteriores dos servidores.

5.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

Nº da constatação: 1.2.1.3

1. Recomendação nº: 1

1.1 Providências a serem implementadas: Resposta encaminhada no relatório de auditoria 201409842, recomendação 135682. Entretanto, em função da greve dos servidores técnico-administrativos, foi necessário ampliar o prazo para manifestação dos mesmos.

1.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015

2. Recomendação nº: 2

2.1 Providências a serem implementadas: Todos os servidores e pensionistas citados foram notificados no mês de setembro de 2015. Defesas administrativas foram apresentadas. Procuradoria Federal analisou as defesas encaminhadas e opinou pelo não ressarcimento ao erário, vistas as Súmulas da AGU e TCU sobre casos similares de pagamentos indevidos a servidores. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas encaminhará as respostas do acatamento das defesas para não ressarcimento ao erário e indeferimento para o pedido de manutenção dos valores relativos ao artigo 192 da Lei nº 8.112/1990. Previsão de acerto em folha de pagamento neste ano de 2015.

2.1.a Prazo de Atendimento: 30/11/2015

3. Recomendação nº: 3

3.1 Providências a serem implementadas: Os cálculos dos atrasados estão sendo efetuados para lançamento de exercício anteriores dos referidos servidores.

3.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

Nº da constatação: 1.2.1.5

1. Recomendação nº: 1

1.1 Providências a serem implementadas: A matéria foi submetida à CGU em Brasília com considerações da UFV sobre o entendimento da mesma e solicitação de reavaliação do assunto, conforme Ofício no 189/PRJ/UFV-2015. Estamos aguardando resposta. (Anexo II)

1.1.a Prazo de Atendimento: Previsão para 30/06/2016, pois estamos dependendo do parecer da CGU em Brasília.

2. Recomendação nº: 2

2.1 Providências a serem implementadas: A matéria foi submetida à CGU em Brasília com considerações da UFV sobre o entendimento da mesma e solicitação de reavaliação do assunto, conforme Ofício no 189/PRJ/UFV-2015. Estamos aguardando resposta.

2.1.a Prazo de Atendimento: Previsão para 30/06/2016, pois estamos dependendo do parecer da CGU em Brasília.

3. Recomendação nº: 3

3.1 Providências a serem implementadas: A matéria foi submetida à CGU em Brasília com considerações da UFV sobre o entendimento da mesma e solicitação de reavaliação do assunto, conforme Ofício no 189/PRJ/UFV-2015. Estamos aguardando resposta.

3.1.a Prazo de Atendimento: Previsão para 30/06/2016, pois estamos dependendo do parecer da CGU em Brasília.

4. Recomendação nº: 4

4.1 Providências a serem implementadas: A matéria foi submetida à CGU em Brasília com considerações da UFV sobre o entendimento da mesma e solicitação de reavaliação do assunto, conforme Ofício no 189/PRJ/UFV-2015. Estamos aguardando resposta.

4.1.a Prazo de Atendimento: Previsão para 30/06/2016, pois estamos dependendo do parecer da CGU em Brasília.

5. Recomendação nº: 5

5.1 Providências a serem implementadas: A matéria foi submetida à CGU em Brasília com considerações da UFV sobre o entendimento da mesma e solicitação de reavaliação do assunto, conforme Ofício no 189/PRJ/UFV-2015. Estamos aguardando resposta.

5.1.a Prazo de Atendimento: Previsão para 30/06/2016, pois estamos dependendo do parecer da CGU em Brasília.

Nº da constatação: 1.2.2.1

1. Recomendação nº: 1

1.1 Providências a serem implementadas: A UFV está procedendo à regularização dos setores detectados como praticantes de regimes diferenciados do regime de 40 horas.

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/03/2016

2. Recomendação nº: 2

2.1 Providências a serem implementadas: A UFV está procedendo à regularização dos setores detectados como praticantes de regimes diferenciados do regime de 40 horas.

2.1.a Prazo de Atendimento: 31/03/2016

3. Recomendação nº: 3

3.1 Providências a serem implementadas: A UFV está procedendo à regularização dos setores detectados como praticantes de regimes diferenciados do regime de 40 horas.

3.1.a Prazo de Atendimento: 31/03/2016

Nº da constatação: 2.2.1.2

1. Recomendação nº: 1

1.1 Providências a serem implementadas: Mantemos nossa manifestação constante no Ofício no 220/2015/RTR. Todas as citações estão sendo tratadas neste Plano de Providências. A UFV passou por mais de 120 dias de paralisação grevista por parte dos servidores técnico-administrativos, o que vem sendo recorrente em quase todos os anos, o que dificulta o andamento célere de todo serviço a ser realizado.

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

Nº da constatação: 3.1.1.5

1. Recomendação nº: 1

1.1 Providências a serem implementadas:

Em 6 de agosto de 2015 foi realizada reunião na Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Minas Gerais, com o superintendente Dr. Rogério Veiga Aranha e Assessoria em que foi solicitada orientação sobre como regularizar os registros cartoriais do imóvel localizado no Norte de Minas, considerando que a UFV firmou Convênio e passou procuração pública para a Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (Ruralminas) para o direito específico de vender os imóveis. Nessa data, foi protocolado na SPU/MG o Ofício nº 0221/2015/RTR, de 31 de julho de 2015, com toda a documentação que comprova que a UFV não é mais detentora do citado imóvel. A SPU/MG se prontificou a analisar toda a documentação e a orientar sobre os procedimentos cabíveis. (Anexo III)

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

2. Recomendação nº: 2

2.1 Providências a serem implementadas:

Assim que a SPU/MG oriente sobre a desvinculação jurídica do imóvel localizado no Norte de Minas, a UFV promoverá a baixa do valor do bem nos registros do SPIUnet e, conseqüentemente, nos registros contábeis do SIAFI.

2.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

Nº da constatação: 3.1.1.6

1. Recomendação nº: 1

1.1 Providências a serem implementadas:

Estamos estabelecendo uma escala de prioridade, de acordo com os níveis de risco, para elaboração de projetos de segurança contra incêndio e pânico, para adequação das edificações e obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/12/2015

Nº da constatação: 3.1.1.7

1. Recomendação nº: 1

1.1 Providências a serem implementadas:

Edição da Portaria nº 0903/2015, de 24/08/2015, que determina a designação de comissões para a elaboração do inventário anual de bens imóveis. (Anexo IV)

1.1.a Prazo de Atendimento: 31/01/2016

OBS: Os números das constatações recomendações utilizados foram os informados no Relatório nº 201503666, sendo que os parênteses referem-se à numeração do Relatório Original e os números em negrito são os informados no Anexo II do Ofício no 2434/2015/CGUMG/CGU-PR, de 03/02/2015.

9.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No ano de 2015 foram instaurados 17 (dezessete) processos de Sindicância para apuração de desaparecimento de bens públicos. Além disso, foi instaurado um Processo Administrativo Disciplinar relacionado à subtração de equipamentos da UFV, o qual resultou na demissão de um servidor.

Com relação aos danos ao erário originados de furtos no *Campus*, a Administração Superior está adotando medidas para reforçar a segurança e evitar danos ao patrimônio público, tais como instalação de câmeras de videomonitoramento pela Diretoria de Segurança Patrimonial e Comunitária, aumento de rondas e eliminação de pontos cegos.

Em 2015 também foram julgados 5 (cinco) casos de possível quebra do regime de dedicação exclusiva (DE), iniciados em 2014. Dentre eles, o relativo ao servidor ***657.506.***, cujo relatório final recomendou a punição do docente com suspensão por 90 dias, e conversão em multa. Foi determinado o ressarcimento ao erário dos valores recebidos indevidamente a título de DE, no período de 19 de agosto de 2009 a 5 de novembro de 2013. O referido ressarcimento está sendo efetuado através de desconto em folha de pagamento.

Não houve, no ano de 2015, instauração de tomadas de contas especiais.

Quadro A.9.3.1 Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
23								

* Especificar razões

Fonte: CGU/PAD

9.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Este item tem por finalidade demonstrar que a UFV observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/1993 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

A UFV observou o disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993, ao qual estabelece que o pagamento de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, mantendo ainda, em todos os casos, sua obrigação contratual de não ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias para realizar pagamentos devidos, conforme art. 78, XV, da referida lei.

9.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

O grupo constituído para revisão dos contratos passíveis de desoneração da folha de pagamento com a finalidade de obtenção administrativa dos valores pagos a maior em função da legislação sobre o assunto ainda não concluiu os trabalhos

Distinguindo os contratos assinados anteriormente à lei e ainda vigentes; os contratos assinados posteriormente à lei e ainda vigentes, bem como os contratos já encerrados que deveriam ter sido aplicados a desoneração.

A partir de maio de 2014, a UFV aplicou a desoneração da folha tanto nas planilhas de licitação quanto na retenção das notas fiscais.

Verificou-se que no âmbito da UFV aplica-se a desoneração em dois tipos de contratos: Tecnologia da Informação (TI) e Obras e Serviços de Engenharia.

Quanto aos contratos de TI aplicam-se os Contratos nº 001/2011 (Prestação de serviços especializados continuados de desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação, na área de manutenção de computadores) e nº 002/2011 (Prestação de serviços especializados continuados de desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação). Os trabalhos também não foram concluídos. Motivo pelo qual não é possível demonstrar os valores pagos a maior, bem como a economia em função da redução do valor contratual, dos dois tipos de contrato (obras e TI) que a UFV possui atualmente.

9.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

A UFV, no ano de 2015, teve somente despesas com publicidade legal para a publicação de avisos, balanços, editais, relatórios e outros comunicados que órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados a divulgar por força de lei ou regulamento.

Para atingir seu objetivo com a publicidade legal, a UFV possui um contrato com a Imprensa Nacional, sob o número 083/2014 que tem por objeto a publicação no Diário Oficial da União de atos, ofícios e demais matérias de interesse da instituição. No entanto, no ano de 2015 devido às limitações orçamentárias não foi possível a realização de empenho referente a este contrato.

Além desse, a UFV também possui contrato com a Gibbor Publicidade e Publicações de Editais Ltda, sob o número 119/2014, cuja validade é de 23/06/2014 a 23/06/2016, e que tem por objeto a publicação de atos administrativos e institucionais em jornal de grande circulação do Estado de Minas Gerais.

Importante destacar que a UFV implementa várias ações com publicidade e marketing da Instituição, sobre suas atividades no ensino, pesquisa, extensão e cultura e gestão universitária, disponibilizadas no site da UFV, na TV e Rádio, no jornal impresso pela Gráfica UFV, contudo, ainda não é possível calcular as despesas nestas ações.

Quadro A.9.6.1 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	2032/20RK	29.234,96	29.234,96
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

10. ANEXOS E APÊNDICES

10.1. Anexos do Item 7.5 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e Notas Explicativas

Devido a alterações em 2015 com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o Balanço Financeiro, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e as Demonstrações das Variações Patrimoniais extraídas do SIAFI não apresentam valores na coluna referente ao ano 2014.

10.1.1. Balanço Financeiro



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
 ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 09/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2015	ESPECIFICAÇÃO	2015
Receitas Orçamentárias	6.962.789,78	Despesas Orçamentárias	777.354.772,06
Ordinárias	-	Ordinárias	265.461.057,78
Vinculadas	6.983.331,50	Vinculadas	511.893.714,28
Educação		Educação	392.148.246,53
Seguridade Social (Exceto RGPS)		Seguridade Social (Exceto RGPS)	302.496,35
Operação de Crédito		Operação de Crédito	109.853.988,35
Alienação de Bens e Direitos		Alienação de Bens e Direitos	
Transferências Constitucionais e		Transferências Constitucionais e	
Legais		Legais	
Previdência Social (RGPS)		Previdência Social (RGPS)	
Doações		Doações	
Outros Recursos Vinculados a	6.983.331,50	Outros Recursos Vinculados a	7.398.543,56
Órgãos e Programas		Órgãos e Programas	
Outros Recursos Vinculados a		Outros Recursos Vinculados a	2.190.439,49
Fundos		Fundos	
Demais Recursos		Demais Recursos	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-20.541,72		
Transferências Financeiras Recebidas	787.565.215,06	Transferências Financeiras	7.325.150,22
Resultantes da Execução Orçamentária	748.050.606,71	Concedidas	
Cota Recebida		Resultantes da Execução	7.252.998,73
Repasso Recebido	740.920.727,59	Orçamentária	
Sub-repasso Recebido	7.129.879,12	Cota Concedida	
Recursos Arrecadados - Recebidos		Repasso Concedido	123.119,61
		Sub-repasso Concedido	7.129.879,12
		Recursos Arrecadados -	
		Concedidos	
Valores Diferidos - Baixa		Valores Diferidos - Baixa	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2015	ESPECIFICAÇÃO	2015
Valores Diferidos - Inscrição		Valores Diferidos - Inscrição	
Correspondência de Débitos		Correspondências de Créditos	
Cota Devolvida		Cota Devolvida	
Repasso Devolvido		Repasso Devolvido	
Sub-repasso Devolvido		Sub-repasso Devolvido	
Independentes da Execução	39.514.608,35	Independentes da Execução	72.151,49
Orçamentária		Orçamentária	
Transferências Recebidas para	25.930.620,52	Transferências Concedidas para	51.605,20
Pagamento de RP		Pagamento de RP	
Demais Transferências Recebidas	1.103,01	Demais Transferências Concedidas	4.273,60
Movimentação de Saldos	13.582.884,82	Movimento de Saldos Patrimoniais	16.272,69
Patrimoniais			
Movimentações para Incorporação de		Movimentações para Incorporação	
Saldos		de Saldos	
Aporte ao RPPS	-	Aporte ao RPPS	-
Aporte ao RGPS	-	Aporte ao RGPS	-
Recebimentos Extraorçamentários	30.407.615,72	Despesas Extraorçamentárias	43.644.838,66
Inscrição dos Restos a Pagar	12.773.701,06	Pagamento dos Restos a Pagar	19.076.330,18
Processados		Processados	
Inscrição dos Restos a Pagar Não	17.456.952,03	Pagamento dos Restos a Pagar Não	24.394.966,27
Processados		Processados	
Depósitos Restituíveis e Valores	-6.006,90	Depósitos Restituíveis e Valores	166.884,12
Vinculados		Vinculados	
Outros Recebimentos	182.969,53	Outros Pagamentos	6.658,09
Extraorçamentários		Extraorçamentários	
Ordens Bancárias não Sacadas -		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão	6.658,09
Cartão de Pagamento		de Pagamento	
Restituições a Pagar		Pagamento de Restituições de	
		Exercícios Anteriores	
Passivos Transferidos		Pagamento de Passivos Recebidos	
Cancelamento de Obrigações do	7.544,64	Cancelamento de Direitos do	
Exercício Anterior		Exercício Anterior	
Arrecadação de Outra Unidade		Transferência de Arrecadação para	
		Outra Unidade	
Variação Cambial		Variação Cambial	
Valores para Compensação		Valores Compensados	
Valores em Trânsito		Valores em Trânsito	
DARF - SISCOMEX		Ajuste Acumulado de Conversão	
Ajuste Acumulado de Conversão		Demais Pagamentos	
Demais Recebimentos	175.424,89		
Saldo do Exercício Anterior	10.613.436,19	Saldo para o Exercício Seguinte	7.224.295,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.613.436,19	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.224.295,81



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2015	ESPECIFICAÇÃO	2015
TOTAL	835.549.056,75	TOTAL	835.549.056,75

10.1.2. Balanço Orçamentário



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	8.284.752,00	8.284.752,00	6.848.784,78	-1.435.967,22
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.745.121,00	1.745.121,00	1.492.399,03	-252.721,97
Receitas Imobiliárias	360.644,00	360.644,00	371.149,28	10.505,28
Receitas de Valores Mobiliários	1.384.477,00	1.384.477,00	1.121.249,75	-263.227,25



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
LO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
R
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	3.867,00	3.867,00	4.657,28	790,28
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	3.867,00	3.867,00	4.657,28	790,28
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	6.246.983,00	6.246.983,00	5.228.758,08	-1.018.224,92
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	288.781,00	288.781,00	122.970,39	-165.810,61
Multas e Juros de Mora	125.796,00	125.796,00	102.235,74	-23.560,26
Indenizações e Restituições	162.985,00	162.985,00	20.734,65	-142.250,35
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
LO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
R
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RPPS				
Rec. Decor. de Aportes	-	-	-	-
Periódicos para Compensações ao RGPS				
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	56.211,00	56.211,00	114.005,00	57.794,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	56.211,00	56.211,00	114.005,00	57.794,00
Alienação de Bens Móveis	56.211,00	56.211,00	114.005,00	57.794,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
 LO
 ORGÃO
 SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 R
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 09/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Alienação Estoques de Café				
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.340.963,00	8.340.963,00	6.962.789,78	-1.378.173,22
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.340.963,00	8.340.963,00	6.962.789,78	-1.378.173,22
DÉFICIT			770.391.982,28	770.391.982,28
TOTAL	8.340.963,00	8.340.963,00	777.354.772,06	769.013.809,06
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	4.204.000,00	4.204.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	4.204.000,00	4.204.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
DESPESAS CORRENTES	692.177.03	750.124.651,	749.184.243,	744.435.65	738.602.176	940.407,8
	5,00	00	20	2,16	,88	0
Pessoal e Encargos Sociais	575.823.58	632.389.305,	625.065.498,	625.065.49	625.065.498	7.323.806
	0,00	00	66	8,66	,66	,34
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	116.353.45	117.735.346,	124.118.744,	119.370.15	113.536.678	-
	5,00	00	54	3,50	,22	6.383.398
						,54
DESPESAS DE CAPITAL	44.309.009,	45.309.009,0	28.170.528,8	15.462.167,	8.521.942,0	17.138.48
	00	0	6	87	9	0,14
Investimentos	44.309.009,	45.309.009,0	28.170.528,8	15.462.167,	8.521.942,0	17.138.48
	00	0	6	87	9	0,14
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	736.486.04	795.433.660,	777.354.772,	759.897.82	747.124.118	18.078.88
	4,00	00	06	0,03	,97	7,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	736.486.04	795.433.660,	777.354.772,	759.897.82	747.124.118	18.078.88
	4,00	00	06	0,03	,97	7,94
TOTAL	736.486.04	795.433.660,	777.354.772,	759.897.82	747.124.118	18.078.88
	4,00	00	06	0,03	,97	7,94

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIA	INSCRITOS EM	INSCRITOS EM 31 DE	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
-----------------------	--------------	--------------------	------------	-------	------------	-------



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
S	EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES	1.325.066,16	5.052.809,76	4.833.626,41	4.239.767,74	410.484,09	1.727.624,09
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.325.066,16	5.052.809,76	4.833.626,41	4.239.767,74	410.484,09	1.727.624,09
DESPESAS DE CAPITAL	2.240.689,18	24.538.624,52	20.555.645,32	20.155.198,53	217.644,33	6.406.470,84
Investimentos	2.240.689,18	24.538.624,52	20.555.645,32	20.155.198,53	217.644,33	6.406.470,84
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.565.755,34	29.591.434,28	25.389.271,73	24.394.966,27	628.128,42	8.134.094,93

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	228.809,90	14.775.632,90	14.768.066,13	3.464,35	232.912,32
Pessoal e Encargos Sociais	-	12.515.487,90	12.515.487,90	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
LO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
R
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Despesas	228.809,90	2.260.145,00	2.252.578,23	3.464,35	232.912,32
Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL	41.543,00	4.307.864,93	4.308.264,05	-	41.143,88
Investimentos	41.543,00	4.307.864,93	4.308.264,05	-	41.143,88
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	270.352,90	19.083.497,83	19.076.330,18	3.464,35	274.056,20

10.1.3. Balanço Patrimonial



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	73.480.245,89	77.797.777,05	PASSIVO CIRCULANTE	20.637.013,76	26.945.855,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.224.295,81	10.613.436,19	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	880.464,34	5.287.284,93
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	18.282.411,40	6.556.966,03
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	24.926,89	24.942,10
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.449.211,13	15.076.661,99
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	64.679.288,58	65.303.396,02			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	1.576.661,50	1.880.944,84			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.098.548.785,04	1.055.075.869,97	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO
SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Demais Reservas	21.337.786,27	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	1.130.054.230,90	1.105.927.791,97
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	24.120.437,98	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	1.105.927.791,97	1.105.927.791,97
Imobilizado	1.098.548.785,04	1.055.075.869,96	Ajustes de Exercícios Anteriores	6.000,95	-
Bens Móveis	111.016.047,38	106.873.491,82	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	133.026.117,56	123.012.942,86	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.151.392.017,17	1.105.927.791,97
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.010.070,18	-16.139.451,04			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	987.532.737,66	948.202.378,14			
Bens Imóveis	987.601.167,30	948.222.351,26			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-68.429,64	-19.973,12			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
 ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 09/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.172.029.030,93	1.132.873.647,02	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.172.029.030,93	1.132.873.647,02

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	7.583.600,17	65.941.186,85	PASSIVO FINANCEIRO	39.185.714,42	95.038.040,93
ATIVO PERMANENTE	1.164.445.430,76	1.066.932.460,17	PASSIVO PERMANENTE	6.048.040,84	-34.934.996,26



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
 ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 09/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	1.126.795.275,67	1.072.770.602,35

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	14.363.675,26	18.121.438,53	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	86.977.898,72	73.414.803,63
Execução dos Atos Potenciais Ativos	14.363.675,26	18.121.438,53	Execução dos Atos Potenciais Passivos	86.977.898,72	73.414.803,63
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	13.819.828,76	17.788.599,43	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	543.846,50	332.839,10	Obrigações Contratuais a Executar	86.977.898,72	73.414.803,63
Outros Atos Potenciais	-	-	Outros Atos	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Ativos a Executar			Potenciais Passivos a Executar		
TOTAL	14.363.675,26	18.121.438,53	TOTAL	86.977.898,72	73.414.803,63

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-9.212.662,56
Recursos Vinculados	-22.389.451,69
Educação	-23.072.716,56
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-2.130.078,07
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.552.099,10
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-950.762,56
Demais Recursos	212.006,40
TOTAL	-31.602.114,25

10.1.4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
 ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 09/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	29.482.259,29
INGRESSOS	794.590.962,47
Receitas Derivadas e Originárias	6.848.784,78
Receita Tributária	-
Receita de Contribuições	-
Receita Patrimonial	371.149,28
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	4.657,28
Receita de Serviços	5.228.758,08
Remuneração das Disponibilidades	1.121.249,75
Outras Receitas Derivadas e Originárias	122.970,39
Transferências Correntes Recebidas	-
Intergovernamentais	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-
Dos Municípios	-
Intragovernamentais	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-
Outros Ingressos das Operações	787.742.177,69
Ingressos Extraorçamentários	-6.006,90
Restituições a Pagar	-
Passivos Transferidos	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	7.544,64
Transferências Financeiras Recebidas	787.565.215,06
Arrecadação de Outra Unidade	-
Variação Cambial	-
Valores para Compensação	-
Valores em Trânsito	-
DARF - SISCOMEX	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-
Demais Recebimentos	175.424,89
DESEMBOLSOS	-
Pessoal e Demais Despesas	765.108.703,18
	680.846.622,47
Legislativo	-
Judiciário	-
Essencial à Justiça	-
Administração	-
Defesa Nacional	-
Segurança Pública	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	29.482.259,29
Relações Exteriores	-
Assistência Social	-
Previdência Social	-
	211.235.640,67
Saúde	-74.602,37
Trabalho	-1.158,33
Educação	-
	466.765.318,45
Cultura	-
Direitos da Cidadania	-
Urbanismo	-
Habitação	-
Saneamento	-
Gestão Ambiental	-230.000,00
Ciência e Tecnologia	-44.374,45
Agricultura	-234.100,00
Organização Agrária	-2.248.234,93
Indústria	-
Comércio e Serviços	-
Comunicações	-
Energia	-
Transporte	-
Desporto e Lazer	-6.535,18
Encargos Especiais	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-6.658,09
Juros e Encargos da Dívida	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-
Outros Encargos da Dívida	-
Transferências Concedidas	-76.770.046,37
Intergovernamentais	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-
A Municípios	-
Intragovernamentais	-76.770.046,37
Outras Transferências Concedidas	-
Outros Desembolsos das Operações	-7.492.034,34
Dispêndios Extraorçamentários	-166.884,12
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-
Transferências Financeiras Concedidas	-7.325.150,22
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-
Varição Cambial	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	29.482.259,29
Valores Compensados	
Valores em Trânsito	
Ajuste Acumulado de Conversão	
Demais Pagamentos	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-32.871.399,67
INGRESSOS	114.005,00
Alienação de Bens	114.005,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-
Outros Ingressos de Investimentos	-
DESEMBOLSOS	-32.985.404,67
Aquisição de Ativo Não Circulante	-29.417.907,93
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.567.496,74
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-
INGRESSOS	-
Operações de Crédito	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-
Transferências de Capital Recebidas	-
Intergovernamentais	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-
Dos Municípios	-
Intragovernamentais	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-
Outros Ingressos de Financiamento	-
DESEMBOLSOS	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.389.140,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.613.436,19
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.224.295,81

10.1.5. Demonstrações das Variações Patrimoniais



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR

EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 09/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	808.833.747,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-
Impostos	-
Taxas	-
Contribuições de Melhoria	-
Contribuições	-
Contribuições Sociais	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-
Contribuição de Iluminação Pública	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.605.275,72
Venda de Mercadorias	-
Vendas de Produtos	4.657,28
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.600.618,44
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.121.558,33
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-
Juros e Encargos de Mora	308,58
Variações Monetárias e Cambiais	-
Descontos Financeiros Obtidos	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.121.249,75
Aportes do Banco Central	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-
Transferências e Delegações Recebidas	789.441.883,81
Transferências Intragovernamentais	787.565.215,06
Transferências Intergovernamentais	-
Transferências das Instituições Privadas	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-
Transferências de Consórcios Públicos	-
Transferências do Exterior	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-
Transferências de Pessoas Físicas	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.876.668,75
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.542.367,20
Reavaliação de Ativos	5.022.421,06
Ganhos com Alienação	114.005,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	7.405.941,14
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	122.662,76
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-
Resultado Positivo de Participações	-
Operações da Autoridade Monetária	-
VPA de Dívida Ativa	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	122.662,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	784.713.309,84
Pessoal e Encargos	450.202.375,15
Remuneração a Pessoal	344.313.734,84
Encargos Patronais	71.956.452,27
Benefícios a Pessoal	33.932.188,04



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	2015
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	199.411.864,42
Aposentadorias e Reformas	170.479.043,83
Pensões	28.640.663,21
Benefícios de Prestação Continuada	-
Benefícios Eventuais	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	292.157,38
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	86.381.825,50
Uso de Material de Consumo	15.335.541,95
Serviços	65.121.206,94
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.925.076,61
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	709,53
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-
Juros e Encargos de Mora	-
Variações Monetárias e Cambiais	-
Descontos Financeiros Concedidos	709,53
Aportes ao Banco Central	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-
Transferências e Delegações Concedidas	9.087.760,65
Transferências Intragovernamentais	7.325.150,22
Transferências Intergovernamentais	-
Transferências a Instituições Privadas	47.991,02
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-
Transferências a Consórcios Públicos	-
Transferências ao Exterior	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.714.619,41
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	27.964.189,17
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	89,23
Perdas com Alienação	-
Perdas Involuntárias	-
Incorporação de Passivos	370.822,58
Desincorporação de Ativos	27.593.277,36
Tributárias	401.176,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-
Contribuições	401.176,06
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-
Custos dos Produtos Vendidos	-
Custo dos Serviços Prestados	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.263.409,36



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26282 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 09/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
	2015
Premiações	-
Resultado Negativo de Participações	-
Operações da Autoridade Monetária	-
Incentivos	11.046.664,17
Subvenções Econômicas	-
Participações e Contribuições	-
Constituição de Provisões	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	216.745,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	24.120.437,98

10.1.6. Notas Explicativas

1 - ATIVO

1.1 - ATIVO CIRCULANTE

(A) ATIVO CIRCULANTE: representa 6,27% do Ativo Total, tendo a maior representatividade correspondente a 5,52% pelo Subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto, Prazo onde destaca-se a Conta Adiantamento Concedido a Pessoal e Terceiros.

(B) ATIVO CIRCULANTE: Houve diminuição em valores financeiros em comparação ao exercício de 2014, sendo a maior representatividade no Subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa Créditos a Curto Prazo, e também para o Subgrupo Estoques.

1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

(A) IMOBILIZADO: O total do imobilizado (Bens Móveis e Imóveis) representa 93,73% do Ativo Total. Computada a Depreciação, para bens moveis e imóveis, exceção para Obras Em Andamento e Compras/Importações em andamento de bens móveis.

(B) IMOBILIZADO: Comparando-se o exercício de 2015 com o de 2014, verificou-se que a evolução dos bens moveis e dos bens imóveis tiveram acréscimo de aproximadamente 4%, porem em termos financeiros os bens imóveis tem a maior representatividade.

2 - PASSIVO

2.1 - PASSIVO CIRCULANTE

(A) O Subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo representa, 88,59% do Total do Passivo Circulante, referente as liquidações efetuadas, onde verifica-se que os Fornecedores cumpriram suas obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. A segunda maior representatividade refere-se ao Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, onde tem-se as contas, Outras Obrigações a Curto Prazo e Valores Restituíveis.

(B) –O valor do subgrupo Fornecedores teve um significativo aumento em relação ao exercício de 2014, devido ao reconhecimento do Passivo sem respectivos créditos orçamentários, bem como ao resto a pagar processado cujo os limites financeiros tiveram vários atrasos em seu cronograma de repasses. Já no Subgrupo Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias houve um decréscimo significativo devido, principalmente, as obrigações patronais da Folha de Pagamento do mês de dezembro, recolhida somente no exercício seguinte.

2.2 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

No final do exercício financeiro de 2015 não foi verificado saldo para esse Grupo.

3 - PATRIMONIO LIQUIDO

3.1 - RESULTADOS ACUMULADOS

Representado pela Conta superávits acumulados referente a exercícios anteriores, que constitui 98,11% do Patrimônio Líquido.

3.2 - DEMAIS RESERVAS

Representado pela conta Reavaliação dos Bens Imóveis correspondente 1,89% do PL referente as obras concluídas no exercício e incluídas no SPIUnet com a devida reavaliação.

4 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

4.1 - PESSOAL E ENCARGOS

Representa 57,37% do total da VPD, onde o Subgrupo Remuneração do Pessoal representa 43,87%, seguidos por Encargos Patronais com 9,17% e Benefícios a Pessoal 4,32%

4.2 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

Representa 25,41% do total da VPD onde o Subgrupo Aposentadorias e Reformas representam 21,72% seguidos por Pensões 3,65% e Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais 0,037%.

5 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

5.1 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

As Transferências Recebidas representam 97,60% do total da VPA, sendo que o Subgrupo Transferências Intragovernamentais representam 97,37% , e Outras Transferências Recebidas representam 0,23%.

5.2 - VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS

Representa 1,55% do total da VPA, onde o Subgrupo Reavaliação de Ativos do Imobilizado representa 0,62%, Ganhos Com Alienação 0,01% e Ganhos Com Desincorporação de Passivos 0,91%.

Devido a alterações em 2015 com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as análises comparativas ficaram comprometidas, uma vez que as informações extraídas do SIAFI não apresentaram os valores referentes ao exercício de 2014 .

PARTE B

11. RELATÓRIO, PARECERES E DECLARAÇÕES

11.1. Relatório e/ou parecer da unidade de auditoria interna

Em razão do disposto no § 6º, artigo 15, do Decreto Nº. 3.591 de 6/09/2000 e no inciso “I”, art. 6º da Decisão Normativa TCU Nº 146/2015 afirmamos que somos de parecer que a composição do Relatório de Gestão da Fundação Universidade Federal de Viçosa tem conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010. Também somos de parecer que houve a boa e regular aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes. Os resultados descritos no Relatório de Gestão indicam que houve o empenho da administração para a consecução das ações e obtenção dos produtos dos Programas de Trabalho, cumprindo mais uma etapa da sua missão.

A estrutura orgânica, composta pelos sistemas acadêmicos e administrativos, a segregação das funções de planejamento e programação, de execução, de controle e supervisão, de ouvidoria, de auditoria e de corregedoria, as normas internas privilegiando as decisões de colegiados confirmam a capacidade dos controles internos administrativos da FUFV de identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes para a consecução dos objetivos.

A Auditoria Interna vincula-se à Reitoria, conforme inc. XIV do art. 16 do Estatuto da Universidade Federal de Viçosa, aprovado pelo Conselho Universitário em sua 231ª reunião, de 16 e 17/12/1998 (Portaria MEC nº 768, de 14/05/1999, DOU de 18/05/1999; Parecer nº 354/99 – CESu/CNE; Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte, em 27/09/1999). <http://www.ufv.br/soc/files/pag/estatuto.htm>

A Resolução CONSU nº 08/2014 determina aos órgãos integrantes da estrutura desta Universidade que apresentem, tempestivamente, as informações solicitadas pela Auditoria Interna, concedendo-lhe acesso a registros, sistemas, pessoal e infraestrutura física relevantes à execução dos trabalhos de auditoria; assegura à Auditoria Interna o apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria, bem como a assistência de especialistas e profissionais internos e externos à Instituição, quando constatada a necessidade; veda a participação de auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão, a fim de garantir a independência no exercício da atividade de auditoria.

A unidade de Auditoria Interna é composta pelo Coordenador e Auditores (Lei nº 11.091/2005, Anexo II, com a redação dada pela Lei nº 11.233/2005). A coordenação e 4 auditores situados no *Campus* UFV-Viçosa e mais 2 auditores, vinculados funcionalmente, destacados nos *Campus* de Florestal e de Rio Paranaíba, municípios de Minas Gerais, todos executando um único Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna. A escolha do titular é decisão discricionária da Reitora, que também submete o nome à aprovação do Conselho Universitário.

A Auditoria Interna procede à análise dos objetos de ações do Plano Anual de Auditoria Interna e emite as solicitações de auditoria vinculada aqueles objetos, visando documentar evidências. Posteriormente, é emitido relatório, destinado a Reitora ao o gestor diretamente afeto àquele controle interno, descrevendo as constatações com as recomendações e providências.

O acompanhamento ou monitoramento das implementações é feito mediante registro em repositório eletrônico de dados de solicitações de auditoria e de relatórios, hierarquizados por datas programadas de implementação.

A alta administração é informada de ocorrências e de avaliações de objetos de ações analisadas pela Auditoria Interna, que as apresenta e discute na qualidade de atividades de assessoria, em encontros pontuais. Também é encaminhada para o gestor máximo cópia (em meio eletrônico) dos relatórios encaminhados aos gestores de controle interno e à Controladoria Regional da União em Minas Gerais.

Também, no evento da aprovação do Relatório de Gestão, os membros do Conselho Universitário tomam conhecimentos de recomendações feitas pela Auditoria Interna constantes de plano de providência.

11.2. Parecer do Colegiado

Neste item, na página 185, é apresentada a imagem digitalizada da Resolução do CONSU que aprovou este Relatório de Gestão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
SECRETARIA DE ÓRGÃOS COLEGIADOS

Campus Universitário – Viçosa, MG – 36570-000 – Telefone: (31) 3899-2127 - Fax: (31) 3899-1229 - E-mail: soc@ufv.br

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

O **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da Universidade Federal de Viçosa, órgão superior de administração, no uso de suas atribuições estabelecidas no Estatuto da Instituição, resolve

aprovar o Relatório de Gestão do Exercício de 2015.

Publique-se e cumpra-se.

Viçosa, 29 de março de 2016.


NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES
Presidente do CONSU

11.3. Relatório de instância ou área de correção

Este item tem por objetivo informar sobre a atuação e as principais constatações feitas pela instância ou área de correção no âmbito da UFV, consubstanciadas no relatório anual emitido por essa instância ou área em consonância com regulamentação específica.

A Seção de Sindicâncias e Processos Disciplinares da Universidade Federal de Viçosa (SDI/UFV), funcionalmente vinculada à Reitoria, é responsável pelo suporte administrativo às comissões nomeadas para exercerem os trabalhos relativos aos Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicâncias, bem como aos Termos Circunstanciados Administrativos (TCAs).

Conforme orientação do TCU, as UPC integrantes do Poder Executivo Federal, que estão na jurisdição da Controladoria-Geral da União e, por isso, utilizam o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), podem atender a este item de conteúdo inserindo o relatório anual emitido nesse Sistema.

Dessa forma, seguem quatro imagens de telas emitidas pelo CGU-PAD.

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Viçosa	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	3
Total de Sindicâncias	38
Total de Procedimentos	41

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23114000871201536	02/02/2015	Sindicância
23114001371201511	09/02/2015	Sindicância
23114001409201510	11/02/2015	Sindicância
23114002462201574	22/10/2015	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23114003996201518	25/06/2015	Sindicância
23114004332201576	04/05/2015	Sindicância
23114004895201564	15/06/2015	Sindicância
23114005244201591	25/06/2015	Sindicância
23114005296201568	10/06/2015	Sindicância
23114005462201526	11/05/2015	Sindicância
23114006533201516	20/05/2015	Sindicância
23114006984201545	15/06/2015	Sindicância
23114007217201553	02/06/2015	Sindicância
23114007921201514	06/07/2015	Sindicância
23114008680201512	26/08/2015	Sindicância
23114008681201567	03/08/2015	Sindicância
23114008682201510	03/08/2015	Sindicância
23114008685201545	03/08/2015	Sindicância
23114008687201534	10/11/2015	Sindicância
23114008688201589	03/08/2015	Sindicância
23114008689201523	03/08/2015	Sindicância
23114008689201577	10/11/2015	Sindicância
23114009773201564	28/07/2015	Sindicância
23114010156201510	20/10/2015	Sindicância
23114011587200947	20/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar (Lei 8.112/90)
23114012233200910	06/08/2015	Sindicância
23114012389201502	22/09/2015	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 4

Data de emissão do relatório: 22/02/2016

Emitido por: Luciana de Sousa Feres

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23114012861201543	17/11/2015	Sindicância
23114013020201553	09/10/2015	Sindicância
23114013022201542	09/10/2015	Sindicância
23114013228201572	10/11/2015	Sindicância
23114013293201506	17/11/2015	Sindicância
23114014369201511	10/11/2015	Sindicância
23114014905201570	16/11/2015	Sindicância
23114014999201587	11/12/2015	Sindicância
23114015428201587	03/12/2015	Sindicância
23114019680201467	02/02/2015	Sindicância
23114019682201456	02/02/2015	Sindicância
23114019697201414	10/11/2015	Sindicância
23114020862201481	11/02/2015	Sindicância
23114021250201413	02/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Fundação Universidade Federal de Viçosa	
Período:	01/01/2015 a 31/12/2015
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	11
Total de Sindicâncias	20
Total de Procedimentos	31

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
2311400054201358	26/01/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23114001408201510	13/05/2015	Sindicância
23114001774201480	14/01/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23114004332201576	04/09/2015	Sindicância
23114004965201401	20/10/2015	Sindicância
23114005462201526	15/12/2015	Sindicância
23114008028200950	10/02/2015	Sindicância
23114008572201205	19/01/2015	Sindicância
23114008680201512	28/10/2015	Sindicância
23114008681201567	25/09/2015	Sindicância
23114008682201510	04/11/2015	Sindicância
23114012233200910	21/12/2015	Sindicância
23114012388201502	18/12/2015	Sindicância
23114012861201543	22/12/2015	Sindicância
23114013020201553	04/11/2015	Sindicância
23114013022201542	01/12/2015	Sindicância
23114013293201506	22/12/2015	Sindicância
23114014825201191	26/01/2015	Sindicância
23114015056201148	26/01/2015	Sindicância
23114016586201456	28/04/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23114017693201159	04/02/2015	Sindicância
23114019026201372	01/04/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23114019028201361	10/11/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23114019034201319	25/09/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23114019038201305	29/09/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23114019042201365	25/09/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23114019045201307	28/01/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c o art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 3 de 4

Data de emissão do relatório: 22/02/2016

Emitido por: Luciana de Sousa Feres

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23114019048201332	28/01/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23114019680201467	29/10/2015	Sindicância
23114019682201456	29/10/2015	Sindicância
23114021250201413	10/11/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

11.4. Declarações de integridade

11.4.1. Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, Mateus Henrique de Castro dias, CPF nº 058.666.446-73, Diretor de Material, exercido na Universidade Federal de Viçosa, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Viçosa, 01 de março de 2016.

Mateus Henrique de Castro Dias
Diretor de Material/UFV
CPF 058.66.446-73

11.4.2. Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Universidade Federal de Viçosa estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Viçosa, 10 de março de 2016

ELY ROSA
CPF 72224355653
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Universidade Federal de Viçosa

11.4.3. Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que 50 (cinquenta) servidores da Universidade Federal de Viçosa obrigados pela Lei 8.730/1993 não disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Viçosa, 30 de março de 2016.

Ely Rosa
CPF: 722.243.556-53
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

11.4.4. Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

No exercício de 2015 a UFV não utilizou o SIOP, e sim o SIMEC.

11.4.5. Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Por meio deste subitem, objetiva-se analisar os processos que garantem a integridade dos registros contábeis realizados no âmbito da Unidade Jurisdicionada, bem como identificar a ocorrência de alertas e ressalvas durante o exercício e possíveis pendências em relação às providências necessárias a regularização das situações que as motivaram.

São retratas informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada, contemplando:

- a) descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da unidade jurisdicionada, identificando a instância responsável pelo realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;
- b) informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;

c) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

A conformidade contábil é registrada pelo Servidor que tem a função de Contador Geral ou Substituto, não existindo a segregação de funções, considerando que o mesmo não exerce quaisquer funções conflitantes, tais como: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda e efetuar a conformidade de registro de gestão. Somente emite documentos no SIAFI para a realização de ajuste e regularizações contábeis.

No exercício de 2015 foram observadas as seguintes ocorrências registradas com restrição:

a) - UG 154051

Restrição 302 (Falta e/ou atraso de remessa do RMB) – 07 ocorrências de Março, Junho a Novembro;

Restrição 642 (Falta/evolução incompatível depreciação do imobilizado) – 07 ocorrências de Março, Junho a Novembro;

Restrição 674 (Saldo Alongado/Indevido constas transitórias do Passivo Circulante) – 02 ocorrências nos meses de Abril de Maio;

Restrição 713 (Saldos Alongados/Indevidos Transferência de Receitas) – 01 ocorrência em Julho;

Restrição 754 (Saldos Alongados/Indevidos – Demonstrativos Disponibilidade) – 01 ocorrência em Maio;

Restrição 772 (Demais Incoerências - DDR) – 01 ocorrência em Maio.

b) - UG 154052

Restrição 302 (Falta e/ou atraso de remessa do RMB) – 07 ocorrências de Março, Junho a Novembro;

Restrição 642 (Falta/evolução incompatível depreciação do imobilizado) – 07 ocorrências de Março, Junho a Novembro;

Restrição 674 (Saldo Alongado/Indevido constas transitórias do Passivo Circulante) – 03 ocorrências nos meses de Janeiro, Fevereiro e Abril.

c) - UG 154053

Restrição 302 (Falta e/ou atraso de remessa do RMB) – 07 ocorrências de Março, Junho a Novembro;

Restrição 315 (Falta conformidade de registro de gestão) – 03 ocorrências nos meses de Abril, Julho e Novembro;

Restrição 642 (Falta/evolução incompatível depreciação do imobilizado) – 07 ocorrências de Março, Junho a Novembro.

d) - UG 150174

Restrição 302 (Falta e/ou atraso de remessa do RMB) – 07 ocorrências de Março, Junho a Novembro;

Restrição 642 (Falta/evolução incompatível depreciação do imobilizado) – 07 ocorrências de Março, Junho a Novembro.

No encerramento do exercício todas as ocorrências foram sanadas nas UG's 154051, 154052, 154053 e 150174 com isto no mês de Dezembro foi registrado conformidade contábil “Sem restrição”.

11.4.6. Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UPC)	Código da UG
Fundação Universidade Federal de Viçosa	154051

Declaro que declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC no 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Viçosa (MG)	Data	25/02/2016
Contador Responsável	José Geraldo de Freitas	CRC nº	MG – 47.056

PARTE C

12. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

12.1. Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994

Quadro C.12.1.1 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Valores em R\$ 1,00

Nome: Fundação Arthur Bernardes				CNPJ: 20.320.503/0001-51									
Projeto		Instrumento Contratual											
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Contrato		Valor		Nº	Objeto	Convênio		Valor	
				Vigência		Valor				Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
1	1	134/2012	Centro de ciências ambientais floresta-escola	03/04/2012	30/01/2015	2.943.792,00	0,00						
2	1	381/2012	Curso de pós-graduação "lato sensu" em gestão escolar	14/12/2012	14/07/2015	270.000,00	0,00						
3	5	020/2013	Estudo, análise e proposições das incubadoras de minas gerais	17/12/2012	26/07/2015	70.000,00	0,00						
4	2	18/2013	Difusão e coleta de informações pelo centro de referência em estudos da cadeia de produção de biocombustíveis para a agricultura familiar	08/02/2013	31/12/2016	469.035,00	0,00						
5	2	104/2013	Subsídios para a atualização dos dispositivos sobre controle de protozoários patogênicos da norma brasileira de qualidade da água para consumo humano	29/11/2012	07/07/2015	319.000,00	0,00						

Nome: Fundação Arthur Bernardes

CNPJ: 20.320.503/0001-51

Projeto		Instrumento Contratual											
N°	Tipo	N°	Objeto	Contrato				N°	Objeto	Convênio			
				Vigência		Valor				Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
6	5	008/2014	Realizar a gestão ambiental, abrangendo supervisão e gerenciamento ambiental, bem como a execução de programas ambientais, das obras de implantação e pavimentação da BR-235/BA, atendendo as condicionantes da licença de instalação (Portaria IMA nº 10.273.2008)	22/01/2014	09/05/2016	11.891.655,81	3.519.496,78						
7	1	190/2014	CURSOS A DISTANCIA DE LICENCIATURA EM HISTORIA, MATEMATICA E POS-GRADUACAO LATO SENSU EM GESTAO PUBLICA E GESTAO PUBLICA MUNICIPAL OFERECIDOS PARA PROFESSORES DA REDE PUBLICA DO ESTADO DE MG E GESTORES PUBLICOS MUNICIPAIS ANO 2014/2015	20/10/2014	19/01/2016	1.597.075,38	0,00						
8	2	162/2014	IDENTIFICACAO DAS FAMILIAS BENEFICIARIAS E DIAGNOSTICO SOCIOPRODUTIVO EM UNIDADES DE CONSERVACAO FEDERAIS	01/09/2014	30/06/2015	545.674,75	0,00						

Nome: Fundação Arthur Bernardes

CNPJ: 20.320.503/0001-51

Projeto		Instrumento Contratual											
N°	Tipo	N°	Objeto	Vigência		Valor		N°	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
9	2	103/2014	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)/SNVS-SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE PARA O(A) ESTUDOS E PESQUISAS VOLTADOS PARA ACOES DE VIGILANCIA,PREVENCAO E CONTROLE DA LEISHMANIOSE E OUTRAS DOENCAS NEGLIGENCIADAS	26/12/2013	27/05/2015	118.973,00	0,00						
10	1	129/2014	CURSO DE POS-GRADUACAO, LATO SENSU, POR TUTORIA A DISTANCIA, EM RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	15/07/2014	13/07/2016	351.679,00	140.671,60						
11	3	238/2014	REDE DE UNIVERSIDADES NA AVALIACAO DO PROGRAMA MAIS GESTAO	11/12/2014	31/12/2016	4.278.184,60	1.685.885,58						
12	1	166/2012	CURSO DE APERFEICOAMENTO EM GESTAO ESCOLAR MODALIDADE A DISTANCIA	24/02/2012	29/04/2015	137.573,26	0,00						

Nome: Fundação Arthur Bernardes

CNPJ: 20.320.503/0001-51

Projeto		Instrumento Contratual											
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
13	5	013/2015	CAPACITACAO EM GESTAO TERRITORIAL RURAL E APLICACAO DO INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE EM AGROECOSSISTEMAS (ISA) DE PROPRIEDADES RURAIS E ZONEAMENTO AMBIENTAL E PRODUTIVO (ZAP) DE BACIAS HIDROGRAFICAS	11/02/2015	31/12/2016	698.300,00	230.000,00						
14	1	010/2015	CURSO DE PRODUCAO INTEGRADA OFERECIDO NA MODALIDADE A DISTANCIA	06/02/2015	30/11/2016	234.100,00	234.100,00						
15	1	076/2015	CURSO DE POS-GRADUACAOLATU SENSU EM GESTAO ESCOLAR	05/06/2015	30/07/2016	133.300,00	30.000,00						
Total						28.022.203,36	5.840.153,96	Total				0,00	0,00
Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos													
Projeto				Recursos das IFES									
Nº	Tipo			Financeiros	Materiais					Humanos			
-													
-													

Fonte: Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE

Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico